

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

VALTER DOS SANTOS LAMEIRINHA

**PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NA RELAÇÃO ARTE-CIDADE:
ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
NA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**GUARULHOS
2019**

VALTER DOS SANTOS LAMEIRINHA

**PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NA RELAÇÃO ARTE-CIDADE:
ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
NA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
História da Arte na Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: Humanas
Orientação: Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni

**GUARULHOS
2019**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de Direitos Autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Lameirinha, Valter dos Santos

Patrimônio e identidade cultural na relação arte-cidade:
análise dos instrumentos de preservação do patrimônio
cultural na legislação urbanística da cidade de São Paulo /
Valter dos Santos Lameirinha. Guarulhos, 2019.

108.f

Trabalho de conclusão de curso de graduação em História da
Arte - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni.

Heritage and cultural identity in the art-city
relationship: analysis of instruments for the preservation
of cultural heritage in urban legislation in the city of
São Paulo

1.São Paulo. 2. Legislação Urbana. 3.Preservação. 4.
Patrimônio Cultural. I. Manoela Rossinetti Rufinoni. II. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

De acordo com as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de História da Arte (Bacharelado), a avaliação final deste TCC foi realizada por meio de parecer escrito pela professora orientadora Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni, emitido em 02/12/2019. UNIFESP, EFLCH, Departamento de História da Arte. *Projeto Pedagógico do Curso de História da Arte*. Guarulhos: EFLCH-Unifesp, 2017, p.53 [item 12: Trabalho de Conclusão de Curso].

RESUMO

A presente pesquisa trata da identificação e análise das formas de apreensão e de tratamento do patrimônio cultural no âmbito da legislação urbanística da cidade São Paulo, ou seja, na legislação municipal de ordenamento e zoneamento urbano, adotando como foco o Plano Diretor de 2014 (Lei 16.050/2014). A pesquisa aborda: i) a definição de patrimônio cultural urbano contida nesta lei e sua relação com legislações anteriores; ii) os critérios de demarcação de áreas urbanas de interesse para preservação e os instrumentos propostos para efetivar a tutela dessas áreas; e iii) as discussões promovidas pela municipalidade, na atualidade, no que se refere às manifestações culturais a serem reconhecidas, preservadas e protegidas no ambiente urbano, apontando para as relações deste debate com as recomendações nacionais e internacionais voltadas à preservação do patrimônio material, imaterial e ambiental.

Palavras Chave: São Paulo; Legislação Urbana; Preservação; Patrimônio Cultural

ABSTRAT

The present research deals with the identification and analysis of the forms of apprehension and treatment of cultural heritage within the scope of the urban planning legislation of the city of São Paulo, that is, in the municipal planning and urban zoning legislation, adopting as focus the 2014 Master Plan 16,050 / 2014). It studies the definition of urban cultural heritage contained in this law and its relation with previous legislations; addresses the criteria of demarcation of urban areas of interest for preservation and the proposed instruments to effect the protection of these areas; understands the discussions promoted by the municipality at the present time regarding the cultural manifestations to be recognized, preserved and protected in the urban environment, pointing out the relations of this debate with the national and international recommendations aimed at the preservation of material, immaterial and environmental patrimony.

Keywords: Sao Paulo; Urban Legislation; Preservation; Cultural heritage

SUMÁRIO

1 – Apresentação.....	06
2 – Conceitos de Patrimônio.....	15
3 – Documentos e Cartas Patrimoniais.....	23
4 – Legislação Urbanística da Cidade de São Paulo.....	38
4.1 – Lei nº 8.328/1975 – Zonas Especiais Z8-200.....	44
4.2 – Lei nº 9.725/1984 – Transferência de Potencial Construtivo.....	52
4.3 – Lei nº 10.032/1985 – CONPRESP.....	56
4.4 – Projeto de Lei nº 254/1985 – Plano Diretor 1985/2000.....	59
4.5 – Lei 13.430/2002 – Plano Diretor Estratégico.....	63
4.6 – Lei 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico.....	70
5 – Bairro de Perus – Movimentos Culturais – Trajetórias.....	76
6 – Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs).....	88
6.1 – Processo Participativo – Mobilização e Fortalecimento Social.....	92
6.2 – Criação de Novos Territórios.....	97
7 – Considerações Finais.....	101
8 – Bibliografia.....	105

1 – Apresentação

A presente pesquisa foi motivada pela constatação de que novos mecanismos de proteção e formas de apreensão do patrimônio cultural estavam sendo apresentados no texto aprovado para o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), no ano de 2014¹. O PDE-2014, como instrumento legislativo de planejamento urbano, apresenta-se oportuno para nosso objetivo de compreender como está ocorrendo o processo de construção de novos mecanismos que ampliam significativamente as possibilidades de tutela patrimonial na esfera da legislação urbanística no município de São Paulo². O tema já comparecia na legislação municipal de ordenamento do território há algum tempo³, desde a década de 1970, no entanto, no processo de elaboração do Plano Diretor de 2014, a questão da preservação recebeu uma atenção especial, observando-se a efetiva participação da sociedade, na apresentação de propostas para o debate, apreciação e aprovação pelo poder público.⁴

A representação social nesse processo de discussão ocorreu por meio de coletivos culturais e de movimentos populares situados em diversas regiões da cidade, que se

¹ Esta monografia de final de curso aprofundou as investigações realizadas em duas pesquisas de Iniciação Científica (IC) sediadas na EFLCH-UNIFESP: a primeira IC intitulou-se “Identidade cultural na relação arte-cidade: patrimônio e preservação na Legislação Urbanística da Cidade de São Paulo (1971-2014)” e foi desenvolvida entre 2016 e 2017, de forma voluntária; a segunda IC intitulou-se “Patrimônio e identidade cultural na relação arte-cidade”, com foco no estudo de caso no bairro de Perus, e foi desenvolvida entre 2017 e 2018, com bolsa PIBIC-CNPq. Ambas as pesquisas de Iniciação Científica foram orientadas pela Profa. Dra. Manoela Rufinoni.

² O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, já aprovado e vigente, apresenta a intenção de promover uma “cidade plural, com justiça social e equilibrada” e estabelece sete princípios: de Função Social da Cidade; Função Social da Propriedade Urbana; Função Social da Propriedade Rural; Equidade e Inclusão social e Territorial; Direito à Cidade; Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e por fim, a de Gestão Democrática. Apresenta-se como “um plano para qualificar a vida em São Paulo”, que representa “um pacto da sociedade em direção à justiça social”, voltado “à melhoria da qualidade de vida e à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo”. Fonte: SÃO PAULO (Cidade). Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (texto da lei ilustrado). São Paulo: PMSP, 2015, p. 09.

³ O plano diretor de 2004 já contemplava instrumentos de proteção ao patrimônio que permaneceram no texto do plano diretor aprovado em 2014, são eles: BIR: “Elementos Construtivos e suas respectivas áreas com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e cultural, que tenham valor referencial para a comunidade; AUE: Porções do território ou conjuntos urbanos com características singulares; APPa: Locais com características ambientais, naturais ou antrópicas significativas”. Idem. Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. II – Seção V, p. 64.

⁴ Entre as formas de apreensão do patrimônio propostas pelo PDE-2014, sobre as quais comentaremos ao longo desta pesquisa, podemos citar: Sistema Municipal de Patrimônio Cultural; Polos de Economia Criativa; Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem (TICP), Zonas Especiais de Proteção Cultural, Áreas de Proteção Cultural (APC), pretendendo, com esses instrumentos, desenhar o patrimônio não mais simplesmente como artefatos simbólicos de um período, mas como elemento integrante de um conjunto edificado de interesse histórico e sociocultural.

reúnem há alguns anos, em um processo de construção de conhecimento e engajamento na política urbana, visando o reconhecimento e a defesa de sua identidade cultural e apropriação de seus territórios⁵. Por ir ao encontro de um interesse particular como discente, no estudo da área de conhecimento relacionado ao campo do patrimônio, temática constante da grade curricular do curso de História da Arte da Unifesp, o tema se mostrou conveniente para ser investigado.

Selecionamos como recorte de estudo o Distrito de Perus localizado na zona norte de São Paulo. Atualmente, neste bairro, está em desenvolvimento um projeto participativo envolvendo sociedade e poder público municipal no debate voltado à preservação memorial e cultural da região. A escolha de um estudo de caso se mostra necessária devido ao grande número de áreas urbanas em análise para preservação desde a promulgação do Plano Diretor.

A partir do estudo de caso em Perus, procuraremos analisar o processo de amadurecimento da normativa legislativa municipal quanto à questão patrimonial da cidade. Concomitantemente ao estudo do recorte proposto, pretendemos indicar outras iniciativas populares que têm buscado recentemente a proteção de determinadas atividades culturais, com base na citada lei. Nos limites de um trabalho de conclusão de curso, pretendemos: a) compreender os caminhos que levaram o município a desenhar o conceito de patrimônio cultural e ambiental implementado nesta lei; b) identificar quais debates e reflexões teriam permitido uma tomada de consciência da necessidade de se proteger a memória da cidade com base em suas manifestações culturais imateriais; e c) apontar os desafios e entraves que surgiram neste percurso, bem como as influências externas e os vínculos do município com os organismos estadual e federal de proteção do patrimônio cultural. As questões aqui levantadas poderão contribuir para uma análise crítica do panorama atual das formas de apreensão e de proteção patrimonial na cidade de São Paulo.

Nesse propósito, procuramos traçar alguns objetivos para compreensão desse processo, assinalando as primeiras preocupações e iniciativas voltadas à preservação do patrimônio na legislação urbanística municipal. Desse modo, em uma primeira etapa de

⁵ Os novos instrumentos de proteção do patrimônio (ZEPEC-APC e TICP) foram aprovados a partir de propostas apresentados pela sociedade civil, durante as audiências públicas para revisão do Plano Diretor de 2004, ocorridas a partir do ano de 2011.

pesquisa, realizamos um levantamento e estudo dessa legislação no período de 1970 a 2014.⁶

Com base no levantamento dos mecanismos de proteção adotados em âmbito urbanístico pudemos notar que o poder público municipal, desde a década de 1970, tem buscado identificar e proteger bens ou conjuntos isolados considerados patrimônio representativo dos estratos formadores da cidade, objetivo perseguido a partir da criação das zonas especiais Z8-200⁷ e do estabelecimento de penalidades para os proprietários que não conservassem os bens protegidos nessas zonas especiais.

No entanto, o município não teve estrutura funcional para fiscalizar, permitindo que ocorressem, sem a sua permissão, diversas alterações e intervenções nos edifícios protegidos pelo citado zoneamento. A partir da década de 1980, o município implementou, ainda, mecanismos de incentivos, visando iniciativas para intervenções de manutenção e restauro por parte dos proprietários. Tais incentivos, contudo, se mostraram ineficazes, restringindo-se à isenção de impostos e ao instrumento de transferência de potencial construtivo⁸. Já nos anos 2000, o município ampliou o conceito de zonas especiais e instituiu as ZEPECs – Zonas Especiais de Preservação Cultural, buscando respeitar as recomendações e exigências de documentos nacionais para a proteção do patrimônio cultural.

Documentos como a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica do Município (1990) e o Estatuto da Cidade (2001)⁹, passaram a incorporar, na especificidade de suas

⁶ Esta etapa de pesquisa foi realizada em uma primeira Iniciação Científica, desenvolvida entre 2016 e 2017, como voluntário.

⁷ As Z8-200 estavam sujeitas a medidas específicas estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo do município (Lei 8328/75). Entre os perímetros demarcados, muitos abarcavam áreas urbanas associadas à história da imigração, à estrada de ferro e à industrialização (RODRIGUES, 2012, p.43; RUFINONI, 2016). Para consulta mais detalhada sobre a definição das Z8 – zonas especiais, ver: Projeto de Lei PL-200 – Cap. I – Objetivos e definições; item V; Cap. II – Das Zonas Especiais Z8; Cap. VI – Da Exposição e Motivos.

⁸ Em 02 de julho de 1984, em uma tentativa de estimular os proprietários a conservarem e protegerem os bens já definidos pelo instrumento da Z8-200, o poder público municipal aprovou a Lei nº 9.725, estabelecendo a transferência de potencial construtivo do bem tombado para outros imóveis e “incentivos, obrigações e sanções”. O proprietário poderia transferir para outro imóvel, de 60% até 100% do potencial construtivo da área onde estava inserido o bem protegido. Porém, limitava essa transferência para a área “circundante” do imóvel protegido. Foram, ainda, estabelecidos no documento da lei outros incentivos como isenções de taxas para aprovação de reformas e restaurações, prevendo a classificação em níveis de proteção em áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, dos imóveis já cadastrados como Z8-200, definidos por decreto do Executivo, mediante proposta apresentada pela Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA e pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC.

⁹ A Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, juntamente com a Lei Orgânica do Município de 1990, formaram um conjunto de leis, normas e recomendações que fundamentaram a formulação e

atribuições, temas como a proteção das “arquiteturas menores”, a diversidade religiosa e a tutela da paisagem, entendida como o ambiente natural e antrópico.

O sistema municipal de proteção ao patrimônio, composto pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP)¹⁰, foi criado entre as décadas de 1970 e 1980, priorizando o instrumento do tombamento na prática de tutela, na mesma linha de pensamento dos órgãos estadual e federal – CONDEPHAAT e IPHAN – para proteção, conservação e fiscalização do bem tombado, o que, por vezes, se mostrou insuficiente como mecanismo de proteção. Quantitativamente, todas essas ações alcançaram resultados expressivos e significativos, seguindo esse modelo de política de proteção que abarcava o bem isolado (via conselho municipal de preservação) e manchas urbanas (via legislação urbanística). No entanto, trabalhando com verbas e quadros funcionais reduzidos, abriu-se espaço para situações de abandono e degradação de vários patrimônios edificados.

Os instrumentos legais propostos pelo poder público municipal nesse período, com destaque para os dois últimos planos diretores (de 2004 e de 2014), aproximaram a sociedade das discussões sobre a gestão pública da preservação patrimonial. Em 2007, foi aprovado o programa permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do município de São Paulo¹¹ e, no último documento legislativo de ordenamento da cidade¹², foram instituídos os planos de bairros¹³, o que permitiu

definição do conceito de patrimônio histórico a ser abordado no Plano Diretor de 2002, – aprovado em 2004 –, assim como nos Planos Regionais, desenvolvidos em 2003. Os Planos Regionais permitiram à população apresentar propostas de tombamento de artefatos considerados de interesse histórico e cultural. Consultar em: Lei Orgânica do Município de São Paulo, Cap. VI – Art. 191 ao Art. 199; Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, São Paulo: PMSP, Art. 6º – Os Planos Regionais, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Plano de Circulação e Transporte e o Plano de Habitação são complementares a este Plano e deverão ser encaminhados ao Legislativo Municipal até 30 de abril de 2003. Seção II, Art. 273 – Dos Planos Regionais, Art. 277, Item VI – “proposta de tombamento ou outras medidas legais de prestação e preservação de bens móveis e imóveis da região”.

¹⁰ O trabalho do Conpresp está interligado ao do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 8.204 de 21 de janeiro de 1975 e alterado pela Lei nº 8.252, de 21 de maio de 1975, cujas atribuições são a identificação, proteção e fiscalização do patrimônio cultural e natural da cidade.

¹¹ Lei Municipal nº 14.406 de 21 de maio de 2007

¹² Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014.

¹³ A observância da elaboração de planos de bairros foi aprovada de acordo com o Plano Diretor (PL 688/130 no Art. 118, conforme texto apresentado na lei: “A Prefeitura deverá coordenar e fomentar a elaboração de planos de desenvolvimento do bairro na cidade a fim de fortalecer o planejamento e controle social local e para promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas”. “§ 1º. Os planos de desenvolvimento do bairro deverão ser elaborados a partir de subdivisões compatíveis com os setores censitários e, quando

reconhecer contradições do passado e tentar reestruturá-las com as novas demandas sociais, incluindo novas formas de identificação e proteção ao patrimônio e ampliando as existentes em uma nova perspectiva: acrescentando terminologias de referência cultural apontadas pela população na reformulação do Plano Diretor e atendendo a recomendações constantes da Constituição Federal.

Com o intuito de compreender o contexto de discussões que permeou a elaboração dos citados instrumentos legislativos, assim como os debates que deram suporte à elaboração do Plano Diretor aprovado em 2014, procuramos voltar nossa atenção para os documentos nacionais e internacionais voltados ao tema da preservação do patrimônio cultural, frutos de encontros, congressos e debates entre estudiosos e especialistas. Os órgãos e instituições envolvidos na organização desses eventos produziram cartas e recomendações acerca do tratamento do Patrimônio Histórico e Cultural que passaram a nortear as questões conceituais relacionadas ao campo do patrimônio. Uma produção vasta e diversa que serviria de embasamento para a definição do conceito de “paisagem cultural”, termo que esteve no centro dos debates voltados à criação dos novos instrumentos do Plano Diretor de 2014, abrindo caminho para um novo entendimento acerca das possibilidades de preservação patrimonial na escala da cidade.

Na investigação desses instrumentos urbanísticos que envolvem o patrimônio e sua repercussão no bairro de Perus, área escolhida como estudo de caso, buscamos compreender, primeiramente, como transcorreu o crescimento do bairro e dos seus arredores, identificando fatores que permitiram a apropriação do território na formação de um contexto urbano com características próprias, que possibilitaram contemplar a região com o instrumento de proteção denominado “TICP – Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem”, proposto pelo citado Plano Diretor de 2014.

Juntamente a esse processo de pesquisa, foram realizadas leituras de fontes bibliográficas selecionadas para incremento teórico acerca do tema. Fontes que abrangem não apenas o patrimônio material, especificamente, mas também suas diversas

agregados, com as áreas dos distritos municipais instituídos pela Lei n. 11.220, de 1992. § 2º. As áreas de abrangência dos planos de desenvolvimento do bairro deverão ser definidas a partir de identidades comuns em relação a aspectos socioeconômicos e culturais reconhecidas por seus moradores e usuários”.

manifestações culturais e a relação intrínseca do tema cultural com o contexto social e de identidade do indivíduo.

Para acompanhar a repercussão desses novos instrumentos, participamos de reuniões em grupos de coletivos e de movimentos sociais que estão desenhando áreas a serem reconhecidas pelo poder público como territórios culturais em vários pontos da cidade. Entre os grupos, acompanhamos as reuniões do Movimento da Fábrica de Perus¹⁴, que constantemente desenvolve atividade na região, divulgando o conceito de território cultural em diálogo permanente com a população e buscando debater questões sobre o patrimônio, identidade e sentido de pertencimento com o bairro.

Essa participação presencial nos grupos permitiu-nos compreender, em certa medida, como se estruturam essas ações afirmativas que promovem a luta pelo reconhecimento de seu patrimônio cultural e que, empenhados na defesa de uma memória identitária do espaço do qual fazem parte, estão formulando narrativas, como um conjunto de ideias destinadas a preservar e valorizar aquilo que atualmente se caracteriza como patrimônio cultural. São atividades socioculturais que envolvem a paisagem, o meio natural e o ambiente edificado, entendidos como um conjunto que se configura como território de vivência do indivíduo.

Os resultados alcançados nos permitiram identificar e compreender o processo de elaboração desse plano diretor aprovado, qualificado à construção de uma regulação que efetivamente promove a participação da sociedade¹⁵. Nesse processo, durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2017), na Prefeitura de São Paulo, as propostas apresentadas pelo poder público no que se refere às possibilidades de preservação e proteção de um patrimônio histórico abarcaram sugestões que abrangem não apenas o artefato arquitetônico, mas, também, uma ideia ampliada de patrimônio cultural, corroborando a

¹⁴ O Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus foi formado a partir de discussões entre lideranças do bairro, bem como estudantes, professores e universitários, buscando soluções para utilização da fábrica como espaço cultural do bairro, bem como para sua proteção e preservação. Sobre a Fábrica da Companhia Brasileira de Cimento Portland de Perus – CBCPP, seu patrimônio e processo de preservação, consultar: JERONYMO, Vanice. *Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio industrial paulista: o caso de Perus (CBCPP)*. São Carlos, 2016.

¹⁵ Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo, lei. 16.050 de 31 de julho de 2014. Cap. II – Princípios, diretrizes e objetivos, Art. 5º Gestão Democrática, entendida como: “a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”; Art. 7º, Cap. XV – “fortalecer uma gestão urbana integrada, descentralizada e participativa”.

definição instituída pela nossa Constituição Federal¹⁶. Nesse período, diversas iniciativas e debates contribuíram para a expansão do conceito de patrimônio e para a legitimação de sua diversidade, permitindo, conseqüentemente, que novos mecanismos de proteção fossem concebidos e viabilizados.

Desse modo, passaram a compor o escopo desse marco regulatório: histórias de bairros, memórias de comunidades carentes e coletivos culturais, bem como espaços que promovem em seu entorno uma relação social com seus moradores, instigando e desenvolvendo ações culturais nas diversas áreas urbanas do município de São Paulo que, por circunstâncias políticas e econômicas diversas, encontram-se em risco de encerramento de suas atividades¹⁷.

Como vimos, o conjunto de diretrizes, estratégias e medidas encontradas no plano Diretor de 2014, englobando as questões do patrimônio histórico da cidade, deram continuidade a um processo de elaboração legislativa que remonta seu primeiro documento à década de 1970. Naquele momento, foi desenvolvido um primeiro instrumento urbanístico de preservação em âmbito municipal pensado para proteção de edifícios remanescentes de épocas anteriores e que representavam – e ainda representam – as transformações ocorridas em decorrência do crescimento urbano da cidade, artefatos estes que contribuíram para compor as características formais e artísticas da paisagem existentes no atual centro da cidade de São Paulo.

As novas possibilidades de tutela propostas pelo PDE-2014 se configuraram a partir do fortalecimento social e do reconhecimento de identidades culturalmente

¹⁶ Constituição da República Federativa do Brasil instituída no ano de 1988 onde no Art. 216 define o que constitui patrimônio cultural brasileiro com os seguintes termos: “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”; define ainda, que o poder público juntamente com a colaboração da sociedade promoverá a proteção do patrimônio com os seguintes instrumentos: “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”; estabelece no parágrafo quinto o tombamento de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

¹⁷ No dia 18-12-2014 foram reconhecidos como patrimônio cultural e imaterial pela prefeitura de São Paulo 22 teatros de rua independentes. Esta lista foi elaborada pela Cooperativa Paulista de Teatro, atendendo pedido da Secretaria Municipal de Cultura, com objetivo da salvaguarda desses locais frente a investidas e ameaças de despejo devido à especulação imobiliária, conforme informação publicada no site do jornal Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/12/1563681-governo-reconhece-22-teatros-edo-sp-como-patrimonio-cultural.shtml>. (Acesso em 23.04.2018).

estabelecidas e que, paulatinamente, foram se estruturando na medida em que o tema do patrimônio foi sendo discutido e legitimado na esfera das universidades, governos e organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO.

Decorrentes do presente processo investigativo, que propõe um olhar ampliado para as peculiaridades que compõem a tutela do patrimônio cultural, foi possível perceber como um conjunto legislativo que delineou conceitos e critérios acerca do tratamento do patrimônio, condicionando as relações entre o poder público, a sociedade e o meio urbano e paisagístico, pôde desdobrar-se na direção da identificação do indivíduo com o lugar. Nesse aspecto, o plano diretor de 2014 inovou na abordagem daquilo que podemos identificar como patrimônio cultural ambiental da cidade de São Paulo¹⁸.

Do exposto, buscamos estabelecer temas centrais para a compreensão dos principais caminhos que estão norteando as discussões sobre paisagem e patrimônio. Primeiramente, partimos do pressuposto de que, para esse entendimento, faz-se necessário compreender os novos instrumentos que se apresentam na atualidade no município de São Paulo, destacando dois deles: “Território Cultural” e “Corredor Cultural”. Para tanto, foi necessário a leitura das atas da Câmara Municipal para trilhar os caminhos que fortaleceram esses conceitos como mecanismos de proteção e que foram desenhados a partir de discussões do poder público, juntamente com a participação da sociedade, ou seja, analisar as propostas apresentadas e como transcorreu o processo até sua aprovação.

¹⁸ A definição do que viria ser Patrimônio Cultural na esfera do poder legislativo municipal começou a ser delineada a partir de instrumentos de proteção que surgiram no início na década de 1975 e passou por um processo contínuo até 2014, quando se define o conceito de Patrimônio atual: na criação da Z8-200 considerava-se o patrimônio a ser preservado os “imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinado à preservação” – Lei nº 8.328; na justificativa técnica apresentada para o Plano Diretor de 1985, o conceito de paisagem já se delineava como sendo [...] “um produto cultural, que alterou substancialmente o sítio natural anterior” [...] “formada de palcos e cenários em que se realizam encontros, formais e informais, de variadas naturezas”; no Plano Diretor de 2004, Lei 13.430/2004), o patrimônio é definido como sendo “Porções do território destinados à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjunto urbanos”; no Plano Diretor de 2014, Lei 16.050, amplia-se o conceito de patrimônio apresentando a legislação como instrumentos “destinados à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, doravante definidos como patrimônio cultural, podendo se configurar como, elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas e lotes; conjunto arquitetônicos, sítios urbanos e rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído”.

Verificamos que duas propostas foram significativas para alcançar êxito na aprovação dos documentos pela Câmara de São Paulo e que estão diretamente ligadas à dois movimentos sociais. Por um lado, o “Movimento Cine Belas Artes”, que lutou pela permanência desse cinema de rua diante da ameaça de encerramento de suas atividades, devido a dificuldades financeiras em sua gestão e ao interesse dos proprietários em destinar o imóvel para outras atividades comerciais. Essa motivação deu início a um amplo conjunto de manifestações da população junto ao poder público, gerando grande adesão de determinados segmentos da sociedade, assim como debates e discussões a respeito da permanência dos cinemas e teatros de rua.

Por outro lado, e de grande relevância para as novas proposições do Plano Diretor destacadas nesta pesquisa, encontramos as ações do “Movimento pela Fábrica de Cimento Perus”, localizado no bairro de Perus, na zona noroeste de São Paulo, e que vem se organizando há vários anos pela desapropriação de um conjunto industrial significativo para instalação de um complexo cultural voltado à memória dos trabalhadores da região. Atualmente, o movimento mantém um ritmo de encontros voltados à definição de novas ações que ampliam iniciativas de educação para o patrimônio em escolas e comunidades, com objetivo de conscientização da população sobre o patrimônio local.

Complementando nosso entendimento, destacamos a participação de um grupo de pesquisas ligado à Universidade de São Paulo – USP¹⁹, que se mostrou relevante como interlocutor desse processo participativo entre a comunidade de Perus e o poder público. O grupo de pesquisa surgiu como colaborador nesse processo de mobilização e conscientização, fornecendo suporte acadêmico nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural local, a partir de uma visão de cidade “democrática, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e com qualidade de vida”²⁰.

¹⁹ Universidade Livre Colaborativa – USP; Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP): Grupo de estudos da Paisagem como Experiências Partilhadas e Socialmente Produzidas e de estudos em História da Cultura e da Paisagem; Professor Euler Sandeville. Fonte: <https://nep.arq.br/category/i-nucleo-de-estudos-da-paisagem/universidade-livre-e-colaborativa/>

²⁰ Texto da lei ilustrado do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, Lei nº 16.050, p. 09.

2 – Conceitos de Patrimônio

As referências e denominações de patrimônio encontradas no decorrer de nossa pesquisa em artigos, documentos legislativos e publicações recentes qualificam o conceito de modo a distanciá-lo da compreensão que o órgão de patrimônio federal assumira na década de 1930 e que seria retomada, em grande medida, pelos conselhos estaduais e municipais criados a partir da década de 1970; ou seja, um conceito de “patrimônio histórico e artístico nacional” que repousava em bens eleitos pelo poder público como testemunhos de fatos memoráveis de nossa história²¹.

Tal pensamento influenciaria decisivamente nos caminhos a serem percorridos pelos estados e municípios, a partir das recomendações do órgão nacional na articulação da criação de órgãos de patrimônios nas esferas regionais, bem como nos cursos e formação de técnicos para consolidação da proteção ao patrimônio com participação efetiva dos governadores e prefeitos²². Esse entendimento vigorou até o final do século XX, norteando, a partir da aplicação do instrumento de tombamento, a seleção de um determinado conjunto de bens materiais e definindo como prioridade determinados estilos arquitetônicos e períodos históricos.

Para nosso estudo sobre o significado de patrimônio cultural e sobre sua relação com a construção da identidade do indivíduo a partir do território, bem como para a compreensão dos debates que repercutiram nas tomadas de decisões pelo poder público municipal em São Paulo, no processo de salvaguarda do patrimônio cultural na cidade, é preciso verificar algumas definições e caminhos percorridos no campo do patrimônio,

²¹ No Decreto-lei nº 25 de 1937, legislação federal de preservação, o Art. 1º traz a seguinte definição de patrimônio: “Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm; A lei nº 10.247 de 22 de outubro de 1968, criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT: “Artigo 2º: Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.” O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp, foi criado pela Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, e possui, entre suas atribuições: “Art. 2º – I - Deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para a Cidade de São Paulo”.

²² Recomendações formalizadas no Compromisso de Brasília ocorrido em abril de 1970. O Compromisso de Brasília foi ratificado no Encontro de Salvador em outubro de 1971, no mesmo documento, são feitas recomendações para criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura nos estados.

para compreendermos como foram formuladas as bases teóricas e os conceitos que estão presentes na legislação urbana municipal.

Nessa primeira abordagem sobre os significados de patrimônio cultural, citamos a terminologia que a autora Sandra C. A. Pelegrini nos apresenta, definindo como “bens culturais” os testemunhos que “conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários”. Sentidos que a autora compreende como inerentes às obras de artes, estruturas arquitetônicas e esculturas, ligadas a nomes consagrados de nossa história como, por exemplo, Aleijadinho, Portinari e Niemeyer. Acrescente a esses sentidos, as formas de expressão, como as cantigas, as danças, o folclore, a religiosidade, a culinária e a natureza, na diversidade de elementos que a compõe. Em sua reflexão, a autora afirma que esse entendimento que possuímos do patrimônio cultural é derivado do ocidente e de suas formulações conceituais²³.

Se, como nos informa Pelegrini, é no ocidente que encontramos as raízes da composição do termo “patrimônio cultural”, cabe aqui mencionar as análises de Choay acerca do processo de conscientização do patrimônio no período após a Revolução Francesa; processo que, hierarquicamente, “comunica seu poder afetivo”: o “Valor Nacional” como fundamental e legitimador do “Valor Cognitivo e Educativo”, bem como o “Valor Artístico”, compreendendo a arquitetura monumental²⁴. Atribuições que, como já mencionamos acima, estão presentes no discurso de valores – de monumento artístico e nacional – que guiou por décadas o órgão de proteção nacional originalmente denominado SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional²⁵.

Ainda no contexto europeu, há percursos que contribuíram para a formulação de uma definição de patrimônio, como nos apresenta o historiador francês Dominique Poulot ao destacar “os desafios ideológicos, econômicos e sociais” pelo reconhecimento de novos patrimônios, “relacionados com universos absolutamente heterogêneos”. Em seu

²³ PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009; p. 13,14 e 19.

²⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006. Cap. III A Revolução Francesa; Valores, p. 116 – 119.

²⁵ O Decreto Lei nº 25 de 1937, em seu artigo 1º, define como “patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

livro *Uma história do patrimônio no ocidente*, o autor nos apresenta uma variada qualificação do ato de “evocar patrimônios”, identificando-os como sendo:

[...] a apreciação estética do cotidiano; a indispensável manutenção do legado arquitetural; a preservação de habilidades artesanais; a proteção de costumes locais [...] um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial.²⁶

Verificamos, assim, um conjunto abrangente de significados possíveis para alcançarmos a compreensão e apreensão do patrimônio, não somente como algo físico, palpável, tangível, mas também como representações culturais e artísticas que, em determinados ambientes, nossos sentidos identificam. Algo como a percepção que o indivíduo atinge ao percorrer um espaço e apreender, pela memória, um elo de ligação ao ambiente onde ele está inserido, o qual é alcançado por meio do espaço físico.

Essas percepções do espaço adquirem sentidos a partir de percursos que revelam sensibilidades de um momento ou de uma história vivida em determinada paisagem urbana, rural ou natural. Portanto, é a partir desse contexto que já podemos verificar que é “por meio do patrimônio que as sociedades criam formas de representação do passado nas quais justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente”²⁷.

Porém, a noção de patrimônio que considera o pertencimento do indivíduo a um determinado território, entendido como base partícipe da produção cultural, começaria a ser delineado somente a partir da década de 1970, quando foram definidos conceitos que inter-relacionaram o patrimônio cultural e o natural e, na década de 1990, quando foi estabelecida a categoria de paisagem. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, considera como patrimônio cultural:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou *integração na paisagem*, têm valor

²⁶ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução Guilherme João Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009; p. 09-10.

²⁷ RODRIGUES, M. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse – Obras do homem, *ou obras conjugadas do homem e da natureza* e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (grifos nossos)²⁸.

Simone Scifoni observa que, para o estudo dos significados dessa nova terminologia de *paisagem cultural*, que frequentemente vem sendo utilizada para definir o campo do patrimônio, faz-se necessário entendê-la em vários níveis de abordagem, seja em relação ao “seu conteúdo conceitual acadêmico, sua escala de abrangência, bem como, sob o ponto de vista da preservação”:

No que diz respeito às propostas institucionais para a proteção das paisagens culturais, é no interior da Unesco, em 1992, que a paisagem cultural é criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. Alguns anos depois, em 1995, o Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Já no Brasil, ela foi incorporada como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria no. 127 de 2009, do IPHAN, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de *chancela* [...] a paisagem cultural diz respeito à determinada porção espacial ou recorte territorial. [...] o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar dessa relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano. Essas relações podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente²⁹

A ideia de paisagem já aparecia no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no conjunto dos bens que o SPHAN escolheu tutelar buscando a preservação pelo meio do tombamento, mas sublinhado como atributos dos “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens”, considerando os ambientes com ou sem intervenção humana³⁰. A paisagem, no entanto, era vista como um elemento estético, um ambiente que, transformado pelo homem, poderia evocar a história nacional. Na legislação nacional, a

²⁸ Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972. Cap. I, Art. 1º Definições do Patrimônio Cultural e Natural.

²⁹ SCIFONI, Simone. Verbete: Paisagem Cultural. *Dicionário do Patrimônio Cultural*. Disponível em: Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>

³⁰ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Art 1º, §2º.

compreensão da paisagem como testemunho cultural viria a se efetivar por meio da Constituição de 1988, que define o patrimônio como o conjunto de:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico³¹.

O reconhecimento desta definição contida na Constituição Federal repercutiria na fundamentação e elaboração de documentos nacionais voltados à defesa da paisagem natural como patrimônio a ser preservado. Fato que podemos verificar na redação da Carta de Bagé³², no ano de 2007, formulada para estabelecer o termo da “paisagem cultural brasileira”, e que define a paisagem cultural como:

Art. 2º: o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais [...] um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural³³.

Na mesma direção, encontro semelhante ocorreria em Mato Grosso do Sul, também no ano de 2007, no seminário intitulado “Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque”, realizado pelo IPHAN com o objetivo de “promover discussões teóricas, técnicas, científicas e administrativas”, visando a preservação da Serra da Bodoquena e destacando seu conjunto paleontológico como Paisagem Cultural³⁴.

³¹ Art. 216, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

³² Nos dias 13 a 18 de agosto de 2007 realizou-se em Bagé (RS), o Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira. O evento foi organizado por: Governo de Bagé; Secretaria Municipal de Cultura de Bagé; Ministério da Cultura – MinC; Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE; Universidade Regional da Campanha – URCAMP; Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. O encontro teve por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira. Fonte: SCIFONI, Simone. Verbete: Paisagem Cultural. *op. cit.*

³³ Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural.

³⁴ Carta da Serra da Boquena: Carta das Paisagens Culturais e Geoparques.

Foram essas prerrogativas que suscitaram o desenvolvimento da portaria nº 127 do IPHAN, na qual encontramos a definição de paisagem cultural, compreendendo “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, na qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”³⁵. Espaço territorial definido através de um instrumento de *chancela* que tem por finalidade “atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção existentes”³⁶.

Estabelecendo um pacto para sua efetiva aplicação, o órgão nacional de proteção compreende por meio da chancela, responsabilidades compartilhadas dos interesses, englobando o “poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada” em desdobramentos “visando a gestão compartilhada da porção do território nacional” e na definição das áreas a serem reconhecidas como paisagem cultural. Assim, por meio dessa instrumentalização, qualquer pessoa natural ou jurídica pode requerer a chancela de Paisagem Cultural Brasileira através de “requerimento e documentação pertinente”³⁷.

Citando, ainda, Simone Scifoni e sua análise da construção do conceito de patrimônio natural em âmbito nacional, verificamos que o termo é uma derivação do termo patrimônio cultural que, no Brasil, está associado aquilo que:

[...] manifesta-se como algo que é conquistado por meio de luta e da organização social, configurando uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. [...] sua legitimidade passa pela discussão do valor social e afetivo que determinados grupos lhe conferem. [...] que leva em conta a relação dos grupos com o lugar, as práticas socioespaciais³⁸.

A autora levanta outra questão importante que seria a relação do patrimônio natural e as transformações que, com o passar do tempo, ocorrem e sobrepõem ao ambiente urbano construído pela sociedade, “a dissolução das formas antigas e a criação de novas como resultado de transformações das relações”³⁹.

³⁵ IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Seção 1, nº 83, publicado em 5 de maio de 2009.

³⁶ Diário Oficial da União, Seção 1, nº 83, publicado em 5 de maio de 2009.

³⁷ Diário Oficial da União, Seção 1, nº83, publicado em 5 de maio de 2009; itens III, IV e V.

³⁸ SCIFONI, Simone. *A Construção do Patrimônio Natural*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p. 27,41.

³⁹ Idem, Ibidem.

Afinal, o urbano não é estático, ele se modifica de forma intensa, extrapolando o meio edificado horizontal e transformando-o em verticalizado, alterando a dinâmica da cidade e a forma como o morador identifica suas referências identitárias, nas relações com o passado e a história local, considerando que os antigos moradores dão lugar a outros que migram de outras localidades com histórias distintas. Nesse mesmo sentido, afirma a autora, o patrimônio natural surge como necessidade de uma “conquista da sociedade e como reafirmação da apropriação social do espaço urbano, como luta pelos espaços residuais, pelo bairro e seus referenciais de memória e de natureza”⁴⁰.

Nessa proposição, cabe ainda considerarmos um outro conceito diretamente relacionado às questões que envolvem o patrimônio, o denominado Patrimônio Ambiental, ou seja, “as paisagens como produtos da cultura que resultam da ação humana, que compõem o ambiente”⁴¹, ou como coloca o geógrafo Eduardo Yázigi, o patrimônio ambiental urbano como sendo aquele:

[...] constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. [...] O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir ⁴².

Vemos, nesta definição, o patrimônio ambiental também entendido como “paisagem”, como um conjunto de espaços urbanos e naturais no qual o indivíduo está inserido e com o qual se relaciona em seu convívio contínuo. Mesmo quando o indivíduo deixa de participar diretamente dessas relações com o ambiente, pode ainda identificá-lo como patrimônio por meio de elementos significantes preservados como referência cultural. Antônio Augusto Arantes, ao abordar essa construção do patrimônio como um “processo cultural” de identificação do indivíduo com o ambiente ou território que ele habita, afirma que o patrimônio constitui:

⁴⁰ Idem, p. 175.

⁴¹ TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. *Revista CPC*, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016, p. 75.

⁴² YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012.

práticas e objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. Referências são os marcos e monumentos edificados ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial⁴³.

Nessa rápida explanação a respeito da diversidade cultural que congrega os espaços, cabe inserir outro questionamento que acompanha essas narrativas conceituais sobre patrimônio ambiental e da paisagem: aquilo que, inserido no ambiente físico, o extrapola em sua materialidade, ou seja, o patrimônio concebido como imaterial.

Ao formular uma reflexão a respeito da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial⁴⁴, Arantes nos apresenta a análise de alguns pressupostos que contribuíram para sua compreensão. Para ele, o patrimônio imaterial é um atributo concebido como intangível e parte da reflexão de que o patrimônio cultural é, antes de tudo, uma realidade criada por meio da atribuição seletiva de valores a artefatos ou práticas sociais que interessam, de um ponto de vista antropológico, à preservação ou salvaguarda enquanto práticas sociais⁴⁵. Valores estes que podemos encontrar nas redações das leis que tratam da proteção ao patrimônio no município de São Paulo e que o autor identifica como “artístico, histórico, paisagístico e etnográfico”⁴⁶.

Podemos, assim, afirmar que o tema do patrimônio envolve uma complexidade de referências que procuram estabelecer uma relação de ligação cognitiva do homem com o ambiente no qual está inserido.

⁴³ ARANTES, A. Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, v. 1, p. 52-63.

⁴⁴ Para melhor compreensão desse conceito de patrimônio imaterial, consultar os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 que ampliou a noção de patrimônio cultural reconhecendo os bens culturais de natureza material e imaterial. Sobre instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil, consultar o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

⁴⁵ ARANTES, A. Augusto, *op. cit.*, p.52.

⁴⁶ Idem.

3 – Documentos e Cartas Patrimoniais

A abordagem que fizemos até aqui auxiliou-nos a compreender o processo que resultou na formulação do conceito de patrimônio cultural, conforme concebido na atualidade. A presente análise nos permitiu perceber em que medida essas formulações conceituais respaldaram as ações do órgão público municipal na seleção e delimitação da área de estudo no bairro de Perus. Por outro lado, pudemos compreender também como essa construção conceitual esteve presente, por meio da participação do meio acadêmico, no processo de elaboração do plano diretor de 2014 e na defesa dos interesses da população para preservar as referências de identidade do bairro.

Sendo assim, verificamos ser necessário interligar essa produção acadêmica que trata dos conceitos do patrimônio com alguns documentos nacionais e internacionais que começam a surgir a partir do início do século XX, e que elaboraram recomendações que servem de referencial para estruturar e embasar os estudos no campo da preservação dos bens materiais e imateriais.

A Carta de Atenas, redigida em 1931, surge como uma das primeiras referências teóricas para transmitir informações acerca da preservação, abrangendo questões relativas ao campo da conservação, concentrando instruções para procedimentos em processos de restauro e instrumentalizando ações de intervenções. Para o nosso estudo, buscando a compreensão dos caminhos que levaram ao entendimento do conceito de patrimônio cultural, cabe aqui ressaltar o modo como o documento designa os artefatos a serem reconhecidos como patrimônio, ou seja, identifica-os como monumentos, como bens de interesse histórico e artístico. Destacamos, ainda, a atenção reservada à necessidade de realizar inventários dos bens a serem protegidos e conservados, para constituição documental da seleção patrimonial. A carta recomenda que

Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações; Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos ⁴⁷.

⁴⁷ Carta de Atenas de outubro 1931, Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Capítulo VII – A Conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional, item c) Utilidade de uma documentação Internacional, art. 1º e 2º.

Dois pontos importantes contribuíram para evidenciar o valor material e simbólico dos bens a preservar: o registro e o inventário, ações fundamentais para as iniciativas de preservação dos bens arquitetônicos nos processos de restauro. Por outro lado, a carta considera fundamental a participação do Estado na preservação do patrimônio e recomenda a “cooperação técnica e moral” entre as nações:

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história.

A Carta reforça a recomendação de que o Estado promova a proteção do patrimônio, destacando “o papel da educação e o respeito aos monumentos” e a necessidade de “uma ação apropriada dos poderes públicos” voltada à conscientização da comunidade, a partir de iniciativas em que “os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos” [...], “lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização”. Assim como o inventário, a educação patrimonial ou a educação para o patrimônio, entendida como instrumento de conscientização da população acerca da preservação, ainda integra as discussões na atualidade.

A respeito dessas recomendações, no âmbito da legislação brasileira, o professor Valdeci dos Santos Júnior, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, identifica a relação entre a Carta de Atenas e a Constituição de 1934 no Brasil, que menciona a participação do poder público no processo preservacionista nacional:

As repercussões são imediatas e as primeiras medidas do Estado brasileiro já são visualizadas a partir do texto constitucional de 16 de Julho de 1934, quando podemos ler no artigo 148, Capítulo III – Da Educação e Cultura: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (grifo nosso)”⁴⁸.

⁴⁸ JÚNIOR, Valdeci dos Santos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. *MNEME Revista de Humanidades*. Departamento de História e Geografia da UFRN. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005, p.32.

Compreendemos, portanto, que as questões do patrimônio começam a ser delineadas em nossa legislação, influenciada pelos debates que aconteciam em âmbito internacional, que viriam a ser reelaborados, reforçados, ampliados nas próximas cartas. Já na Constituição de 1937, o documento incorpora um conceito de patrimônio mais abrangente, de forma a abarcar novos elementos com significados culturais, como podemos verificar no artigo 134:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.⁴⁹

Essas indicações constitucionais de caráter preservacionista tomariam corpo com o Decreto-Lei nº 25, no mesmo ano de 1937, documento que valida até hoje a proteção do patrimônio nacional. A questão do embate entre a preservação e os interesses privados estavam em evidência desde a Constituição de 1934. Com o decreto-lei 25, houve um “abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social”, tema controverso e que viria a ser reforçado na Carta Magna de 1937⁵⁰.

Em novembro de 1933, no encontro do IV CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, um novo documento também denominado Carta de Atenas, viria a ressaltar a necessidade de preservar o Patrimônio Histórico das Cidades, enfatizando os “valores arquitetônicos” dos “edifícios isolados ou conjuntos urbanos”, que se conformaram ao longo do tempo como “testemunhos do passado” com “valor histórico e sentimental”, que congregam uma “virtude plástica” possuidores de uma “alma” que transmitam significados⁵¹.

A Carta indica a necessidade de serem resguardados os bens enquanto narrativa de um passado que se apresenta no presente como conjunto urbano composto por “traçados ou construções que lhe conferem personalidade própria e dos quais emana

⁴⁹ Idem, p. 322 Constituição de 10 de novembro de 1937, Art. 134,

⁵⁰ PELEGRI, Sandra C. A. A Salvaguarda e a Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial Brasileiro: Impasses e Jurisprudências, p. 102; In: *Patrimônio Cultural e Ambiental, questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; Fapesp. Campinas: Nepam, 2009.

⁵¹ Carta de Atenas de novembro de 1933, Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Segunda Parte – Estado Atual Crítico das Cidades – Patrimônio Histórico das Cidades.

pouco a pouco a sua alma”, um patrimônio cultural que simboliza a atuação do homem em determinado tempo e espaço.

Porém, a carta recomenda uma seleção dos bens que devem permanecer como testemunho do passado, mas colocando-os em segundo plano frente às propostas de transformação urbana que demandavam uma nova forma de viver o espaço. O documento defende a ideia de que a preservação da cidade antiga ou a permanência de suas características não pode ensejar um “obstáculo” para o crescimento e desenvolvimento da cidade, necessitando realizar uma seleção de artefatos arquitetônicos que permanecerão como representantes da história de um tempo passado.

De certo modo, essa perspectiva acabou por prevalecer nas práticas de transformação urbana que se seguiram ao longo do século XX, porém, sem o idealismo e a preocupação com a qualidade de vida que a Carta de Atenas dos CIAM propunha em sua origem. As constantes demolições decorrentes do crescimento urbano e do processo de verticalização em áreas centrais das grandes cidades e em antigos bairros, principalmente em metrópoles como a cidade de São Paulo, reforçam essa reflexão. Tema controverso que continua a fomentar debates e questionamentos sobre o que devemos ou não preservar.

Por outro lado, o documento trata a cidade em sua totalidade, abordando questões como a compreensão da significância do lugar, a defesa do patrimônio edificado (ainda que de modo secundário) e a identificação e seleção não somente de bens isolados, mas, também, de elementos do conjunto urbano que configurem uma lembrança do passado de um determinado espaço. Questões que remetem ao planejamento das cidades em suas diversas circunstâncias estruturais, seguindo preceitos do movimento moderno na distribuição do espaço urbano, de moradia, lazer, trabalho e circulação.

Uma mudança de pensamento acerca da cidade ideal e setorizada, formulada no encontro de 1933, viria a ser discutida em um novo encontro na cidade de Machu Picchu, no Peru, em dezembro de 1977, no Encontro Internacional de Arquitetos. Compreendendo a necessidade de uma “integração polifuncional e contextual” nas cidades, ou seja, de um ambiente urbano que não seja composto por setores isolados, mas sim por setores que se relacionem organicamente entre si, com maior fluência de relações

humanas, o documento propõe um novo parâmetro para a preservação do patrimônio, agora compreendido como elemento primordial para a estruturação da cidade moderna.

No capítulo intitulado “Preservação e defesa dos valores culturais e patrimônio histórico-monumental”, a carta coloca que, para o indivíduo, a “identidade e o caráter de uma cidade” é transmitido principalmente pelas características sociológicas que estão implícitas no “patrimônio histórico monumental” e que seus valores “são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional”. Sendo que, para a conservação desse “autêntico significado” é necessário considerar “a sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano”, devendo ser “considerada a possibilidade de se construírem edifícios de arquitetura contemporânea da melhor qualidade, dentro desse conjunto preexistente.

Ou seja, se, na carta de Atenas de 1933, o patrimônio aparece como uma possibilidade de permanência que não pode concorrer com o progresso das cidades, agora ele é considerado como essência, como ponto de partida fundamental para um novo desenho urbano. Logo, a cidade nova é que precisa se adequar ao preexistente que possui significado como identidade.

Em 1964, surge uma carta referência fundamental no campo preservacionista. Formulada a partir das discussões do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. O documento denominado Carta de Veneza versa sobre questões que envolvem a conservação e a restauração de monumentos e sítios históricos, propondo uma união internacional voltada à formulação de princípios para esse objetivo, respeitando as especificidades de cada nação, que deverá “aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições”.

Com o propósito de ampliar a noção de patrimônio histórico “a carta surge como uma revisão de certos pressupostos contidos na Carta de Atenas de 1931, no intuito de aproximá-los aos debates teóricos travados nos últimos trinta anos”⁵². Além do artefato monumental, o patrimônio é abordado com significado cultural, considerando que,

⁵² RUFINONI, M. R. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. *Projeto História*, nº 40, junho de 2010, p. 225.

Art. 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunhos de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural⁵³.

No documento, o conceito de patrimônio surge vai além da ideia do objeto histórico monumental, passando a englobar o espaço transformado pelo homem, as estratificações evolutivas do contexto material da cidade, sua expansão e formação, elementos que atribuem ao espaço narrativas identitárias daqueles que ali mantiveram uma continuidade de relações humanas e que, assim, transmitem significados que os distinguem.

De acordo com Manoela Rufinoni, no contexto histórico do pós-guerra, diante da necessidade de reconstrução das cidades destruídas, bem como da rápida urbanização e da diversidade de artefatos construídos considerados “arquitetura menor”, cresce a necessidade de um reconhecimento de valor dos ambientes urbanos além do “entorno dos monumentos excepcionais”, a partir do aprofundamento das investigações teóricas que solicitavam, cada vez mais, a participação de diferentes campos disciplinares:

[...] a observação dos conjuntos urbanos como artefatos autônomos e não somente como entorno de monumentos excepcionais, receberia impulso decisivo. Sendo assim, as rápidas transformações da sociedade e a destruição de elementos culturais significativos – como as paisagens cotidianas e os lugares de memória nas cidades –, sem que tivéssemos tempo de analisá-los e compreendê-los como tais, foram importantes pontos de partida para buscar motivações que justificassem a preservação de um conjunto cada vez maior de artefatos⁵⁴.

O ato de “buscar motivações” para alcançar a preservação além do monumental, ou seja, congregando espaços do cotidiano das pessoas – da casa, do bairro, do trabalho e dos espaços de lazer – ensejaram formas conflitantes de compreender a necessidade de permanência desses conjuntos. Beatriz Mugayar Kühl, ao analisar “questões pertinentes à preservação da Arquitetura da Industrialização”⁵⁵ compreende como “deformações” essa dualidade de pensamentos a respeito daquilo que devemos ou precisamos preservar,

⁵³ Carta de Veneza, maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. Definições, Art. 1º.

⁵⁴ RUFINONI, M. R., *op. cit.* p. 225.

⁵⁵ KÜHL, Beatriz M. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008. Cap. 2, p. 117-118.

destacando correntes que defendem a manutenção de “toda e qualquer manifestação de épocas pretéritas” ou, por outro lado, aquelas que não compreendem a necessidade da preservação – ou não se esforçam em compreender, devido a interesses particulares financeiros – que se posicionam em oposição e “destroem ou deformam indistintamente o legado de outras épocas”.

Tais proposições evidenciam uma relação conflituosa entre várias correntes com interesses diversos – políticos, acadêmicos, imobiliários, particulares e públicos –, que reforçam a necessidade de um amplo debate junto à sociedade sobre o que e o porquê preservar. Debate que se coloca a partir de uma educação para o patrimônio e para a compreensão de,

[...] um renovado problema quantitativo e qualitativo em relação aos monumentos históricos, resultando numa série de novas questões, tanto teóricas, quanto técnicas, práticas e éticas, que devem ser enfrentadas em toda sua complexidade⁵⁶.

Voltando à Carta de Veneza, no artigo primeiro, o documento amplia a dimensão daquilo que precisamos olhar como sendo patrimônio cultural, “o sítio urbano ou rural”, considerando o ambiente no qual o homem está inserido, onde vive, interage e transforma. É o “contexto onde se inserem os conjuntos construídos mais modestos, as arquiteturas ditas ‘não-excepcionais’ e a consequente compreensão da dimensão urbana da tutela”⁵⁷.

Considerando a vulnerabilidade do patrimônio cultural e do patrimônio natural, sujeito à ameaça de destruição, à degradação e ao desaparecimento, seja pelo tempo ou “pela evolução da vida social e econômica”, induzindo uma perda de afetividade de sua relação com os povos, a Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ocorrida em 1972,⁵⁸ propõe uma união internacional com propósito de estabelecer um sistema para tornar eficaz o combate à destruição do patrimônio mundial. Definindo no artigo primeiro da convenção o que consideram patrimônio a ser preservado internacionalmente, a Convenção define o patrimônio como:

⁵⁶ KÜHL, Beatriz M., *op. cit.*, p.117-118.

⁵⁷ RUFINONI, M. R. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. *Projeto História* nº 40, junho de 2010, p. 236.

⁵⁸ 17ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

Os Monumentos: Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. **Os conjuntos** – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. **Os locais de interesse** – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Nessa definição de patrimônio verificamos a menção a tudo aquilo que possa significar a construção de um ambiente e de uma estrutura paisagística transmitida pela mão do homem. Observamos, contudo, que as considerações acerca do patrimônio arquitetônico reforçam o seu caráter universal de “excepcionalidade”, compreendendo o artefato de interesse para preservação como algo fora ou acima dos padrões, ou seja, aquilo que se destaca como excelência, uma produção brilhante “do ponto de vista da história, da arte, da ciência”.

Por outro lado, o documento considera o homem e sua relação com o meio a partir de um ponto de vista antropológico, uma relação que compreende origens, evolução, cultura, costumes sociais e crenças. O que se verifica é, ainda, uma forma embrionária de tratamento patrimonial no que se refere à questão social, partindo do indivíduo às coisas corriqueiras e seus significados, ao fazer artesanal, às relações humanas e do cotidiano, que constroem o elo entre o homem e o lugar que habita, ou seja, uma leitura de Estado e de Nação que tem por compromisso “identificar e delimitar os diferentes bens” (Art. 03).

O documento reforça a necessidade do inventário como meio fundamental de preservação, como já aventado em outras recomendações, sugerindo que cada Estado membro realize um levantamento “não exaustivo” ou minucioso, mas como “uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam”. Na sequência, o “Comitê deverá estabelecer, atualizar e difundir” uma “lista do patrimônio mundial”, ou seja, analisar e referendar o patrimônio indicado como de excepcional valor, conforme encontramos no artigo primeiro do documento.

A partir da Carta de Veneza surgem novas perspectivas – como a que vimos acima, na Convenção Paris de 1972, – a partir da leitura de um patrimônio entendido em seu

contexto urbano, considerando as transformações e as relações que o indivíduo estabelece com o ambiente em que está inserido. Reformulados e conceitualmente ampliados, documentos posteriores, como a “Declaração de Amsterdã”⁵⁹ e a “Recomendação de Nairóbi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea”⁶⁰, elaborada no ano de 1976, a partir da 19ª Sessão da UNESCO, conhecido também como a “Carta de Nairóbi”, darão continuidade à discussão.

Abordando “os conjuntos históricos ou tradicionais” como um ambiente que “adquire valor”, transmitindo a “presença viva do passado” em sua diversidade de artefatos, bem como contextos religiosos e sociais, a Carta de Nairóbi compreende que a preservação e a salvaguarda desses conjuntos necessitam se inserir como peças fundamentais no “planejamento físico-territorial” frente às conseqüentes transformações de “expansão e modernização” do meio urbano. Intervenções que podem eliminar conjuntos representativos do patrimônio cultural, seja a partir de sua destruição total ou mesmo a partir das “reconstruções irracionais e inadequadas” que desfiguram o artefato por meio de uma releitura de suas características. Fazendo referência ao conceito de Patrimônio Cultural, a Carta alarga amplamente sua definição considerando:

[...] todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. [...] podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugares, assim como os conjuntos monumentais homogêneos⁶¹.

Portanto, nesse documento é considerado patrimônio todo ambiente natural que sofreu uma determinada intervenção humana e que agregou ao cotidiano do cidadão uma determinada “ambiência”, esta entendida como a “percepção estática ou dinâmica” que influencia no sentido de pertencimento do indivíduo, “por laços sociais, econômicos ou culturais”, dimensionados pela sociedade. No capítulo III – Política Nacional, Regional e Local, a Carta recomenda a adoção de “medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais

⁵⁹ Declaração de Amsterdã. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975. Sobre o tema, consultar RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano*. São Paulo: Edusp, Fap-Unifesp, 2013, p.153 et seq.

⁶⁰ 19ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO, reunida em Nairóbi, em novembro de 1976.

⁶¹ Idem.

como política nacional de governo, e que essas iniciativas, devem nortear o “planejamento físico-territorial em todos os níveis”.

Vemos, portanto, que a partir desse encontro há uma remodelação conceitual daquilo que deve ser preservado como patrimônio cultural, ampliando e redesenhando o enfoque da preservação dentro das práticas do planejamento das cidades, considerando que,

[...] os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares⁶².

Se, na Carta de Veneza, maturando as reflexões delineadas na Carta de Atenas, há uma preocupação em relacionar os cuidados do restauro com a preservação do patrimônio cultural, respeitando aquilo que necessitamos considerar como sua identidade cultural e, na Convenção de Paris, há a ampliação do campo que abrange o patrimônio; na Carta de Nairóbi, a preocupação persiste, mas com enfoque preciso, direcionado à abrangência da denominação cultural e dos aspectos a serem preservados. A Carta de Nairóbi procura pensar a prática de preservação concomitantemente às práticas da administração pública na alteração do espaço em atendimento às necessidades físico-territoriais de crescimento urbano.

Ambas as frentes de atuação, a preservação e o planejamento urbano, devem ser tratadas como um conjunto de ações, “como parte do planejamento nacional, regional ou local” da coisa particular ao bairro, considerando que a responsabilidade do Estado não deve direcionar-se apenas à proteção ao patrimônio monumental.

Definindo o termo “cultura” como “o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social”, na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México, no ano de 1985, os conferencistas participantes defenderam uma determinada urgência para encaminhar o propósito de uma união entre países frente às transformações urbanas verificadas.

⁶² Idem.

Enfatizando que fatores recentes relacionados ao desenvolvimento “da técnica e dos avanços científicos” provocaram transformações que modificaram “o lugar do homem no mundo e a natureza de suas relações sociais”, os conferencistas destacaram a necessidade de um novo entendimento no mundo contemporâneo sobre o “significado de cultura e educação”, esta entendida como fonte fundamental para “um verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e da sociedade”. Neste questionamento, fundamentaram o termo cultura englobando, “além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”⁶³.

Essa fundamentação teórica será ratificada como conceito de patrimônio no primeiro “Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos”, ocorrido em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1987. O conceito de patrimônio encontra-se, pois, de tal forma ampliado que, compreendido como “o sítio histórico urbano”, englobando o espaço da cidade como “um organismo histórico”, congrega as “paisagens naturais” e áreas edificadas que integram a representação de um passado, bem como as relações dos indivíduos do presente, ou seja, “a vivência dos seus habitantes” em um contexto social e cultural histórico. O documento de Petrópolis apresenta o Sítio Histórico Urbano como um ambiente dinâmico em constante processo de transformação, composto por estratificações no espaço urbano e natural – nos quais ocorrem, cotidianamente, as interações entre o homem e o meio –, como conjunto de “testemunhos ambientais em formação”⁶⁴.

Ao considerar a possibilidade ou, mesmo, o inevitável desaparecimento de uma área ou artefato histórico, distante ou mesmo recente, o documento destaca a necessidade de atentar, antes de qualquer intervenção, para a relevância do ambiente como artefato que transmite significados para o indivíduo em sua relação com o espaço vivido. Locais de ocorrência das relações humanas devem ser considerados em sua totalidade, não como uma “exclusividade” que se verifica apenas em setores selecionados.

Para compreendermos a ambiência cultural do sítio histórico urbano, portanto, devemos considerar a cidade como um todo e identificar a “heterogeneidade” do patrimônio ali existente. Essa ideia de “paisagem cultural” deve repercutir nas decisões

⁶³ Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

⁶⁴ Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987.

sobre como planejar a cidade, sendo de fundamental importância a necessidade da participação da população nas decisões sobre o que preservar e inventariar, entendendo a preservação como um ato de cidadania.

No mesmo período em que ocorreram as colocações sobre o patrimônio na Carta de Petrópolis, outro encontro do ICOMOS, realizado em Washington – EUA, nos anos de 1986-1987, produziu a “Carta Internacional Para Salvaguarda das Cidades Históricas”, na qual foram feitas considerações aprofundadas sobre o que podemos compreender como o conjunto de bens a compor o conceito cultural de patrimônio. Objetivando complementar os termos alcançados na elaboração da Carta de Veneza, os especialistas chegaram à conclusão de que todas as cidades são tidas como históricas e que essa historicidade se processa a partir de um “desenvolvimento espontâneo”, sendo que as mesmas constituem “expressões materiais da sociedade” e “valores próprios das civilizações urbanas”.⁶⁵

Os termos patrimônio natural e patrimônio edificado, já consagrados em outros documentos, são novamente abordados nesse encontro para configurar o conjunto de expressões e significados como conceitos do patrimônio cultural. Produzida para critérios de proteção ao patrimônio, a carta vem colaborar e completar definições elaboradas de “princípios, objetivos, métodos e instrumentos”, alcançados para o debate sobre a “salvaguarda da qualidade das cidades históricas” frente às várias transformações a que o meio urbano está sujeito.

Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
- as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história⁶⁶.

Sempre objetivando a conceituação e salvaguarda do patrimônio, a Carta de Washington resume preocupações e pensamentos, como o desaparecimento de bens

⁶⁵ Carta de Washington. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos, 1987.

⁶⁶ Idem.

históricos que, a cada dia, se agrava a partir da industrialização das cidades, degradando, desestruturando e destruindo a ambiência urbana consolidada. Preocupação que também já fora objeto de discussões no encontro que ocorreu em Nairóbi em 1976, quanto ao papel das cidades históricas na “vida contemporânea” como elo afetivo e simbólico do indivíduo com o ambiente construído.

Verificamos um consenso entre os documentos redigidos a partir dos encontros citados sobre a necessidade de promover uma “política de desenvolvimento urbano econômico e social” que integre o tema da salvaguarda do patrimônio às questões de ordenamento do crescimento da cidade, ou seja, que procure definir padrões para o tratamento de edificações e para a elaboração de intervenções viárias e do solo, buscando equacionar um equilíbrio entre o novo e o antigo.

Questões já observadas e que necessitam ser aprofundadas, mas sempre a partir da cooperação e participação da sociedade ao definir o que a identifica com o ambiente, compreendendo o engajamento e a cooperação dos indivíduos a partir de estudos pluridisciplinares, envolvendo análises de setores “arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos”, com elaboração de criteriosa documentação a respeito dos bens a serem preservados.

Os citados encontros internacionais e a construção paulatina e consciente do conceito do patrimônio cultural, abarcando significados materiais e imateriais⁶⁷ serão determinantes para o encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), ocorrido em novembro de 1999, na cidade de Burra, Austrália. Denominada “Carta de Burra”⁶⁸, o documento elaborado para a conservação dos sítios com significado cultural formula um conjunto de diretrizes para as intervenções preservacionistas no patrimônio. Redigida a partir das ponderações colocadas nessa reunião, a carta indicará a compreensão do conceito de “Patrimônio Cultural” como conhecimento essencial para adoção de linhas de intervenção e de preservação do bem a partir do restauro, assim como

⁶⁷ Na versão atualizada da carta de Burra em 2013, utiliza-se o termo “intangível” em substituição de imaterial. O termo imaterial começou a ser utilizado e difundido pela UNESCO a partir de 2003. No Brasil, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial a partir do decreto 3551, no ano de 2000.

⁶⁸ Aqui consideramos para estudo a versão adotada no ano de 1999, por ser a que sofreu maior reformulação. O primeiro documento foi redigido em 1979, revisto e atualizado nos anos de 1981 e 1988 e são considerados pelo ICOMOS Austrália como documentos de arquivo e que não devem servir de referência. Na carta atualizada em 2013, são abordados temas recentes de acordo com a necessidade de novas abordagens, como, por exemplo, as “Rotas Culturais”; o “Patrimônio Cultural Intangível e Lugar” e o “Patrimônio Cultural Indígena”. Fonte: <https://australia.icomos.org/>. Consulta em 02-06-2018.

de uma “política” de conservação, de gestão e de uso, visando sua permanência e longevidade como referência histórica:

O significado cultural de um sítio, e outras questões que afetem o seu futuro, ficam melhor compreendidos por uma sequência de recolha e análise de informações antes da tomada de decisões. Primeiro vem a compreensão do significado cultural, depois o desenvolvimento da política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política⁶⁹.

Outro fator que consideramos relevante destacar e que, com certa recorrência, é apresentado nos documentos, surge aqui como fundamental nesse processo conservativo do bem. Fator que está relacionado à participação ativa da sociedade no processo de preservação, orientando que

[...] a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio (Art. 12).

A questão da participação popular nos processos preservacionistas também surge neste trecho:

A Carta reconhece a necessidade de se envolverem as pessoas nos processos de formação das decisões, particularmente aquelas que tiverem fortes associações com um sítio. Pode-se tratar do dono da loja da esquina, dos trabalhadores de uma fábrica ou dos guardiões comunitários de sítios com valor especial, quer sejam de origem indígena ou Europeia⁷⁰.

Ou seja, a carta destaca a necessidade de haver uma integração entre as ações de governo e a sociedade, promovendo iniciativas que congreguem a permanência do bem conjuntamente a um plano que objetive a organização e o crescimento da cidade. Em determinados contextos, essa cooperação pretendida alcançaria uma indispensável cooperação entre países devido aos seus “aspectos de propriedade intelectual”, como citado na Conferência Geral da UNESCO, em sua 25ª reunião, e que se verifica na “Recomendação de Paris”, em 1989, ao abranger, a cultura tradicional e popular dos

⁶⁹ Carta de burra revisada em 26 de novembro de 1999, Art. 12. Carta do ICOMOS da Austrália para conservação dos sítios com significado cultural.

⁷⁰ Idem

povos, considerando que fazem “parte do patrimônio universal da humanidade”, bem como, “parte integrante do patrimônio cultural”.

Todas as questões delineadas e conceituadas nessa seleção de cartas patrimoniais, abordam o patrimônio e a relevância de sua preservação e salvaguarda, relacionadas ao tangível e ao intangível, aos elementos que conformam a criação, transformação e interação de um ambiente de relações sociais, seja na paisagem de núcleos urbanos, pequenos núcleos populacionais isolados em ambiente rural ou, mesmo, pequenos agrupamentos de pessoas interagindo em um meio natural. Os valores e significados atribuídos a bens materiais e imateriais conformam identidades, em um processo contínuo de formação cultural.

No contexto da presente abordagem, devemos considerar em que medida tais fundamentos estão sendo incorporados nas discussões sobre o planejamento das cidades pelo poder público e, no mesmo caminho, até que ponto servem de parâmetro para apropriação do tema pela sociedade, para redefinição da noção de patrimônio, de reconhecimento de uma herança que se constituiu em algum momento da história e que, de alguma forma, faz um elo entre o presente e o passado, configurando o ambiente como uma realidade onde as pessoas vivem. Esse arcabouço conceitual estará presente nas discussões sobre o que e como preservar aquilo que herdamos do passado por meio de instrumentos legais, conforme buscaremos identificar no modo como a preservação do patrimônio urbano tem sido encampada na constituição da legislação urbanística da cidade de São Paulo.

4 – Legislação Urbanística da Cidade de São Paulo

Na década de 1970, algumas iniciativas do poder público municipal de São Paulo permitiram a execução de um conjunto de estudos que abarcaram diversos aspectos socioeconômicos do ambiente urbano, bem como suas características físicas e territoriais. Voltados para as questões sociais e econômicas da área central, tais estudos abrangeram também regiões mais distantes nas zonas leste, oeste, norte e sul da cidade. Desse modo, a prefeitura desenvolveu diagnósticos e estudos visando implantar intervenções urbanísticas em atendimento às demandas prioritárias da sociedade ligadas às questões de moradia, transporte público e rede viária, mas que, conseqüentemente, iriam transformar a paisagem urbana e os modos de vivência na relação cidade e indivíduo. Esses projetos foram elaborados e discutidos com entidades da administração pública, como a COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento)⁷¹; SMT (Secretaria Municipal de Transportes); EMURB (Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo) e METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo), que buscaram conjuntamente solucionar questões relacionadas ao fluxo e crescimento urbano dentro de suas respectivas áreas de competência.

Naquele momento, devido à necessidade de tratar esses projetos setoriais em conjunto, foram realizados reuniões e debates com a sociedade civil para esclarecimentos sobre os projetos e planos implementados. Nesse sentido, foram colocadas em pauta as preocupações do poder público relacionadas à cidade existente e ao impacto que poderia vir a ocorrer no tecido urbano constituído por exemplares remanescentes de camadas edificadas⁷². Os projetos a serem implantados se colocavam também como necessidade

⁷¹ A COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento, criada pela Lei nº 7694, de 07 de Janeiro de 1972, apresenta em sua redação no Artigo 02, as seguintes competências: “Promover o processo de planejamento integrado do desenvolvimento do Município; Estabelecer diretrizes e coordenar as atividades de planejamento dos órgãos municipais e entidades vinculadas à prefeitura; Elaborar planos que envolvam atividades de mais de uma Secretaria ou de quaisquer outros órgãos vinculados ao Município; Assessorar o Prefeito nos assuntos relacionados com a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município – PDDI – SP; Promover o entrosamento com os demais órgãos ou entidades de planejamento que tenham atuação ou influência na área do Município; Propor medidas visando a participação da comunidade no processo de planejamento”. Para acesso ao texto completo da Lei, consultar: <http://documentação.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L7694.pdf>

⁷² Foi apresentado à sociedade uma síntese dos principais planos e programas voltados especificamente para a área central, como também para o Município de São Paulo, enfocando os seguintes temas: Diretrizes Nacionais – II Plano Nacional de Desenvolvimento II PND; Diretrizes Regionais – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo – PMDI; Diretrizes Municipais – Plano Urbanístico Básico – PUB; Implementação Legal – Plano diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDI – SP. Para consulta em: DEUSO – Centro de Documentação – Pasta COGEP/PMSP. DOS

econômica, social e política, na urgência de adequação da cidade ao crescimento contínuo constatado nas últimas décadas na cidade de São Paulo.

A área englobando o centro histórico da cidade de São Paulo que, nesse período, já concentrava poder econômico e financeiro comercial, necessitava de uma adaptação em sua estrutura física territorial para alcançar requisitos e exigências que se impunham ao crescimento constante industrial e concentrador de riqueza da cidade.

A cidade necessitava, também, manter posição econômica de destaque no Sudeste como região representativa, fator determinante para atingir recomendações e objetivos de crescimento econômico priorizados pelo Governo Federal para a região e propostos no PND II – Plano Nacional de Desenvolvimento, e também para assegurar o repasse de recursos do Estado.⁷³

Na esfera estadual, buscava-se um trabalho conjunto com municípios da grande São Paulo, com os estudos de viabilidade de um plano urbano amplo que alcançasse acessibilidade viária da área central com o corpo urbano do grande município, interligando e facilitando os acessos dessas áreas com o território metropolitano. Propostas que foram apresentadas no PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado.⁷⁴

As implicações desses novos dispositivos administrativos para o ordenamento territorial proporcionaram a realização de estudos urbanos direcionados ao entendimento do sistema social, financeiro e de serviços consolidados na área central da cidade, bem como levantamentos de sua estrutura físico territorial que viriam a permitir ações voltadas a planejar e consolidar o antigo perímetro conhecido como centro histórico. Em atendimento às novas necessidades e exigências de desenvolvimento urbano financeiro, foi elaborado a pedido da COGEP um documento intitulado “Projeto Centro”, voltado à estratégias de preservação de algumas áreas degradadas e passíveis de recuperação

014/10 – Política de Controle e desenvolvimento da Área Central – RD 001/78 – Plano Integrado da Área Central: Relatório Informativo dos Elementos de Conhecimento.

⁷³ Sobre PND II – Plano Nacional de Desenvolvimento, consultar no site do Governo Federal em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

⁷⁴ Sobre o PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, pesquisar em <http://www.bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/CatalogoEmplasa.aspx> (consulta realizada em 10/04/2017); para uma consulta mais detalhada ver pesquisa de Mestrado de Renato Lagos Mentone: *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo/PMDI-GSP, 1970: da expectativa ao desconhecimento*. São Paulo, 2015, disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-07032016-160446/pt-br.php>

urbana. O projeto procurou realizar um levantamento de edificações isoladas e de manchas urbanas consideradas de valor histórico, resultando na elaboração de relatórios de conhecimento da área central e de suas adjacências, bem como estudos específicos para adequação, reurbanização, intervenções e recuperação urbana das áreas em processo de degradação.⁷⁵

A COGEP, dentro das atribuições que lhe cabiam, foi responsável pela coordenação de todo esse conjunto de estudos preliminares realizados no início da década de 1970 e que viriam a servir de referenciais para a escolha das áreas especiais denominadas zonas Z8⁷⁶; incluindo as discussões sobre a preservação de elementos representativos da história da cidade e de seu tecido urbano, registrados pela presença de exemplares arquitetônicos sobreviventes das transformações ocorridas por décadas.

Exemplos nesse sentido são as áreas da Bela Vista e do Bairro da Luz, que receberam atenção especial nesse contexto de preocupações preservacionistas em áreas consolidadas. Ambas as áreas se apresentavam deterioradas e, a partir desses levantamentos, receberam a elaboração de projetos de intervenção e legislação específica voltada à questão social e proteção de seu patrimônio edificado. Ainda nessa perspectiva de recuperação de sítios urbanos dentro da área denominada Bela Vista, cabe destaque para os estudos direcionados ao conjunto de casas da Vila Itororó, executado pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo, Claudio Tozzi e Décio Tozzi, com projeto cultural da curadora Aracy Amaral e projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, documento essencial e referencial para o tombamento deste conjunto urbano, que ocorreria anos depois.⁷⁷

⁷⁵ Para consulta dos relatórios “Projeto Centro” verificar em: Investigações Preliminares: Áreas Verdes; Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico; Projeto Anhangabaú; Projeto Pátio do Colégio; Projeto Galeria de Pedestres; Projeto 25 de Março e Projeto Ruas de pedestres. Disponível em: DEUSO – Centro de Documentação – DEUSO – Pasta COGEP/PMSP. DOS 014/10 – Política de Controle e desenvolvimento da Área Central – RD 001/78 – Plano Integrado da Área Central: Relatório Informativo dos Elementos de Conhecimento.

⁷⁶ As Zonas Especiais Z8 – “usos especiais, com taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote estabelecido para cada uso específico”, foram elaboradas com a aprovação do PDDI. Esse conceito de zoneamento seria o passo inicial para o processo de intervenção no desenho urbano, sua renovação e reordenação em áreas que precisavam atenção especial por serem possuidoras de peculiaridades históricas, contextos sociais específicos como também paisagem excepcional, que estava previsto para execução a curto, médio e longo prazo.

⁷⁷ Para consulta a respeito de alguns estudos realizados na Bela Vista e Vila Itororó consultar: DEUSO – Centro de Documentação – Pasta da COGEP – PMSP - PR 073 – Zoneamento/Reurbanização da Grota da Bela Vista; Dossiê 038.5/22 – Zoneamento/Reurbanização Vila Itororó – Projeto de Recuperação Urbana.

Outra iniciativa incluída no conjunto de estudos preliminares da região central – em vista das transformações urbanas que já estavam em andamento e das que estavam a serem implantadas – foi denominada Projeto 014/PR.025/72: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. O projeto foi desenvolvido a pedido da COGEP e executado pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, com o objetivo de “fornecer listagem básica de bens culturais relevantes na área central com o fim de orientar a política municipal na sua preservação”⁷⁸. O estudo apresentou em seu levantamento e conteúdo a seguinte divisão:

- Relatório, levantamento fotográfico e mapas referentes aos bens culturais a serem preservados;
- Metodologia adotada para o cadastro dos bens culturais, superpondo dois enfoques: ciclos econômicos e técnicas construtivas;
- Critérios de triagem;
- Rápida análise histórica da evolução urbana com indicação dos marcos arquitetônicos e urbanísticos;
- Definição de duas categorias de bens a preservar: conjuntos arquitetônicos e edifícios isolados;
- Lista de bens culturais dignos de preservação: Pasta 1 – manchas arquitetônicas, em número de 27. Pasta 2 – bens culturais isolados, em número de 66 imóveis.⁷⁹

Já no texto de sua introdução, os arquitetos ressaltam uma “Listagem básica dos bens culturais relevantes situados no centro de São Paulo destinada a orientar o poder público municipal na sua política de preservação”⁸⁰. Ou seja, não seriam selecionados todos os imóveis existentes no centro histórico dos períodos anteriores, mas sim uma seleção (listagem básica) de exemplares considerados relevantes ou, segundo o termo utilizado pelos arquitetos, “considerados bens culturais que representassem períodos da formação da cidade”. O trabalho foi elaborado sobre dois enfoques: o primeiro abordou exemplares arquitetônicos, considerando os ciclos econômicos divididos em:

⁷⁸ Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. Material encontrado em: Centro de Documentação/ DEUSO.

⁷⁹ Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. Material encontrado em: Centro de Documentação/ DEUSO.

⁸⁰ Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. Material encontrado em: Centro de Documentação/ DEUSO.

- “Bandeirismo de Preação; Entradas sistemáticas em busca de ouro”;
- “Agricultura de subsistência à produção de açúcar; produção de café”;
- “Período pré-industrial e Período Industrial”.

O documento esclarece a dificuldade de identificação desses bens segundo esse enfoque e a opção pela escolha de um segundo, que seria o das técnicas construtivas. Apresenta, a partir de então, uma rápida explanação das técnicas utilizadas na construção dos artefatos arquitetônicos e os períodos correspondentes relacionados aos materiais utilizados nas edificações. Por fim, há também a listagem com os bens selecionados separando os itens da seguinte forma:

- “Manchas arquitetônicas, algumas com interesse, inclusive, no agenciamento urbanístico e vinculados à topografia local”;
- “Listas dos bens culturais isolados a serem preservados individualmente”.

Na primeira categoria – das manchas arquitetônicas – são apresentadas considerações sobre os bens selecionados: a respeito da época em que foram construídos, materiais utilizados, localização, características arquitetônicas, importância de sua inserção na paisagem e recomendações para preservação e/ou possíveis intervenções da área envoltória⁸¹. Já na segunda categoria – dos bens isolados – de forma mais sintética, refere-se à sua localização e em quase todos os casos a quem pertencem ou pertenceram. Quanto às escolhas dos exemplares, esclareceram que:

[...] a preocupação básica foi anotar, sempre que possível, construções em que se percebesse distintamente a intervenção do arquiteto no projeto original, o que é de fácil constatação. Não houve à priori uma tomada de decisão crítica elegendo-se o que seria bom ou mal, bonito ou feio. Trata-se, simplesmente, de se captar “instantes” da vida urbana da cidade e, assim, procurou-se somente, dentro da amostragem ainda existente, separar edifícios das épocas diversificadas e somente aqueles concebidos dentro do bom gosto da época e executados a partir de projetos elaborados por profissionais.⁸²

⁸¹ Área envoltória do bem protegido ou tombado definido regulamentado pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985; Art. 2, item V.

⁸² Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. Material encontrado em: Centro de Documentação / DEUSO.p.13;14.

O documento é finalizado em tom de alerta: “esse é um trabalho prévio de abordagem, é uma última oportunidade de se verificar o que sobrou da contínua onda de renovação urbana que sempre caracterizou a cidade que mais cresce e se transforma no mundo. Agora já não há mais tempo de prioridades”.⁸³ Há ainda uma segunda pasta, contendo um conjunto de fotografias dos bens selecionados, fotos que foram produzidas quando do levantamento dos bens.⁸⁴

Podemos considerar esse estudo desenvolvido pelo poder público municipal como uma das iniciativas de maior relevância naquele momento histórico, no que tange à preservação da memória e do patrimônio urbano paulistano, buscando identificar e proteger os artefatos representativos da história da formação do município de São Paulo. Foi a partir desse levantamento, vinculado ao cumprimento de prazos e metas para alcançar objetivos e diretrizes estabelecidos no PDDI, em atendimento à lei de zoneamento, que o poder público pôde desenvolver, estabelecer e aprovar o primeiro instrumento legislativo voltado à proteção de bens arquitetônicos e, conseqüentemente, de parcelas da paisagem urbana do centro histórico da cidade de São Paulo. Tais preocupações integraram as disposições gerais⁸⁵ a serem abordadas na aprovação da Lei que regulamentaria as Z8 – Zonas Especiais.

Assim, em 27 de dezembro de 1974 – no escopo dos objetivos, diretrizes, prazos e metas estabelecidas no PDDI – foi aprovado o Projeto de Lei PL200. Regulamentando as zonas de uso especial Z8 – ainda que, nesse primeiro momento, não abarcasse um contexto geral das áreas de controle e preservação do patrimônio cultural, que viriam a ser denominadas Z8-200 – o tema já encontraria respaldo, mesmo que genericamente, na abrangência da lei, como podemos ver pelo enunciado no Cap. I – Objetivos – item V que determina: “Propiciar a preservação de espaços urbanos de valor paisagístico ambiental relevante”. No mesmo caminho, a definição da região da Bela Vista e Luz, respectivamente, como zonas Z8-010 e Z8-007, a partir dos estudos realizados no âmbito

⁸³ Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”. Material encontrado em: Centro de Documentação/ DEUSO

⁸⁴ Pasta COGEP/PMSP Projeto 014/PR.025/2: “Projeto Centro – Iconografia – DOS 014/04 – Política de Controle e Desenvolvimento da área central”. Material encontrado em: Centro de Documentação/ DEUSO.

⁸⁵ PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; Art. 20, Item “p”: pesquisar em <http://www.bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/CatalogoEmplasa.aspx>

do “Projeto Centro”, já abordados aqui, possibilitariam projetos específicos de reurbanização e de preservação de edificações de valor histórico e cultural.⁸⁶

4.1 – Lei nº 8.328/1975 – Zonas Especiais Z8-200

A instituição das zonas Z8-200 viria a ocorrer com a aprovação da Lei 8.328, de 02 de dezembro de 1975, durante a gestão do Prefeito Olavo Egydio Setúbal, englobando imóveis: “caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinado à preservação”. O artigo 2º desta Lei 8.328, relacionado à zona de uso Z8-200, estabelece que “o remembramento ou desdobro de lotes, as demolições, reformas, ampliações, reconstruções ou novas edificações ficam sujeitas à prévia autorização da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP visando a preservação das características urbanas e ambientais existentes”.

A listagem contendo os bens arquitetônicos representativos da formação histórica da cidade, indicados pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos nos estudos do “Projeto Centro”, foi considerada quase que na sua totalidade para fins de demarcação das zonas Z8-200, basicamente nos mesmos termos de sua redação, com pequenas alterações. Enumeradas de 001 a 094, foram aprovadas as primeiras áreas e bens isolados que passariam a estar sujeitos às restrições intervencionistas de qualquer natureza, sejam permissões para reformas ou acréscimos, demolições e alterações no tamanho do lote; ficando, dessa forma, instituído o primeiro instrumento legislativo de proteção a esses bens selecionados, considerando os artefatos constituídos por manchas urbanas, conjuntos arquitetônicos ou unidades isoladas.

Mesmo que, por vezes, sofrendo alvo de ações judiciais contestando essa normativa ou, ainda, enfrentando a insatisfação de muitos proprietários que, inconformados com as restrições impostas ao uso de seus bens privados, incorriam em negligências, promovendo demolições ou reformas não autorizadas – como ocorrido na Vila Itororó⁸⁷ –, é notória a efetividade dessa iniciativa quando observamos, no desenho

⁸⁶ Para consulta mais detalhada sobre a definição das Z8 – zonas especiais ver: Projeto de Lei PL-200 – Cap. I – Objetivos e definições; item V; Cap. II – Das Zonas Especiais Z8; Cap. VI – Da Exposição e Motivos; Pesquisar em <http://documentação.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0200-1974.pdf>

⁸⁷ O conjunto da Vila Itororó sofreu processo de degradação e demolição de algumas casas por iniciativa dos proprietários, mesmo quando já caracterizada como Z8-200 e em processo de análise de tombamento pelo Condephaat.

urbano da cidade, os remanescentes dos conjuntos arquitetônicos indicados como Z8-200 e que sobreviveram às transformações urbanas. No entanto, Somekh observa que:

[...] as bem-sucedidas Z8-200 até hoje não se efetivaram, mais de 100 edifícios foram demolidos. Da lista de 1.500 imóveis, 530 não foram tombados até hoje.⁸⁸

O parágrafo 1º da lei⁸⁹ define que: “Os pedidos referentes ao disposto neste artigo serão apreciados e decididos pela COGEP, no prazo de cento e oitenta (180) dias, a qual ouvirá, se necessário e para fins de direito, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado”. Instrução que caracteriza, naquele momento, a dependência ao órgão estadual CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico), devido à falta de um departamento municipal específico direcionado ao tema da preservação, questão que até então era tratada pelo órgão de planejamento.⁹⁰

Já no artigo 22 dessa mesma Lei é mencionada a Zona de Metrô Leste com o seguinte texto: “Fica criada a Zona METRÔ-LESTE, ZML, destinada à implantação do sistema do METRÔ, sistema viário, terminais de ônibus, estações de transferência de passageiros, remanejamento de rede ferroviária e obras complementares, integradas em plano de urbanização, compreendendo também a construção de equipamento comunitário, áreas verdes, unidades habitacionais e comerciais”.⁹¹

Essas intervenções urbanísticas viriam a ser consolidadas com estudos executados pelos órgãos municipais EMURB e COGEP, que realizariam levantamentos nas áreas que seriam atingidas pelas obras do metrô, como também nas áreas de entorno passíveis de intervenções urbanísticas relacionadas à estruturação urbana e adensamento populacional.

⁸⁸ SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 185.08, *Vitruvius*, out. 2015.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>

⁸⁹ SÃO PAULO (Cidade). Lei 8.328, de 2 de dezembro de 1975.

⁹⁰ O órgão municipal DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) seria instituído apenas em 1975 e o CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) seria criado em dezembro de 1985, tendo sua instalação definitiva apenas em outubro de 1988.

⁹¹ Aprovado na gestão do Prefeito Mário Covas, o documento institui regras para o instrumento de transferência de potencial construtivo, estabelece incentivos, obrigações e sanções relativas à preservação dos imóveis enquadrados com Z8-200. Fonte: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/normas/?numero=9.725>

Assim como ocorreu no centro histórico, também aqui o tema da preservação do patrimônio esteve interligado às questões do planejamento urbano. Entre os anos de 1977 e 1978, esses órgãos desenvolveram estudos e levantamentos no intuito de identificar o patrimônio ambiental e arquitetônico da região leste, área que sofreria intervenções para a construção do metrô e para requalificação urbana:

Os trabalhos de identificação do patrimônio a ser preservado nessa região surgiram, portanto, da investida dos técnicos da EMURB e da COGEP, engenheiros, arquitetos e urbanistas, no sentido de “reurbanização” da área. Tinham como desafio um projeto de intervenção em grande escala, que envolvia a busca de soluções para a adequação do metrô, atendendo ao surgimento de novas demandas urbanas. Deveriam encontrar soluções para a questão habitacional, o que envolvia a descoberta de áreas “vazias” e a escolha de terrenos a serem desapropriados para a implantação de conjuntos habitacionais.⁹²

Foram realizados levantamentos dos conjuntos arquitetônicos de vários bairros da região para identificação daqueles que possuíam significação para a cidade, sendo diagnosticada a presença de vários conjuntos de unidades habitacionais formadores de Vilas Residenciais como também unidades fabris que poderiam ser mantidos:

[...] os técnicos entenderam que a solução da questão habitacional seria resolvida por meio, principalmente, da requalificação das estruturas existentes da preservação das vilas habitacionais e da utilização das instalações industriais ociosas. Para a defesa da proposta, procederam ao inventário dos imóveis de interesse, o que resultou em uma pesquisa mais aprofundada, ocasionado a identificação e seleção de Vilas, Conjuntos Habitacionais e Galpões Industriais considerados “significativos” para preservação.⁹³

A partir desses levantamentos em áreas marcadas pela implantação de indústrias em São Paulo e da preocupação de selecionar conjuntos edificados no modelo de vilas e também conjuntos industriais, notamos a ampliação das tipologias arquitetônicas entendidas como de interesse para preservação, ou seja, de um critério de seleção pautado

⁹² ANDRADE, Paula Rodrigues de A. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012, p. 101. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01022013-154314/pt-br.php>

⁹³ Idem p.110

por edifícios que representavam os “estilos” das elites, passando-se a considerar as vilas de casas operárias e a arquitetura industrial como bens de interesse histórico.

O resultado desses levantamentos na área que estaria sujeita à intervenção devido à implantação do metrô da zona leste foi apresentado em 13 de fevereiro de 1979, sob a resolução 004/79, com publicação no Diário Oficial⁹⁴. O documento informava a população sobre o projeto de intervenção na zona leste, considerando “a necessidade de melhor informar os munícipes quanto às propostas delineadas, visando a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da zona leste”, com prazo de 60 dias para manifestação junto à COGEP. O enunciado do Projeto de Lei informa que o documento “dispõe sobre a preservação do patrimônio ambiental urbano em áreas da zona leste do município, institui áreas de proteção paisagística, e dá outras providências”⁹⁵.

Nesse contexto, foi apresentada uma relação bem diversificada de tipologias com 66 itens descritivos abrangendo zonas Z8-200, entre os quais um número bem expressivo era constituído por conjuntos formados por várias unidades residenciais caracterizadas como vilas (indicando, inclusive, que seus acessos e vias internas também deveriam ser preservados); imóveis industriais, comerciais e residenciais; igrejas; escolas particulares e públicas; casa Bandeirista e também o núcleo histórico da Penha. A relação contemplava imóveis localizados nos bairros do Brás, Bresser, Pari, Mooca, Belém, Tatuapé e Penha, ou seja, toda extensão territorial prevista para implantação da linha do metrô.⁹⁶

O projeto de Lei acabou por não alcançar aprovação e, da extensa lista de exemplares selecionados e indicados pelos técnicos como representativos para o patrimônio histórico da região, como também para a cidade, apenas uma pequena parcela recebeu proteção legislativa. Somente em 20 de dezembro de 1978 foi aprovada a Lei nº 8.848, estabelecendo legislação direcionada ao parcelamento, uso e ocupação do solo na Zona Metrô-Leste – ZML. No texto da lei, daquela extensa lista publicada anteriormente para consulta pública e que fora indicada pelos técnicos que fizeram o levantamento para

⁹⁴ SÃO PAULO (Cidade). Resolução nº 004/79. Diário Oficial do Município de 13 de fevereiro de 1979, páginas de 01 a 11.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

a COGEP, encontramos apenas uma relação contendo 7 (sete) imóveis que foram enquadrados como Z8-200.⁹⁷

Anteriormente a esta publicação de imóveis Z8-200, relacionados ao inventário da zona leste, outros 6 (seis) imóveis na região central receberam proteção Z8-200 através da aprovação da Lei 8769, que entrou em vigor em 31 de agosto de 1978. Essas zonas foram numeradas de Z8-200/95 a Z8-200/100. Nesse mesmo documento ainda foram apresentadas alterações de perímetro em algumas Z8 já definidas: Z8-200-046, Z8-200-11, Z8-200-092, Z8-200-093 e Z8-200-094.

Nos anos seguintes, foram aprovados pelos vereadores da câmara municipal novos imóveis caracterizados como Z8-200, mas em pedidos que não mais abarcaram o tema da preservação relacionada a grandes projetos, mas sim selecionados individualmente, constituindo, até ano de 1985, um número de 138 áreas de zonas Z8-200. Somente no ano de 1984 foram definidos, pela aprovação da Lei nº 9.725, os níveis de preservação dos imóveis e áreas caracterizadas como Z8-200 que foram inventariadas pela COGEP, constituindo grande passo para elaboração de planos específicos de proteção dos bens já demarcados.

Na década de 1970, seria criada a Secretaria Municipal de Cultura⁹⁸ e o Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, que passaria a ter a competência, dentre outras responsabilidades, de realizar estudos e levantamentos direcionados à questão da preservação dos bens históricos, conforme vemos no artigo 2º, item VI, da Lei 8.204: “Planejar e executar medidas necessárias ao levantamento, ao tombamento e à defesa do patrimônio artístico e cultural do Município”. Ainda que, nesse primeiro momento da criação da Secretaria Municipal de Cultura e do DPH, houvesse um direcionamento para a questão da preservação do patrimônio, o tratamento do tema “patrimônio histórico”,

⁹⁷ Texto da Lei nº 8.848 de 20 de dezembro de 1978; Relação de imóveis: Z8-200-101: Vila Queiroga – imóvel situado à Avenida Rangel Pestana, entre os n.º 885 e 899; Z8-200-102: Gasômetro – imóvel situado à Rua do Gasômetro nº 100; Z8-200-103: E.E.P.G. Romão Puigari – imóvel situado à Avenida Rangel Pestana, 1482; Z8-200-104: Estação do Brás – imóvel situado junto à Praça Agente Cícero; Z8-200-105: Imóvel situado no Largo da Concórdia nº 88; Z8-200-106: Hospedaria dos Imigrantes, imóvel situado à Rua Visconde de Parnaíba nº 1316; Z8-200-107: Vila Brasil – conjunto de quadras limitado pelas Ruas Monte Serrat, Rua Doutor Mello Freire, Rua Francisco Marengo e Rua Tijuco Preto. Disponível para consulta em: <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao>.

⁹⁸ Lei 8.204, de 13 de janeiro de 1975 – Criação da Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/leis/index.php?p=1133>

ainda estaria vinculado aos estudos e supervisão da COGEP, mas trabalhando conjuntamente com o DPH-COGEP.

Esse panorama viria a se modificar apenas com a efetivação da criação, no ano de 1988, do Conpresp⁹⁹ – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, que se tornaria o órgão municipal responsável pelas questões da preservação do patrimônio histórico da cidade, apoiado pelo DPH e estruturado em suas competências dentro da Secretaria Municipal de Cultura.

Na década de 1970, na esfera do poder administrativo municipal, vimos que as primeiras iniciativas voltadas aos estudos no campo do patrimônio histórico – bem como as preocupações quanto a sua preservação e proteção – estiveram vinculadas à pesquisas coordenadas por órgãos públicos municipais em atendimento à elaboração de legislação voltada à implantação de projetos de consolidação, desenvolvimento e estruturação do tecido urbano. Nesse primeiro momento, pretendeu-se proteger bens de interesse histórico e arquitetônico que representassem traços da formação histórica da cidade de São Paulo, abrangendo elementos culturais e ambientais, visto que se buscou preservar, além do edifício isolado, conjuntos de edificações e, conseqüentemente, de paisagem urbana.

As atas das sessões da Câmara Municipal¹⁰⁰ ajudam-nos a compreender como transcorreram as discussões e o processo de preservação voltado ao patrimônio arquitetônico na cidade de São Paulo na esfera municipal. Como vimos, o instrumento legislativo disponível a ser utilizado nesse período se configurava no artigo que definia as zonas especiais, especificamente a Z8-200, no contexto de “imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico”¹⁰¹, destinados à preservação. É com base neste dispositivo que os vereadores irão se debruçar sobre a análise e aprovação dos bens a serem incluídos na relação de edifícios a sofrerem “restrições de usos, remembramento de lotes, demolições, reformas, ampliações, reconstruções”; a depender de autorização da COGEP para possíveis intervenções, objetivando a preservação do bem. No transcorrer dos anos, enquanto vigorou o

⁹⁹ Sobre a instituição do Conpresp, consultar a Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985 alterada pelas Leis nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986 e Lei nº 14.516, de 11 de outubro de 2007.

¹⁰⁰ Pesquisar em <http://documentação.camara.sp.gov.br>

¹⁰¹ Definição das áreas Z8-200, Lei 8328 de 02 de dezembro de 1975, Art. 1º alínea “d”.

instrumento Z8-200¹⁰², muitas das Z8 sofreram alteração de perímetro, inclusão e exclusão de bens na listagem¹⁰³.

Para ilustrar como transcorria o processo de pedidos na Câmara para proteção dos bens, transcrevemos abaixo a Sessão 172/2ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de junho de 1978:

O Sr. Antônio Sampaio – (Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, nobres Vereadores. Formulamos o Requerimento 1-29-78 com a intenção de abreviar o andamento do Projeto de lei n.º 80-78, de iniciativa do Sr. Chefe do Executivo Municipal, que objetiva incluir no quadro 8-B, integrante da lei n.º 8.328-75, classificado como Z-8-200-095, o imóvel situado na Rua, Tomé de Souza n.º 997, no Alto da Lapa. A área Z-8-200 compreende – segundo definição contida naquele diploma legal – “os imóveis de natureza histórica ou de excepcional valor artístico ou cultural, destinados à preservação”. Esse é o intuito da propositura: preservar um prédio representativo da arquitetura contemporânea no Brasil, cujo projeto é de autoria do renomado arquiteto Gregori Warchavchick, e ampliar o rol dos bens culturais a preservar. A propositura em exame atinge uma residência construída no final da década de 20, situada no moderno bairro residencial do Alto da Lapa, sendo a construção considerada por historiadores da arquitetura contemporânea como um dos modelos arquitetônicos mais significativos da época. Acrescente-se ainda que no âmbito estadual encontra-se em andamento o processo de doação do imóvel ao patrimônio da Universidade de São Paulo, que garantirá, como se pretende, a preservação do mesmo. A Prefeitura de São Paulo, ao acrescentar na lista dos bens culturais integrantes da Lei. 8.328-75 anteriormente referida, a residência projetada pelo arquiteto Gregori Warchavchick, dá prosseguimento à tarefa de preservação da memória da cidade. Para evitar que posteriormente a mesma residência viesse a ser demolida, preocupou-se o Sr. Prefeito em enquadrá-la na Z-8-200, a fim de impedir que num futuro esta obra da arquitetura nacional venha a ser demolida. Este é o espírito do projeto, para o qual pedimos a atenção e a aprovação dos nossos pares.¹⁰⁴

¹⁰² As Z8-200 perduram até o Plano Diretor de 2002, quando então são aprovadas as ZEPECS – Zonas Especiais de Preservação Cultural; Lei n.º 13.430, de 13 de setembro de 2002.

¹⁰³ 51ª Sessão Ordinária da Câmara, realizada em 07 de junho de 1977 (inclusão de bens e alteração de perímetros); 54ª Sessão Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 1978 (bens inclusos na região de intervenção do metrô na zona leste); Lei n.º 8769, de 31 de agosto de 1978: alteração de perímetros, definição de novos perímetros.

¹⁰⁴ Fala do Vereador Antônio Sampaio, Ata da Sessão Ordinária 172/2ª, realizada em 28 de junho de 1978; Diário Oficial do Estado publicado em 04 de julho de 1978, p. 85

No intuito de compreender as discussões envolvendo as questões voltadas à preservação do patrimônio histórico da cidade nesse período, entre as décadas de 1970 e 1980, citamos o caso relacionado à Casa Modernista de Warchavchik¹⁰⁵, como podemos verificar a seguir em outro discurso de uma das sessões da Câmara dos Vereadores de São Paulo:

[...] não aprovamos nada, não discutimos nada, hoje. Estamos atrás de coisas que não têm interesse no momento. Temos aqui, por exemplo, esse Projeto de lei 88/84, de grande relevância social, que é o projeto do Executivo que dispõe sobre a inclusão de imóvel de caráter histórico-cultural na zona de Uso Especial Z8-200. É o caso da Casa do Modernista. Está aí o pessoal da Casa do Modernista querendo a aprovação deste projeto, em segunda discussão. Já vieram a semana passada, mas esvaziaram este plenário. Estão fazendo pouco desse pessoal que vem aqui. Esse pessoal vem atrás de coisa séria, ele vem atrás de uma reivindicação justa de toda uma população, defender o verde. “Povo sem passado, não tem futuro”; “a preservar a única área verde: Rua Santa Cruz, 325”. “Salvemos o Parque Mina Warchavchick”. Os Vereadores são insensíveis a isso. Nós temos que colocar 22 vereadores, hoje, neste plenário. Ninguém tem que ficar em seu gabinete, tem que descer e aprovar isto aqui, não ficar discutindo coisas que não têm interesse. É profundamente lamentável. Não quero fazer média com ninguém. E vocês que estão neste plenário, é bom que saibam e que venham a esta Casa ver a vergonha existente: com exceção da Bancada do PT, que está sempre presente, mais 5 vereadores do PMDB, os demais somem, ficam em seus gabinetes. Eles são insensíveis. Nós precisamos de 22 votos. O que vocês podem fazer é ajoelhar para eles descerem e virem votar isto aqui, que está em terceiro lugar na pauta para votação. Eles não querem votar nada, eles querem é brincar com a população de São Paulo. É um desrespeito à população, que está trabalhando, está atrás de uma luta séria. Isto não é picadeiro ou palhaçada. Eu lutei por este projeto como Presidente da Comissão de Justiça, pedi que dessem parecer em conjunto para facilitar, para adiantar. Estão correndo perigo, naquela área, de construírem lá um monstro de um edifício. Os proprietários estão de olho naquela área. Peço encarecidamente àqueles Vereadores que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário e aprovem pelo menos este projeto de lei; o restante poderá ficar para amanhã.¹⁰⁶

¹⁰⁵ A Casa Modernista foi classificada como Z8-200 nº138; foi tombada em 1984 pelo Condephaat e Iphan e ex-ofício pelo Conpresp em 1991.

¹⁰⁶ Fala do vereador Sr. Jamil Achôa, 159ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 1984; publicado no Diário Oficial do Estado, São Paulo, em 09 de junho de 1984, p. 42. (Manifesto sobre a proteção da Casa Modernista). Disponível em: <http://documentação.camara.sp.gov.br>

Além do único e restrito instrumento de proteção em nível municipal que vigorava nesse período, havia a dependência da iniciativa e boa vontade dos vereadores da Câmara Municipal para aprovação e inclusão dos bens nesse documento, que deviam incluir o tema da proteção ao patrimônio junto a outros itens que envolviam as questões de funcionamento da cidade. Vemos, portanto, a necessidade urgente de desenvolver mecanismos próprios e independentes voltados a discutir e aprovar projetos de intervenção e preservação dos bens de interesse histórico e cultural.

4.2 – Lei nº 9725/1984 – Transferência de Potencial Construtivo

Em 02 de julho de 1984, em uma tentativa de estimular os proprietários a conservarem e protegerem os bens já definidos pelo instrumento da Z8-200, o poder público municipal aprovou a Lei nº 9.725, estabelecendo a transferência de potencial construtivo do bem tombado para outros imóveis e “incentivos, obrigações e sanções”¹⁰⁷. O proprietário poderia transferir para outro imóvel, de 60% até 100% do potencial construtivo da área onde estava inserido o bem protegido. Porém, limitava essa transferência para a área “circundante” do imóvel protegido. Foram, ainda, estabelecidos no documento da lei outros incentivos como isenções de taxas para aprovação de reformas e restaurações, prevendo a classificação em níveis de proteção em áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, dos imóveis já cadastrados como Z8-200, definidos por decreto do Executivo, mediante proposta apresentada pela Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA e pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC. Esse instrumento de transferência de potencial construtivo tem resultado limitado, pois é utilizado apenas uma vez, sendo que qualquer bem arquitetônico demanda manutenção e preservação constante durante toda existência, principalmente em se tratando de bem tombado ou preservado, para os quais estudos e projetos de intervenção demandam profissionais especializados. Conforme ressalta Figueiredo:

[...] o instrumento não vincula o recurso ao investimento servindo apenas à compensação econômica pela restrição de aproveitamento urbanístico, mesmo que o fizesse, esse investimento seria apenas para conservação imediata. A médio prazo essa fonte se esgotará, ao passo que a edificações continuarão a

¹⁰⁷ Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/normas/?numero=9.725&tipo%5B%5D=lei>

necessitar de investimentos evidenciando a aplicabilidade meramente pragmática do instrumento.¹⁰⁸

Iniciativas como essas: a Z8-200; o potencial construtivo; e os níveis de proteção, mecanismos desenvolvidos para proteção do patrimônio histórico pelo poder público municipal, surgem muitas vezes como medidas paliativas e nem sempre eficazes e respeitadas pelos lados envolvidos. Não havia ainda nesse momento – ano de 1984 – uma política definida direcionada exclusivamente para a regulação da questão do patrimônio, como também uma base jurídica – em nível municipal – para embasar a proteção efetiva desses bens contra os desmandos de alguns proprietários inconformados com as restrições impostas aos seus imóveis. Vemos claramente, nos discursos dos vereadores, a preocupação de muitos deles com a questão e a cobrança por uma definição neste sentido, como podemos ver na Sessão 168ª da Câmara realizada em 27 de junho de 1984, na qual se discutiu a aprovação do projeto de lei sobre transferência de potencial construtivo. Transcrevemos alguns trechos a seguir:

[...] Quero destacar, Sr. Presidente e nobres Vereadores, que não se trata do substitutivo que seria, na minha opinião, o ideal. Ele contém ainda, como se sabe, algumas imperfeições apontadas, não só pelos Srs. Vereadores, mas também pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pela Federação do Comércio. Evidentemente, existem dúvidas jurídicas e existe a necessidade de uma reformulação procurando dar melhor consistência técnica ao referido projeto. Entretanto, foi argumentado pelo nobre Vereador Marcos Mendonça, e aí peço a atenção dos Srs. Líderes, de que a liminar que ele conseguiu junto ao Poder Judiciário, para a preservação de dois imóveis na Av. Paulista, é provisória. Ela poderá ser revogada a qualquer tempo. Como vamos entrar em recesso, já que a discussão vai demandar mais algum tempo na reavaliação de diversos artigos, então, para que não possamos, amanhã, ser acusados de permitir a depredação de mais -dois imóveis na Av. Paulista, é que aceitamos a proposta do Líder do Sr. Prefeito Municipal de aprovar o referido projeto, com pequenas modificações em relação à proposta - feita, no sentido de que preservemos tais imóveis [...] Quero esclarecer, também, que, quanto às eventuais dúvidas ou falhas jurídicas, isso não compete a nós discutirmos no momento. Entendo que existe um consenso de que temos que ter um instrumento de preservação capaz de não prejudicar o erário público, mas também não lesar o proprietário do imóvel. Pelo

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio, cidade e política urbana. Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 168.02, Vitruvius, <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>.

contrário, que o mesmo se sinta incentivado a preservar aquele imóvel de valor histórico, cultural e paisagístico. Entendemos que nada impede que alguém levante alguma dúvida jurídica no poder competente. Mas, no nosso caso, temos como único intuito, e esse foi o acordo das lideranças e com o Líder do Prefeito, de imediato, garantir a preservação dos dois imóveis relacionados no anexo do corpo do projeto, como sendo de preservação e, portanto, passível de demolição caso não aprovemos o projeto e a liminar seja revogada.¹⁰⁹

[...] O projeto original, que fala sobre a transferência do potencial construtivo de imóveis preservados, na verdade ainda está por merecer dos estudiosos da matéria uma acuidade maior porque esse projeto não vem apenas trazer, à luz de outras leis, modificações ao longo do tempo. Pelo contrário, traz, pela primeira vez, uma forma inusitada de se transferir um bem imóvel no que diz respeito à espécie. Engenheiros, arquitetos, pessoas interessadas, também entendem que esse projeto deva ser votado hoje como substitutivo para ser, acima de tudo, uma vacina que permita à Cidade de São Paulo defender-se de um mal maior. Mas, para que, no dia de amanhã, esse substitutivo não abra portas e janelas para interesses outros, necessitamos mesmo já se tornado lei, aprovada por esta Câmara e sancionada pelo Executivo - apresentar um estudo em forma de emenda que possa, efetivamente, guardar o patrimônio histórico da Cidade de São Paulo sem servir a interesses outros.¹¹⁰

[...] Sr. Presidente e nobres Vereadores, sinto e penso que, sem dúvida, a Cidade de São Paulo merece e deve ter uma política muito clara e definida para seu patrimônio histórico e cultural, assim como devemos sempre insistir para que os trabalhadores tenham sempre acesso a esse acervo. Não somos, deve ficar claro, contra a definição dessa política. Somos a favor e defendemos. Votaremos a favor desse projeto, mas achamos que algumas questões precisam ser levantadas sobre a situação, ainda incompleta, com referência à questão – da definição de uma política real de preservação do patrimônio histórico e cultural de uma cidade e não apenas de locais. Vemos que esse projeto ainda está sendo uma parte dessa política e não o todo de uma questão que é Cidade de São Paulo.¹¹¹

¹⁰⁹ Declaração do Vereador Sr. Celso Matsuda na Sessão 168ª da Câmara realizada em 27 de junho de 1984; publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de julho de 1984, p. 59. Disponível em: <http://documentação.camara.sp.gov.br>

¹¹⁰ Declaração do Vereador Sr. Gabriel Ortega na Sessão 168ª da Câmara realizada em 27 de junho de 1984; publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de julho de 1984, p. 59. Disponível em: <http://documentação.camara.sp.gov.br>

¹¹¹ Declaração da Vereadora Sra. Tereza Cristina de Souza Lajolo na Sessão 168ª da Câmara realizada em 27 de junho de 1984; publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de julho de 1984, p. 59. Disponível em: <http://documentação.camara.sp.gov.br>

Com podemos observar por esses relatos, as preocupações com a limitação das leis de patrimônio partiam tanto do poder público municipal, como também alcançavam a sociedade civil envolvida. As discussões na Câmara estavam pautadas, muitas vezes, por medidas não programadas, mas sim emergenciais, como por exemplo, as demolições na avenida Paulista.

Ainda com relação às discussões sobre as limitações do projeto de transferência de potencial construtivo, temos o seguinte discurso na mesma sessão citada anteriormente:

[...] O que queremos dizer é o seguinte: esse projeto refere-se à transferência do potencial construtivo de imóveis preservados, no sentido de evitar demolições, através de incentivos, benefícios aos proprietários desses imóveis. Este é o único aspecto que aborda o problema: a questão da preservação. Não é uma política de incentivo. É uma política de preservar o que existe. Trata, apenas, de dar alguns instrumentos à Prefeitura na questão da defesa das propriedades e da sustação das demolições. Ele é parcial, não é global. Com isso, vemos a necessidade de se avançar, no sentido da questão global, porque não existem áreas, existe uma paisagem urbana que deve ser defendida e preservada.¹¹² (Grifo nosso)

Interessante notar que aqui já discutiam a questão da preservação como paisagem urbana, não apenas como bem isolado a ser preservado, porém, as medidas adotadas até o momento continuariam a caracterizar urgências de proteção a algum bem em risco de demolição e não uma política definida de longo prazo. Em outro trecho da mesma sessão, notamos a consciência da Câmara sobre o limitado poder de atuação frente ao problema da preservação dos bens históricos, bem como a atuação de professores da Universidade de São Paulo:

Esta tarde, a Câmara Municipal de São Paulo deu exemplo a este País de que, apesar da pouca competência que tem o Município, ele pode, com a sua criatividade, criar mecanismos que possam, em parte, resolver algumas questões das nossas cidades. Esse projeto foi inspirado em um estudo elaborado pelos professores Benedito Lima de Toledo, professor da Faculdade de Arquitetura, e pelo Prof. Modesto Carvalhosa, professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que, junto com uma série de outras personalidades, estudiosos, deram a sua contribuição à nossa cidade, deram a sua contribuição à Câmara Municipal de São Paulo, permitindo a criação desse mecanismo que permitirá, de imediato, a preservação de alguns imóveis na Avenida Paulista, do imóvel situado na Vila

¹¹² Idem

Mariana, a Casa Modernista, além de mais de mil imóveis que estão listados como Z-8-200.¹¹³

Verificamos, nesses discursos, a preocupação dos vereadores com relação à temática da preservação em nível municipal; a consciência dos limites de atuação devido à falta de uma legislação mais específica e rígida para o assunto, considerando sua aplicação frente às questões que surgiam no presente; e dúvidas quanto à eficácia da lei aprovada.

4.3 – Lei nº 10.032/1985 – CONPRES

As indagações, preocupações e cobranças por um órgão público municipal responsável para tratar das questões relativas à preservação do patrimônio histórico fariam com que, em 27 de dezembro de 1985, com a aprovação da Lei de nº 10.032, fosse criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES.¹¹⁴

A partir da instituição desse conselho, a cidade de São Paulo passou a definir o tombamento como instrumento de preservação dos bens em nível municipal. O órgão surgiu ligado à Secretaria Municipal de Cultura, voltado ao tratamento das questões da preservação do patrimônio histórico com autonomia, criando mecanismos de proteção e fiscalização, e elaborando diretrizes, deliberação de tombamentos, promoção da preservação e valorização da paisagem¹¹⁵. As questões relacionadas à proteção e

¹¹³ Declaração do Vereador Sr. Marcos Mendonça na Sessão 168ª da Câmara realizada em 27 de junho de 1984; publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de julho de 1984, p. 59. Disponível em: <http://documentação.camara.sp.gov.br>

¹¹⁴ “O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, foi criado como um órgão colegiado de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. Suas atribuições, definidas em Lei, e alteradas significativamente pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986 e pela Lei nº 14.516, de 11 de outubro de 2007 determinam que: delibere sobre o tombamento de bens móveis e imóveis; defina a área envoltória destes bens e promova a preservação da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a cidade, instituindo áreas de proteção ambiental; formule diretrizes que visem à preservação e à valorização dos bens culturais; comunique o tombamento aos órgãos assemelhados nas outras instâncias de governo e aos cartórios de registro – de imóveis ou de documentos; pleiteie benefícios aos proprietários desses bens; solicite apoio a organizações de fomento para obtenção de recursos e cooperação técnica, visando a revitalização do conjunto protegido, e fiscalize o uso apropriado destes bens, arbitrando e aplicando as sanções previstas na forma da legislação em vigor”. Fonte:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpres/historico/index.php?>

¹¹⁵ No Art. 8º da Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, que cria o Conpres estabelece que “Caberá ao Conpres formular as diretrizes e estratégias necessárias para garantir a preservação de bens culturais e naturais [...]; esse artigo foi alterado pela lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985 que determina que

preservação da paisagem urbana e ambiental em âmbito municipal seriam arbitradas por um conselho diverso composto por integrantes de vários setores da sociedade envolvidos com as questões da vida urbana e não estariam dependentes da responsabilidade exclusiva de decisão dos Vereadores da Câmara Municipal para definir qual bem estaria passível ou não de receber proteção pelo valor histórico e cultural. Questões que, como vimos pela leitura de algumas atas das sessões, muitas vezes não abarcavam o corpo técnico e eram resolvidas de forma isolada e em caráter imediatista.

O Conpresp tem como órgão técnico de apoio o DPH – Departamento Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, ao qual cabe viabilizar as decisões tomadas pelo Conselho, ou seja, planejar, divulgar e administrar as questões pertinentes aos estudos relacionados ao Patrimônio Histórico¹¹⁶. A instalação do órgão de preservação se daria apenas em 20 de outubro de 1988.

O órgão possui ainda, o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano – FUNCAP¹¹⁷, constituído para receber receitas oriundas de doações, multas dos proprietários dos imóveis tombados que descumprirem a lei de proteção dos bens, bem como direcionar os recursos para aquisição, manutenção, conservação e restauro dos edifícios tombados. Com relação à questão jurídica de alienabilidade dos bens já tombados ou dos que vierem a serem protegidos, o órgão segue as restrições do Decreto-lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Desse modo, a estrutura pública municipal composta por DPH, CONPRES e FUNCAP foi estabelecida para efetivar e gerir o instrumento de tombamento de bens considerados como patrimônio histórico. Nesse contexto, foi criado o IGEPAC – Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo – entre os anos de 1982 e 1983. Conforme nos explica Somekh:

Esse inventário buscava ir além da preservação pontual do bem, identificando as características urbanas que constituíam o patrimônio ambiental e cultural de cada bairro, registrando-se e elaborando propostas de preservação. A delimitação espacial do Igepac era o bairro. Buscava-se uma sucessão de inventários, que

“Caberá ao Conpresp, em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, formular as diretrizes e as estratégias necessárias para garantir a preservação de bens culturais e naturais”.

¹¹⁶ Lei nº 10.032/85, fonte: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br>

¹¹⁷ Instituído pelo artigo da Lei nº 10.032/85 (Lei de Criação do Conpresp), alterado pelo artigo 9º da Lei 10.236/86, regulamentado em 2006 pelo Decreto nº 47.493.

partiram do centro em direção às periferias, com o objetivo de chegar a cobrir todo o território do município. O primeiro bairro a receber o Igepac foi a Liberdade, em 1983. Porém esse primeiro inventário não resultou em uma ação de preservação efetiva, considerando que na época o Conpresp ainda não havia sido criado. Após o início da atuação do Conpresp, em 1988, os Igepacs viveram um novo momento, pois puderam subsidiar medidas efetivas de preservação.¹¹⁸

O processo de tombamento na estrutura municipal, a partir dessa configuração de órgãos públicos e leis específicas, seria iniciado tanto pela vontade do poder público a partir de estudos realizados pelo DPH, como também por ação de particulares ou de qualquer grupo da sociedade civil que manifestasse interesse em preservar algum bem que considerasse de importância significativa.

O IGEPAC seria, nesse caso, o responsável por realizar os estudos necessários sobre os bens ou áreas a serem propostas para receberem preservação. Esses estudos seriam submetidos à apreciação do DPH para embasar o pedido de tombamento e enviados ao colegiado do CONPRESP, que decidiria a questão.¹¹⁹

Somekh, analisando estas primeiras iniciativas de regulamentação e de conformação de um órgão público municipal voltado à questão do patrimônio, observa:

[...] a constituição do DPH e a criação do Conpresp em 1985 representaram uma fragmentação com a questão urbana, uma vez que se baseou unicamente no instituto do tombamento, instrumento importante, mas limitado em termos de proteção efetiva. É consenso entre especialistas que o tombamento é o primeiro passo para essa proteção, e que o que caracterizou a ação do DPH neste período foi a identificação de bens a serem protegidos, abrindo processos de tombamento sem chegar a uma efetiva salvaguarda.¹²⁰

A partir das discussões na câmara municipal, o instrumento de incentivo de “transferência de potencial construtivo”, teria sua formalização na aprovação da Lei nº

¹¹⁸ SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16 n.185-08, Vitruvius, out. 2015. Documentos disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>.

¹¹⁹ O IGEPAC foi responsável por executar diversos estudos que viriam a se materializar em tombamento de bens e áreas significativas na cidade de São Paulo, entre eles as manchas urbanas do Bairro da Bela Vista, o centro do bairro da Freguesia do Ó e a região do Anhangabaú. Entre os imóveis isolados e conjuntos arquitetônicos foram preservados o Solar da Marquesa, a Vila Maria Zélia e a Casa de Vidro do Morumbi. Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/>

¹²⁰ SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16 n.185-08, Vitruvius, out. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>.

9.725 de 02 de julho de 1984¹²¹. Mesmo que não surtindo o efeito desejado neste primeiro momento e, ainda, tratando a preservação de edifícios isolados e buscando incentivar os proprietários na manutenção dos imóveis, esse instrumento viria a se tornar efetivo no Plano Diretor da Cidade de 2004 e nos Planos seguintes, no conjunto da legislação voltada ao tema da preservação. Como observa Somekh:

Em essência, a lei previa a manutenção do potencial permitido pelo zoneamento no ato da transferência, descontada a área construída dos imóveis classificados com Z8-200 nas quadras lindeiras, dentro das zonas de uso que estivessem inseridas. Além disso, se houvesse fruição pública do bem protegido, a transferência era de 100%. Caso contrário, apenas 60% do valor da transferência seriam permitidos [...] essa lei não se mostrou efetiva, pois só houve um caso de sua aplicação [...] entretanto, por parte dos responsáveis do planejamento urbano da cidade, foram formulados instrumentos para ir além do tombamento. [...] a transferência de potencial construtivo, criada em 1984 pela Lei 9.725/1984, não produziu resultados expressivos. De 1984 até 2004, foram emitidas 22 declarações, das quais foram efetuadas apenas três transferências.¹²²

4.4 – Projeto de Lei nº 254/1985 – Plano Diretor 1985/2000

No mesmo ano da criação do Conpresp, em 03 de dezembro de 1985, na gestão do Prefeito Mário Covas, foi apresentado à Câmara o Projeto de Lei de nº 254 instituindo o novo Plano Diretor do Município de São Paulo e revogando parcialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) que estava vigente desde 1971. O projeto de lei surge como novo documento diretor da cidade, pensado como instrumento de direcionamento de desenvolvimento urbano do município até o ano 2000.

O intuito do projeto de lei foi atualizar o instrumento municipal legislativo de ordenamento da cidade frente às transformações ocorridas nesse período, durante a vigência do PDDI, quanto ao crescimento urbano e às necessidades físico territoriais de expansão populacional. No entanto, no que tange às questões envolvendo o tema do

¹²¹ Aprovado na gestão do Prefeito Mário Covas o documento institui regras para o instrumento de transferência de potencial construtivo, estabelece incentivos, obrigações e sanções relativas à preservação dos imóveis enquadrados com Z8-200. Fonte:

<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/normas/?numero=9.725>

¹²² SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16 n.185-08, Vitruvius, out. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>.

patrimônio histórico do município, não houve avanço na elaboração de novos instrumentos, permanecendo, na estrutura das leis, os dispositivos já instituídos, como as Z8-200 e instrumentos de incentivo de transferência de potencial construtivo. Há, contudo, uma mudança em relação à terminologia usada no PDDI de 1971, que indicava a necessidade de estabelecer categorias de usos especiais para “espaços, estabelecimentos e instalações sujeitos à preservação ou a controle específico, tais como monumentos históricos”. Se, no PDDI, a questão da preservação era colocada – considerando o bem isolado – como parte do desenvolvimento urbano¹²³, agora o tema passa a constituir parte de “objetivos e diretrizes físico-ambientais”, abrangendo não mais edifícios isolados, mas o espaço da cidade e a paisagem como referência urbana para a população. O texto considera, também, a necessidade de participação da sociedade nas decisões do poder público que envolvem a cidade. Essas alterações na legislação urbanística, inclusas no Plano Diretor de 1985, podem ser verificadas nos seguintes artigos da lei:

Art. 4º – Constituem objetivos políticos:

I – A participação dos cidadãos nas decisões de agentes públicos que afetam a organização do espaço, a prestação de serviços públicos e a qualidade do ambiente urbano

Art. 6º – Constituem objetivos físico-ambientais:

III – A preservação e a melhoria da paisagem, conservando, para este fim, os recursos naturais, os espaços urbanos e os edifícios considerados patrimônio histórico-cultural, bem como as edificações ou mobiliário urbano, consagrados pela população como referências urbanas. (Grifos nossos)

Art. 10 – Constituem diretrizes físico-ambientais

XV – A elaboração de normas que viabilizem a preservação de bens culturais, de vegetação significativa e das referências urbanas. (Grifos nossos)

Art. 11 – Constituem diretrizes político-administrativas:

VII – A criação de Conselhos de Participação da sociedade civil em todas as regiões administrativas.¹²⁴

Outro tema que viria a constar no Plano Diretor de 1985, também ligado ao desenvolvimento urbano, mas que traria reflexos em áreas significativas do patrimônio arquitetônico, cultural e ambiental da cidade, é citado no Art. 19: as chamadas operações

¹²³ Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, Lei 7.688; Art. 20, alínea “p” usos especiais (E4).

¹²⁴ Projeto de Lei nº 254; Art. 8; 9; 10;11, Capítulo III – Das Diretrizes

urbanas¹²⁵. Esse instrumento desenhado para o desenvolvimento urbanístico viria a se materializar com a aprovação de diversas operações urbanas nos anos seguintes: a Operação Urbana Água Branca; Operação Urbana Centro; Operação Urbana Anhangabaú; Operação Urbana Faria Lima; Operação Urbana Água Espraiada e Operação Urbana Bairros do Tamanduateí¹²⁶.

Elaboradas como projeto de desenvolvimento de áreas urbanas envolvendo parcerias público-privadas, essas operações previam produção de habitações populares, melhoria da paisagem urbana e ambiental, aproveitamento de imóveis vagos e incentivo à preservação do patrimônio histórico e cultural, por meio de transferência de potencial construtivo e utilização dos recursos obtidos nesse mecanismo para conservação, projeto e execução de restauração dos imóveis classificados como Z8-200.

A aplicação das Operações Urbanas no território, as contrapartidas financeiras e os incentivos ao setor imobiliário previstos, visando investimentos à aplicação para construção de unidades habitacionais sociais e infraestrutura, implicaria transformações na paisagem existente, natural e construída, que são marcantes de outros períodos de formação da cidade e que consequentemente atingiriam o patrimônio histórico.

Nessa perspectiva de transformação urbana, se faz necessário conhecer os artefatos ainda existentes, representativos da história local e dos seus habitantes, para

¹²⁵ Art. 19 – “São consideradas áreas destinadas a operações urbanas aquelas delimitadas pelo Poder Público com o objetivo de desenvolver programas e projetos específicos”: Projeto de Lei 254 de 03 de dezembro de 1985. Disponível em:

<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1985/00/00/0D/2C/00000D2CJ.PDF>.

¹²⁶ A Operação Urbana do Anhangabaú foi aprovada pela Lei 11.090/91; a intervenção urbana na região da Água Branca surgiu em 1995, com a Lei 11.774 de 18 de maio de 1995; a Operação Urbana Faria Lima foi aprovada pela Lei 11.732 de 14 de março de 1995, posteriormente transformada em Operação Urbana Consorciada Faria Lima pela Lei 13.769/04; a Operação Urbana Centro foi aprovada pela Lei 12.349/97; a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada foi criada pela Lei 13.260 de 28 de dezembro de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 15.416/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 53.364/2012, foi a primeira Operação Urbana a utilizar os dispositivos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001); a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí foi aprovada pelo Projeto de Lei 01-00723/2015. O Plano Diretor da Cidade instituiu a Comissão Normativa de Legislação Urbanística (CNLU) com competência para “aprovar projetos de Operação Urbana”: Lei 10.676/88. A aprovação da Lei Orgânica do Município prevê, no Art. 152, a Operação Urbana como um instrumento de intervenção pública na cidade e que em São Paulo passaram a ser denominadas de Operação Urbanas Consorciadas; já o Plano Diretor Estratégico de 2002 aprovado pela Lei 13.430 “trouxe significativas transformações no que diz respeito às Operações Urbanas, referindo-se ao seu conceito, abrangência e à sua operacionalização”, sendo propostas com os Planos Regionais mais 9 operações urbanas: Vila Sônia; Vila Leopoldina; Diagonal Norte (Lapa-Brás); Diagonal Sul (Mooca-Vila Carioca); Carandiru/Vila Maria; Celso Garcia; Amador Bueno; Santo Amaro e o Polo de Desenvolvimento Sul. Para acesso aos textos completos referentes às operações urbanas desenvolvidas para o Município de São Paulo, consultar:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/

preservá-los frente às intervenções propostas. Considerando a região leste da cidade, os bairros industriais do Brás e da Mooca, a Operação Urbana Consorciada¹²⁷ elaborada pela Prefeitura e a necessidade de conhecer esses espaços, Rufinoni observa que:

O primeiro passo, para qualquer operação na área abarcada pela operação urbana, seria a elaboração de estudos detalhados sobre todo o perímetro, de pesquisas aprofundadas sobre o processo de urbanização local, sobre as edificações existentes, suas características construtivas formais e técnicas, acompanhadas de estudos multidisciplinares que permitissem a apreensão das diversas e complexas relações materiais e imateriais que definem essa paisagem. A realização desses estudos pormenorizados permitiria que apreendêssemos com clareza os elementos que definem essa paisagem, quais os edifícios e conjuntos que devem ser efetivamente preservados e de que maneira. Conhecimento prévio, portanto, imprescindível para a proposição e execução de quaisquer projetos de revitalização.¹²⁸

Como vimos, frente às intervenções urbanas, um inventário arquitetônico e urbano já fora executado pela COGEP na década de 1970, também na região leste, devido à implantação do Metrô, com alguns resultados positivos. Apesar de nem sempre ter surtido muito efeito para fins de preservação, o inventário é um procedimento importante para conhecer, selecionar e registrar o patrimônio existente, mesmo que os bens registrados não venham a ser preservados em sua totalidade.

No ano de 2001, o termo operações urbanas viria a integrar o texto da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, documento denominado Estatuto da Cidade, definindo conceitos e regras de implantação. O mesmo documento viria a abordar a questão da transferência do direito de construir e sua aplicabilidade na questão dos imóveis preservados que, como podemos verificar, segue as mesmas linhas já definidas na legislação municipal de São Paulo¹²⁹.

¹²⁷ “Em 2010 a PMSP criou as Operações Urbanas Consorciadas Mooca-Vila Carioca (que abarca parte da antiga Diagonal Sul) e Lapa-Brás (que abarca trechos das operações Diagonal Norte, Diagonal Sul e Centro, e incorpora a totalidade da operação Água Branca”. RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp, Edusp, 2013, p.16.

¹²⁸ Sobre o Patrimônio Industrial na região leste da Mooca e Brás, bem como as intervenções urbanas propostas e suas implicações, consultar: RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano...* op. cit. 2013.

¹²⁹ A Seção X, que trata das Operações Urbanas Consorciadas, define o tema no Art. 32, com o seguinte texto: “Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas”; Considera operação urbana consorciada “o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”. Define, ainda, na Seção XI, no Art. 35; Cap. II a respeito da transferência do direito de construir: “Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar

4.5 – Lei 13.430/2002 – Plano Diretor Estratégico

No período que engloba a década de 1970 até 2002, ano em que ocorre a elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo na gestão da Prefeita Marta Suplicy, vários documentos nacionais e internacionais foram redigidos, ampliando o conceito do que viríamos a contemplar como Patrimônio Cultural na atualidade.

Pensado para planejar e direcionar o crescimento da cidade por um período de até 10 anos, o plano diretor acima citado atendeu às normativas da Constituição Federal de 1988¹³⁰, no que tange ao conceito de patrimônio cultural¹³¹. A lei fundamental do país, acolheu, por sua vez, as recomendações da Carta de Veneza¹³², considerando as obras modestas com significados da história e ampliando o conceito de patrimônio cultural ao contemplar artefatos, imaterialidades, crenças, religiões, fazeres e manifestações culturais. Conforme observa Andréa de Oliveira Tourinho e Marly Rodrigues:

A compreensão expressa na Carta, [...] abriu espaço para a memória como alimento para o processo contínuo de formação da autoimagem que diferencia os indivíduos e os grupos sociais e étnicos; abriu espaço para ações de proteção a bens culturais considerarem a construção do patrimônio cultural como um campo político em que as informações pretéritas compõem sentidos para o passado, fazendo-o circular no presente como informação que explicita lugares sociais.¹³³

Portanto, a definição de patrimônio cultural na Constituição de 1988 buscou abranger a identidade da nação nos vários grupos de indivíduos que formam a sociedade, considerando “as suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver”, como também, “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. A Constituição manifestaria, ainda, a preocupação com a proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras,

o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural”.

¹³⁰ Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>. Consultado em 02/08/2017.

¹³¹ SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 14.406 de 21 de maio de 2007.

¹³² Carta de Veneza de 1964 (Cap. Definições, Art. 1º). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>

¹³³ TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma Retomada. *Revista CPC*, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016.

determinando a proteção de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.¹³⁴

Assim como no texto da Constituição Federal, o plano diretor de 2002 para o município de São Paulo ratifica a responsabilidade do Estado na questão da preservação do patrimônio cultural da sociedade, ampliando o conceito da identidade do povo brasileiro e abraçando sua diversidade no regimento da Lei.

Se os documentos legislativos anteriores limitavam o conceito de patrimônio histórico ao ambiente arquitetônico e urbano em seus diversos períodos de formação, agora, o plano diretor passaria a incluir neste conceito a “pluralidade dos fazeres humanos e a memória”.¹³⁵

Nesse contexto, abrangendo as garantias aos direitos do cidadão, o acesso à cultura seria proposto a partir do PNC – Plano Nacional de Cultura, objetivando o desenvolvimento de mecanismos de “incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais”. Os desdobramentos dessa política de incentivo cultural em nível federal levariam à elaboração e aprovação, no Município de São Paulo, no ano de 2016, do Plano Municipal de Cultura – PMC¹³⁶, documento estruturado em “políticas públicas de reconhecimento e valorização da cidadania cultural” e a “diversidade de práticas e manifestações culturais”¹³⁷. Essas iniciativas em âmbito municipal viriam a desenvolver instrumentos permitindo que grupos e coletivos culturais de bairros se estruturassem e desenvolvessem suas atividades em localidades que os representassem, valorizando manifestações culturais diversas em zonas, bairros e comunidades com ligações afetivas e culturais próprias¹³⁸. Essas questões seriam mais elaboradas alguns anos depois, nas diretrizes do Plano Diretor de 2014, no que tange ao escopo do patrimônio cultural.

¹³⁴ “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público [...]” (grifo nosso); Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>. Consultado em 02/08/2017.

¹³⁵ RODRIGUES, Marly. Os Centros Urbanos e o Apagamento de Memórias. São Paulo, 2011. In: Seminário Internacional “Políticas Culturais e Intervenção Urbana – Patrimônio Edificado”, p. 02

¹³⁶ Disponível em: <http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/>

¹³⁷ Plano Municipal de Cultura de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura – São Paulo: SMC, 2016.

¹³⁸ Dentre as manifestações culturais, grupos sociais e temas representados, estão: Música Clássica, Samba, Funk, Hip hop, Circo, Teatro de bonecos, Jongo, Maracatu, Capoeira, Grafite, Vídeo arte, Áudio visual expandido, Mulheres e LGBTTQs, Imigrantes, pessoas com deficiência, Culturas Negras e indígenas,

O principal documento legal que fundamentou o Plano Diretor de 2002, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social, foi o Estatuto da Cidade¹³⁹. Em suas determinações, o Estatuto da Cidade definiu a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, prevendo uma maior participação da população na discussão com relação às questões que envolvem a administração pública na formulação das leis que regem a cidade.

Com relação ao patrimônio histórico, a Lei Federal (Estatuto da Cidade)¹⁴⁰ definiu, no Art. 2º, que: “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. Dessa forma, além de abarcar a questão da preservação urbana como uma preocupação da gestão urbanística, o documento ampliou as discussões que envolvem a preservação dos artefatos que representam a historicidade da cidade, considerando seu contexto social.

O Estatuto da Cidade apresenta, ainda, outros instrumentos importantes para a presente discussão, relacionados ao processo de urbanização e ordenamento do ambiente construído, mas que também podem envolver o patrimônio histórico. Instrumentos como o “direito de preempção” e a “outorga onerosa” viriam a ter reflexos em áreas históricas e representativas da formação da cidade, sobretudo, áreas pouco adensadas, passíveis de grandes transformações em seu conjunto edificado.¹⁴¹

Patrimônio cultural e Museus, Economia da Cultura, Artes Visuais, Dança, Teatro; Plano Municipal de Cultura de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura – São Paulo: SMC, 2016.

¹³⁹ No texto da Lei 10.257, temos as seguintes definições: no Art. 40: “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”; “O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas”; “A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”. Ainda, no § 4º: “No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”. Disponível para consulta em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

¹⁴⁰ Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

¹⁴¹ BRASIL. Lei nº 10.257/2001. Estatuto da Cidade. “Cap. II – Dos Instrumentos da Política Urbana: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; Direito de Preempção: direito do Poder Público Municipal na preferência de aquisição de imóveis, Seção III, Art. 204, Item VIII; Outorga Onerosa: Direito de Construir acima do coeficiente de aproveitamento definido pelo Plano Diretor com contrapartida financeira pelo proprietário ao município”. Estatuto da Cidade, Seção IV, Art. 209; Art. 211, Item “b”; Operações Urbanas Consorciadas, Seção VII, Art. 225, Art. 227, Item VI; Transferência do Direito de Construir, Art. 217, Item II.

Outro documento importante a ser mencionado é a Lei Orgânica do Município de São Paulo, oficializada em 04 de abril de 1990. Essa lei agregou ao capítulo que trata da política urbana voltada ao desenvolvimento da cidade, questões referentes à função social da propriedade, envolvendo o patrimônio histórico, paisagístico e a transformação da paisagem natural pela ação do homem.¹⁴²

De forma abrangente, o documento engloba o direito do cidadão à cultura, sua valorização e difusão, abarcando o conceito de patrimônio histórico estabelecido pela Constituição de 1988, ou seja, passa a incluir em sua definição temas como as formas de expressão da sociedade, como já citamos anteriormente: “os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, do fazer e viver; artísticas e tecnológicas”. O patrimônio histórico da cidade passa a ser definido pelo conjunto de vários fatores que formam um conceito de paisagem cultural, incluindo no documento um capítulo¹⁴³ específico para tratar da questão da Cultura e do Patrimônio Histórico e Cultural, estabelecendo regras, orientações e determinações para sua salvaguarda e valorização.

Portanto, a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, juntamente com a Lei Orgânica do Município de 1990, formariam um conjunto de leis, normas e recomendações que fundamentariam a formulação e definição do conceito de patrimônio histórico a ser abordado no Plano Diretor de 2002 – aprovado em 2004 –, assim como nos Planos Regionais, desenvolvidos em 2003. Os Planos Regionais permitiram à população apresentar propostas de tombamento de artefatos considerados de interesse histórico e cultural¹⁴⁴. Quanto à elaboração dos vários dispositivos preservacionistas adotados no Plano de 2002, ressaltamos as seguintes colocações que abarcaram as recomendações da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do Município:

¹⁴² Lei Orgânica do Município de São Paulo: Art. 148, cap. III; IV e V. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-0-de-04-de-abril-de-1990/>

¹⁴³ Lei Orgânica do Município de São Paulo, Cap. VI – Art. 191 ao Art. 199. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-0-de-04-de-abril-de-1990/>

¹⁴⁴ Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, São Paulo: PMSP, Art. 6º – Os Planos Regionais, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Plano de Circulação e Transporte e o Plano de Habitação são complementares a este Plano e deverão ser encaminhados ao Legislativo Municipal até 30 de abril de 2003. Seção II, Art. 273 – Dos Planos Regionais, Art. 277, Item VI – “proposta de tombamento ou outras medidas legais de prestação e preservação de bens móveis e imóveis da região”

Art. 2: § 2º – Além do Plano Diretor Estratégico, o processo de planejamento municipal compreende, nos termos do artigo 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, os seguintes itens:

I. disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

II. zoneamento ambiental;

III. plano plurianual;

IV. diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

V. gestão orçamentária participativa;

VI. planos, programas e projetos setoriais;

VII. planos e projetos regionais (Subprefeituras);

VIII. programas de desenvolvimento econômico e social;

No Cap. II, Art. 8º, item IV, dentre os objetivos do plano, destaca-se: “Elevar a qualidade do ambiente urbano, preservar e proteger os recursos naturais e o patrimônio histórico e cultural”;

No Cap. III, Art. 10º, item XI: quanto às diretrizes destaca-se: “a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”;

No Cap. IV, Art. 12º item IV: quanto ao atendimento da Função Social da Propriedade destaca-se: “a melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água do Município”¹⁴⁵.

Na Seção II relacionada às Políticas de Desenvolvimento Urbano, o documento, no Art. 88, Subseção V, abarca o Patrimônio Histórico e Cultural¹⁴⁶. De forma genérica, inclui o tema da preservação dentre os seus principais objetivos. Ao analisamos o Art. 89, que trata das diretrizes; e o Art. 90, visando as ações estratégicas para alcance dos objetivos, vemos um novo enfoque da lei nas diversas nomenclaturas e ampliação do conceito no que tange ao patrimônio da cidade: o documento aborda a necessidade de elaboração de normas para preservação de bens culturais; a revitalização de áreas degradadas; a preservação da identidade dos bairros; o acesso, conscientização e incentivo para que a população participe das questões que envolvem o patrimônio histórico; mapeamento e inventário dos bens; controle das áreas envoltórias, dentre

¹⁴⁵ Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, São Paulo: PMSP, Art. 2: § 2º; Cap. II, Art. 8º, item IV; Cap. III, Art. 10º, item XI;

¹⁴⁶ Art. 88 – São objetivos da política relativa ao Patrimônio Histórico e Cultural documentar, selecionar, proteger e promover a preservação, a conservação, a reciclagem, a revitalização e a divulgação dos bens tangíveis, naturais ou construídos, assim como dos bens intangíveis, considerados patrimônios ou referências históricas ou culturais no âmbito do Município.

outros. Vemos, ainda, a menção à área da região de Perus que, no plano Diretor de 2014, viria a ser considerada “Território Cultural”.¹⁴⁷

Na Seção III, o plano menciona as zonas especiais, substituindo as zonas Z8-200 e passando a identificá-las com a terminologia “Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPEC”¹⁴⁸, que define como “sítios históricos” e “porções do território” a serem preservadas considerando o patrimônio histórico, artístico e arqueológico. Quanto aos incentivos para preservação, continuam a adotar o estímulo à preservação pela utilização do instrumento de transferência do potencial construtivo. Com relação ao conceito de ZEPECs e sua aplicação, Vanessa Figueiredo, faz a seguinte análise:

[...] Verifica-se, pois, que o primeiro equívoco está na própria concepção das Zepecs, enquadrando também edifícios isolados, praças, passarelas e afins como “zona”, uma contradição semântica na disciplina urbanística, reproduzindo a lógica da Z8-200 e do tombamento de bens isoladamente. Exatamente o instrumento que deveria inserir o elemento patrimonial no contexto urbano e de leitura do conjunto da paisagem. Ademais, exprime-se a baixa compreensão do funcionamento urbanístico das zonas especiais, visto que seriam o instrumento ideal para sobrepor-se ao zoneamento criado exceções, com o objetivo de garantir normas urbanísticas e edificações específicas de preservação, utilização, superando as inadequações da aplicação do tombamento às áreas urbanas patrimoniais.

Por outro lado, esta concepção reflete vícios ainda fortemente enraizados na prática da outorga de valor patrimonial. Embasadas na ideia de monumento e numa visão fragmentada do patrimônio urbano, da urbanização e da cidade, este modelo de ZEPEC reforça ainda mais a relação dicotômica, do edifício com seu entorno. Esta relação impõe uma hierarquia que está na maioria das vezes

¹⁴⁷ Em 01 de Abril de 2003, através da aprovação da Lei nº 13.549, ficou autorizado a implantação do Centro Cultural da Fábrica de Cimento Portland Perus e do Centro Temático da Estrada de Ferro Perus/Pirapora integrados ao Parque Anhanguera. A demarcação do “Território Cultural” no bairro de Perus foi estudada pelo autor desta monografia em pesquisa de Iniciação Científica com bolsa PIBIC-CNPq, entre 2017 e 2018, sob orientação da Profa. Dra. Manoela Rufinoni. Retornaremos ao tema no capítulo 5.

¹⁴⁸ Conforme consta no Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, São Paulo: PMSP; Art. 168 – “As Zonas de Preservação Cultural – ZEPEC são porções do território destinadas preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos; § 1º – Os imóveis ou áreas tombadas ou preservadas por legislação Municipal, Estadual ou Federal, bem como os imóveis classificados como Z8-200 por Lei Municipal, enquadram-se como ZEPEC; § 2º – Aplica-se às edificações particulares localizadas em ZEPEC a transferência do potencial construtivo, conforme disposto nos artigos 217, 218 e incisos I e II do artigo 219 desta lei; § 3º – Excluem-se do disposto no parágrafo anterior, os bairros tombados”.

desvinculada da proposta urbanística-arquitetônica de sua implantação original ou do momento do tombamento, reificando até edifícios modestos do conjunto urbano [...].¹⁴⁹

Há, ainda, análises de outros autores que consideram que as ZEPECs “foram inovadoras porque permitiram à população identificar seu patrimônio, sua herança a ser legada às gerações futuras”¹⁵⁰, ou que apontam possibilidades de flexibilização das áreas protegidas, considerando o instrumento de transferência do direito de construir, aplicável às áreas delimitadas pelo zoneamento ZEPEC: [...]“Trata-se de um instrumento [a transferência do direito de construir] que visa dinamizar o tratamento de áreas tombadas (ou em processo de tombamento), impedindo que as restrições impostas se transformem em motivo de ‘congelamento’ do bem”.¹⁵¹

Na abrangência dos instrumentos de política urbana, dos princípios e objetivos gerais do Plano Diretor Estratégico de 2002, está a função de “elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico”¹⁵².

No conjunto das questões que envolvem o patrimônio no plano diretor em pauta – mesmo considerando os avanços, as deficiências e lacunas observadas por alguns autores –, o documento aprovado dá um grande passo para que, no ano 2014, na elaboração do novo plano diretor, a Gestão Pública Municipal encontre novos caminhos para um alargamento da conceituação de patrimônio, em um amplo processo participativo com a sociedade, possibilitando a criação de novas formas de proteção – além do tombamento –, na legislação urbanística do município. Questões essas que serão apresentadas a seguir, na abordagem do Plano Diretor aprovado em 2014.

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio, cidade e política urbana. Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 168.02. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>

¹⁵⁰ SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n.185.08, out. 2015.

¹⁵¹ RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em Sítios Históricos Industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp, Edusp, 2013.

¹⁵² Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 13,430, de 13 de setembro de 2002, Cap. II – Art. 7. São Paulo: PMSP.

4.6 – Lei 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico

Desenvolvido para a gestão da cidade ao longo dos próximos 10 anos, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado no ano de 2014, possibilitou um engajamento de vários setores da sociedade. Se, por um lado, essa participação buscou atender interesses particulares envolvidos na atividade imobiliária, por outro, possibilitou também que grupos preocupados com a defesa de questões da coletividade, envolvendo a melhoria da vida social de bairros e pequenas comunidades, manifestassem suas opiniões e participassem da elaboração de projetos para a cidade, acompanhando as audiências públicas para discuti-los. Por iniciativa do poder público, todos os documentos foram disponibilizados durante e depois da elaboração do Plano Diretor, e continuam em atualização permanente, através da “Plataforma Digital Gestão Urbana”¹⁵³, centralizando, por este meio, as questões envolvendo a aprovação e elaboração de documentos legislativos do Município.

O caderno de apresentação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, já aprovado e vigente, apresenta a intenção de promover uma “cidade plural, com justiça social e equilibrada” e estabelece sete princípios: de Função Social da Cidade; Função Social da Propriedade Urbana; Função Social da Propriedade Rural; Equidade e Inclusão social e Territorial; Direito à Cidade; Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e, por fim, a Gestão Democrática. No conjunto de suas diretrizes e estratégias para ordenar a cidade, o documento informa que se trata de:

[...] um plano para qualificar a vida em São Paulo; representa um pacto da sociedade em direção à justiça social, [...] à melhoria da qualidade de vida e à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo.¹⁵⁴

No Art. 6º, capítulo VI, dentre outras, encontramos a seguinte diretriz: “a proteção da paisagem dos bens e áreas de valor histórico, cultural e religioso, dos recursos naturais

¹⁵³ <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/> (Consulta em 11-08-2014).

¹⁵⁴ Entre as estratégias estão: “socializar os ganhos da produção da cidade; assegurar o direito à moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas, promover o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade”: Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (texto da lei ilustrado). São Paulo: PMSP, 2015, p. 09.

e dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água do Município”. Vemos, portanto que o tema do patrimônio histórico e cultural se faz presente como parte das condições para atingir os princípios da “Cidade Plural”, vinculando-o às diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e aos seus objetivos, dentre eles, como citado no Art. 7º, Cap. XII: “proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade”.

Buscando lograr êxito nessa nova configuração da preservação do patrimônio, o Plano Diretor Estratégico permanece se apropriando de mecanismos de incentivos já implantados para conservação e restauro dos artefatos edificados protegidos pela legislação do tombamento¹⁵⁵, porém, avança nesse sentido, estabelecendo novas possibilidades e mecanismos de preservação do patrimônio da cidade. As áreas de interesse para preservação continuam a serem definidas e denominadas como ZEPECs, porém, ampliando seus objetivos no sentido de:

Preservar o Patrimônio e valorizar as iniciativas culturais, para ampliar a proteção, articulação e dinamização de espaços culturais, afetivos e simbólicos de grande importância para a memória, identidade e vida cultural [...].¹⁵⁶

O plano mantém as seguintes Zonas Especiais de Proteção: (BIR) Bens Imóveis Representativos; (AUE) Áreas de Urbanização Especial; (APPa) Áreas de Proteção Paisagística, e passa a definir uma nova Zona Especial de Proteção, a APC – Área de Preservação Cultural¹⁵⁷. O plano cria, ainda, o sistema Municipal de Patrimônio Cultural, os Polos de Economia Criativa e os Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem

¹⁵⁵ Na questão do coeficiente de aproveitamento básico para todo o município foi estabelecido o coeficiente igual a uma vez o tamanho do lote. Os recursos do potencial construtivo adicional arrecadado como outorga onerosa serão distribuídos em melhorias urbanas incluindo o “Patrimônio Cultural”; Na questão da “Macro área de Estruturação Metropolitana”, estão previstos projetos de intervenções urbanas para grandes áreas ociosas e desocupadas nos eixos de ferrovias e rios a serem realizadas pelas denominadas OUC Operações Urbanas Consorciadas, AIU Áreas de Intervenções Urbanas e AEL Áreas de Estruturação Local, elaborado através de Projeto de Intervenção Urbana (PIU).

¹⁵⁶ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (texto da lei ilustrado). São Paulo: PMSP, 2015; Estratégias do PDE.

¹⁵⁷ BIR: “Elementos Construtivos e suas respectivas áreas com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e cultural, que tenham valor referencial para a comunidade; AUE: Porções do território ou conjuntos urbanos com características singulares; APPa: Locais com características ambientais, naturais ou antrópicas significativas”. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (texto da lei ilustrado). São Paulo: PMSP, 2015; Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. II – Seção V, p. 64.

(TICP)¹⁵⁸, pretendendo com esses instrumentos desenhar o patrimônio não mais simplesmente como artefatos simbólicos de um período, mas como elemento integrante de um conjunto de interesse histórico, sociocultural e ambiental.

Desse modo, o tema do patrimônio permanece presente na legislação voltada à estruturação e ordenamento territorial municipal, como ocorreu desde a década de 1970, porém, não apenas para tentar preservar artefatos que representam a história da cidade frente às transformações urbanísticas. Agora, o plano pretende associar a preservação do patrimônio aos objetivos que visam garantir “um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado” (Art.8º)¹⁵⁹. O plano estabelece uma “Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana”¹⁶⁰ que, entre seus objetivos de desenvolvimento, pretende respeitar “as condicionantes do meio físico e biótipo e as características dos bens e áreas de valor histórico, cultural, religioso e ambiental” (Art.10, §2º, item III).

Abrangendo também áreas de planícies fluviais dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí e a área da região central – onde podemos encontrar rico material patrimonial a ser levantado e preservado – estão previstos Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) que deverão orientar as melhorias urbanísticas dessas regiões. Esses projetos poderão ser executados pelas denominadas Operações Urbanas Consorciadas (OUC), Área de Intervenção Urbana (AIU), Concessão Urbanística e Área de Estruturação Local (AEL).¹⁶¹

Nessas áreas que abrangem os rios estão previstos a “implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em

¹⁵⁸ As novas ZEPECs, bem como os novos instrumentos de proteção do patrimônio cultural da cidade aprovados no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo de 2014, foram estudados em pesquisa de Iniciação Científica com bolsa PIBIC-CNPq-Unifesp, no período de 2017 a 2018.

¹⁵⁹ O PDE estabelece cinco dimensões no Cap. I que trata da Estruturação e Ordenação territorial: Dimensão Social, Cultural, Econômica Imobiliária e Ambiental.

¹⁶⁰ Conforme o Art. 10º, área que “apresenta grande diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, desigualdade socioespacial, padrões diferenciados de urbanização”; e que objetiva “orientar o desenvolvimento urbano e dirigir a aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos”, subdivide-se em quatro macroáreas, a saber: Macroárea de Estruturação Metropolitana; Macroárea de Urbanização Consolidada; Macroárea de Qualificação e Urbanização e Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (Art. 10, §1).

¹⁶¹ De acordo com o texto do Plano Diretor: PIU são “Projetos de Intervenção Urbana que devem ser elaborados pelo poder público com objetivo de promover transformações urbanísticas em perímetros específicos da cidade”; OUC é um “instrumento para viabilizar projetos elaborados pelo poder público, com o objetivo de promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental”; AIU, são “porções do território destinadas a reestruturação, transformação, recuperação e melhoria ambiental” (Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei nº 16.050; Cap. III, Seção III, Art. 134 a 149).

especial o ferroviário e industrial”¹⁶². Vemos, portanto, uma preocupação em estabelecer não apenas critérios para desenvolvimento de determinadas regiões que se encontram esvaziadas e deterioradas, mas também uma intenção de readequar esses espaços a partir dos artefatos preexistentes, não com objetivo de substituições, mas agregando novas funções, como previsto no Art. 12, §1, item X que enuncia a: “recuperação, preservação e proteção de imóveis relacionados ao patrimônio industrial e ferroviário, bem como locais de referência da memória operária, incentivando usos e atividades compatíveis com a preservação”.

Com relação aos objetivos específicos para a região central, o plano estabelece um aumento da densidade demográfica, não só a partir da ocupação dos imóveis existentes como também da oferta de novas unidades habitacionais, “respeitando o patrimônio histórico, cultural e religioso”¹⁶³ e valorizando áreas de interesse patrimonial com o estímulo ao desenvolvimento de atividades culturais, compatíveis com a preservação dos bens.¹⁶⁴

Na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana são definidos e apontados bens de caráter específico a serem preservados. Já na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental / Macroárea de Redução da Vulnerabilidade, o tema da preservação do patrimônio é apresentado de forma genérica e abrangente: “proteção e recuperação aos mananciais, com a preservação de bens e áreas de valor histórico, paisagístico, arqueológico, cultural e religioso”¹⁶⁵. Para essas áreas são estabelecidos objetivos voltados a uma compatibilização dos usos, assentamentos e ambiente.

Para aplicação dessas normativas, objetivos e diretrizes, ficou estabelecido um prazo para revisão da Legislação de Uso e Ocupação do Solo¹⁶⁶, para, no que tange ao patrimônio, “estimular a requalificação de imóveis protegidos pela legislação de bens

¹⁶² Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. I, Seção I, Subseção I, Art. 12, § 1, item I.

¹⁶³ Idem, Ibidem.

¹⁶⁴ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. I, Seção I, Subseção I, Art. 12, § 3, item II.

¹⁶⁵ Idem, Art. 17, Item 3.

¹⁶⁶ A Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS – foi revista e seu documento sancionado em 23 de março de 2016. Disponível para consulta em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>

culturais, criando normas que permitam uma ocupação para usos e atividades adequados às suas características e ao entorno em todas as zonas de uso”.¹⁶⁷

A Seção VI do Plano Diretor traz um capítulo que trata exclusivamente dos instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural, especificando, no Art. 172, os meios pelos quais o poder público pretende alcançar a preservação dos bens e áreas protegidas. São eles: Tombamento; Inventário do Patrimônio Cultural; Registro das Áreas de Proteção Cultural e Territórios de Interesse da Cultura¹⁶⁸ e da Paisagem; Registro do Patrimônio Imaterial; Chancela da Paisagem Cultural; e Levantamento e Cadastro Arqueológico do Município (LECAM).¹⁶⁹

Esses novos instrumentos foram definidos com base em referências¹⁷⁰ que norteiam a elaboração dos Planos Diretores das Cidades que, por sua vez, atendem ao que já vimos está preconizado na Constituição Federal de 1988. Complementando os instrumentos acima citados, e de forma inovadora na questão do patrimônio, o Art. 173 define o Termo de Ajustamento de Conduta Cultural – TACC que, apresentado pela primeira vez como instrumento no PDE, tem por objetivo a recuperação de bens que tenham sofrido dano ou demolição pelos proprietários, com obrigação de cumprimento de reparação aos danos causados.¹⁷¹

A questão do patrimônio ganha corpo, também, nos chamados Polos de Economia Criativa, tema que pertence ao capítulo que trata da “Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável”¹⁷², mas de forma a fazer parte do contexto de atividades econômicas de determinadas regiões, entendidas como territórios destinados “ao fomento e desenvolvimento de atividades que compõem a economia criativa”. Nesse sentido, o plano define que são compatíveis com esses polos as práticas consideradas como “Patrimônio Cultural”, ou seja, “atividades que se desenvolvem a

¹⁶⁷ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. II, Seção I, Subseção I, Art. 27, item VIII

¹⁶⁸ Trataremos deste instrumento no próximo capítulo, a partir do estudo de caso no bairro de Perus.

¹⁶⁹ Idem, Cap. III, Seção IV, Subseção I, Art. 172.

¹⁷⁰ Lei Municipal nº 10.032 de 1985, que criou o CONPRESP; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei Municipal nº 14.406 que trata da Proteção ao Patrimônio Imaterial; Portaria do Iphan 127/2009 regulamentando o conceito de Paisagem Cultural.

¹⁷¹ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título II – Da Ordenação Territorial, Cap. III, Seção IV, Subseção I, Subseção I, Art. 173.

¹⁷² Idem, Título III – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, Cap. I – Da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Seção III – Dos Polos de Economia Criativa, Cap. I, Seção III, Art. 182.

partir dos elementos da herança cultural, envolvendo as celebrações e os modos de criar, viver e fazer, tais como o artesanato, a gastronomia, o lazer, o entretenimento, o turismo a sítios com valor histórico, artístico e paisagístico, a fruição a museus e bibliotecas”.¹⁷³

Por fim, encontramos um capítulo específico dedicado ao patrimônio arquitetônico e urbano denominado “Da Política e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano” (Cap. IX), abarcando um amplo conjunto de significados que compõem o conceito de patrimônio, ou seja: “áreas, edificações imóveis, lugares, paisagens, sítios arqueológicos, monumentos e bens imateriais”; bens que integram os Acervos de Valor Histórico e Cultural; Monumentos e Obras de Arte; Edificações e Espaços Públicos de Uso Cultural; Bens Culturais Materiais e Imateriais; Territórios de Preservação Cultural; Sítios Arqueológicos e Edificações Históricas e Museus. O capítulo abrange, ainda, todos os instrumentos direcionados à “preservação, valorização, integração e articulação” patrimonial.¹⁷⁴

Com essa estrutura, o plano pretende alcançar a “integração e articulação dos bens culturais; fomentar a participação popular na identificação, proteção e valorização; desenvolver programas e ações de educação ambiental e também incentivar a preservação de bens culturais através de benefícios urbanísticos”¹⁷⁵. Assim, a partir de objetivos e diretrizes específicos, o Plano Diretor de 2014 tenta alinhar os instrumentos de proteção cultural hoje vigentes do município de São Paulo.

¹⁷³ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título III – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, Cap. I – Da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Seção III – Dos Polos de Economia Criativa, Cap. I, Seção III, Art. 183.

¹⁷⁴ Idem, Cap. IX – Da Política e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano, Seção I – Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, Art. 310, Parágrafo Único.

¹⁷⁵ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050; Título III – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, Cap. IX – Da Política e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano Seção I – Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, Art. 312, Itens I ao XI.

5 – Bairro de Perus – Movimentos Culturais – Trajetórias

De acordo com informações colhidas na página eletrônica da Prefeitura da Cidade de São Paulo¹⁷⁶, que disponibiliza dados sobre o histórico de desenvolvimento das áreas que formam o perímetro da capital paulista, o processo de urbanização da região noroeste da cidade¹⁷⁷, onde atualmente está o Distrito de Perus, começou a se desenvolver em 1867, com a implantação da estrada de ferro São Paulo Railway, posteriormente denominada Estrada de Ferro Santos – Jundiaí¹⁷⁸, e que hoje compreende as Linhas 10 (turquesa) e 7 (rubí) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Em decorrência da chegada da ferrovia, a Estação de trem de Perus¹⁷⁹ foi construída, facilitando o acesso à região.

A partir dessa configuração desenhada pela infraestrutura urbana, o local passou a atrair investimentos da iniciativa privada, sobretudo do setor industrial devido à possibilidade de transporte de matéria prima para abastecer a produção e o escoamento de mercadorias das fábricas que ali se instalaram, como também devido à maior facilidade de transporte para os trabalhadores. Consequentemente, ocorreu a transformação do

¹⁷⁶ Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Bairro de Perus. Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/padrejosedeanchieta/index.php?p=5572. Acesso em 12.07.2018.

¹⁷⁷ A região fez parte do antigo caminho para a região de Campinas e Jundiaí, onde atualmente passam duas importantes rodovias: a Bandeirantes e a Anhanguera. A região faz divisa com os municípios de Caieiras, Cajamar e Osasco e, recentemente, recebeu a ligação do Rodoanel Mário Covas. A região também é contemplada com o Parque Municipal Anhanguera. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/perus/historico/index.php?p=38218>. Acesso em 12.07.2018.

¹⁷⁸ A São Paulo Railway Company (SPR) foi a primeira ferrovia construída em São Paulo e a segunda no Brasil, inaugurada em 1867. A ferrovia, com 159 km, ligava o município de Santos ao de Jundiaí, passando pela cidade de São Paulo; cruzava os municípios de Cubatão, Santo André (Paranapiacaba), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, novamente Santo André (área central) e São Caetano do Sul até chegar à capital paulista. Disponível em: http://www.metro.sp.gov.br/metro/licenciamento-ambiental/pdf/linha_18_bronze/eia/volume-iii/Arquivo-20.pdf. Acesso em 12.07.2018.

¹⁷⁹ A estação de Perus foi tombada pelo CONDEPHAAT em 18/10/2011, sob resolução nº SC 88/11 considerando as seguintes características: “Que a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway, é pioneira por ser a primeira linha ferroviária paulista, eixo estrutural de transporte decisivo para conexão do litoral e o interior do Estado de São Paulo, ali representando o período da Primeira Fase da companhia; que sua arquitetura é característica do padrão inglês de construções ferroviárias e da introdução de novas técnicas construtivas, estando com suas principais estruturas preservadas; que seu edifício é o único exemplar remanescente das estações pioneiras da Primeira Fase; que sua implantação exemplifica o desenvolvimento gerado nas regiões pelas quais a ferrovia passava; que os conjuntos de moradias à beira da linha registram formas de morar próprias de segmentos de ferroviários; que a construção mantém o valor simbólico para a compreensão do conjunto de estações distribuídas ao longo da linha.” RES. SC 88/11, de 18/10/2011, publicada no DOE de 8 de novembro de 2011, p. 46.

espaço urbano com o aumento do fluxo e circulação de pessoas de outras regiões, que passaram a se instalar nas imediações.

Esse contexto ferroviário e de desenvolvimento urbano seria reforçado no ano de 1910, com a implantação da Estrada de Ferro Perus-Pirapora¹⁸⁰, trecho ferroviário que possibilitou a ligação da cidade de Cajamar-SP com o bairro de Perus, incentivando e favorecendo, no ano de 1926, a implantação da Companhia Brasileira de Cimento Portland de Perus¹⁸¹. Denominada CBCPP,

[...] a estrutura fabril montada para a produção de cimento foi construída no estado de São Paulo com investimentos de capital canadense, durante a década de 1920. Essa fábrica se juntou a dois empreendimentos industriais já em funcionamento na região: as pedreiras de exploração de minérios e pedras que operavam em Água Fria e Gato Preto, atual município de Cajamar, e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP) que ligava as pedreiras à Estação de Perus, na Estrada de Ferro da São Paulo Railway¹⁸².

Esse complexo fabril voltado para a fabricação de cimento abarcava um contingente de mais de 1000 trabalhadores em suas dependências e instalações. População operária que instaurou, durante o período de funcionamento da fábrica, uma dinâmica conflituosa de relações entre patronado e mão de obra assalariada na região e que acabaria por desencadear um processo de lutas e reivindicações de trabalhadores visando melhores condições de salários e benefícios trabalhistas, assim como melhorias dos equipamentos e instalações do núcleo fabril, visando a segurança dos operários.

Essa situação de embate abriu espaço para a consolidação do movimento sindical na região, que passou a exercer papel significativo nesse processo de conscientização dos

¹⁸⁰ “Em 1910, o governo do Estado de São Paulo, concedeu licença à Companhia Industrial e de Estradas de Ferro Perus Pirapora para a construção e uso de uma ferrovia que serviria de ligação entre as cidades de São Paulo e Pirapora, implantação que seria inaugurada em 05 de agosto de 1914. O percurso se inicia na estação Perus da antiga São Paulo Railway, margeia o Rio Juqueri e termina em Gato Preto, atual município de Cajamar. A ferrovia e as minas de calcário e argila de Cajamar foram adquiridas, em 1925, pela fábrica de cimento Portland, instalada em Perus. A estrada de Ferro Perus-Pirapora, com bitola de 60 cm, é tida como a única remanescente das ferrovias econômicas”. Disponível em: <http://efperuspirapora.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em 12.07.2018.

¹⁸¹ “A Companhia foi inaugurada em 1924, data da aquisição do primeiro maquinário encomendado para a indústria. Em abril de 1925, ocorre a implantação do local. Em 24 de abril de 1926 a Fábrica realiza o início da produção de cimento”. Fonte: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/historico/historico-da-fabrica/>; “além da fábrica, o complexo abarcou as instalações das pedreiras, voltadas às atividades extrativistas de minérios e produção de cal, já existentes em Gato Preto e Água Fria, atual município de Cajamar e também as estruturas urbanas engendradas ao redor das instalações fabris para o assentamento dos trabalhadores da fábrica e das pedreiras”. JERONIMO, V., *op. cit.*

¹⁸² JERONIMO, V., *op. cit.*

operários em relação aos seus direitos sociais. É um processo de consolidação da união dos operários que, a partir do enfrentamento com os proprietários, passou a definir os rumos que a fábrica iria seguir até o encerramento de sua produção e de todas suas atividades, no ano de 1986¹⁸³.

O conjunto formado pelas instalações de produção da fábrica, as vilas operárias, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora e a extração das pedreiras que conformavam o complexo da CBCPP desenhou, no território de Perus, características próprias e singulares para o bairro que contribuíram para atribuição de valores como paisagem urbana e como patrimônio industrial local. Tais características acabaram por configurar uma referência cultural para o cidadão no sentido de pertencimento ao espaço transformado a partir do processo de urbanização e industrialização.

A atribuição de valores ao conjunto edificado como patrimônio cultural é reforçada pela atual conjuntura, na qual a presença dos remanescentes do complexo industrial se soma à descaracterização desses elementos, ao abandono das instalações da fábrica por parte dos proprietários a partir do encerramento das atividades de produção, ao desmonte e ao desaparecimento de partes dos artefatos que formavam sua estrutura. Um quadro de circunstâncias que promoveu, nas décadas seguintes ao encerramento das atividades da fábrica, a constituição de vários grupos de moradores e de movimentos culturais¹⁸⁴ que buscam incessantemente, por meio de participação ativa, a preservação das características de formação histórica do bairro e dos elementos físicos marcantes na

¹⁸³ Para um estudo mais detalhado do histórico de lutas dos trabalhadores, das consequências das greves e dos agentes envolvidos nos conflitos, consultar a tese de doutorado de JERONIMO, V., *op. cit.* Sobre depoimentos de trabalhadores sobre o processo de greves e formas de atuação sindical, consultar o caderno informativo: JESUS, Mario Carvalho de (Org.). *Cimento Perus: 40 de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal*. Coleção Cadernos para Mudar – 2. São Paulo: JMJ Consultoria e Promoções, 1992.

¹⁸⁴ Dentre os grupos atuantes destacamos o grupo cultural Quilombaue que surgiu no ano de 2005 e que, de acordo com informações divulgadas em sua página virtual, tem como ideal “Promover a produção e a difusão cultural, proporcionando aos moradores, principalmente os jovens, a experimentação, fruição e expressão das diversas e diferentes formas de manifestação artístico-culturais e empoderar o desenvolvimento social, educacional, ambiental e econômico local sustentável”. Fonte: <http://comunidadequilombaue.blogspot.com/>; o Grupo Pandora de teatro, criado em 2004, que possui “trabalho de pesquisa e criação teatral no bairro de Perus”. Fonte: <http://grupopandora.blogspot.com/>; o Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus que atua, desde 2013, dando continuidade ao movimento existente há trinta anos composto por moradores, ex-operários, viúvas e filhos e que atualmente se apresentam como um “coletivo formado pelas principais lideranças do bairro, estudantes, professores, universitários e demais ativistas que lutam em prol da utilização do espaço das instalações da fábrica para preservação e construção de um centro cultural e complexo universitário”. Disponível em: Fonte: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/> Acesso 12.07.2018.

paisagem de Perus, testemunhos da memória local, história social e trajetória de vida dos antigos operários e moradores¹⁸⁵.

Desenvolvendo trabalhos junto à comunidade em uma tentativa de conscientização do valor que as características do bairro congregam, esses grupos buscam a inclusão social através de uma sistemática educacional para as questões que envolvem o patrimônio, procurando manter a continuidade desse histórico de movimento popular em torno das conquistas sociais dos trabalhadores, alcançadas com o engajamento sindical que tinha como lema a não violência, conforme João Breno Pinto¹⁸⁶ relata:

[...] durante 12 anos os operários da fábrica de cimento Perus, em São Paulo, lutaram para que a justiça lhes fosse feita, aplicando os princípios da não-violência-ativa. A não-violência-ativa não respeita em primeiro lugar a legalidade, mas sim a verdade e a justiça. [...] quando a greve começou, em 1962, não existia uma lei de greve. Nós estávamos na ilegalidade. As condições de trabalho e o salário eram problemas muito graves¹⁸⁷.

São grupos representados por vários segmentos da sociedade, promovendo um crescimento participativo da comunidade que, envolvida nas decisões do poder público quanto ao planejamento urbano, envolve-se socialmente na construção de seu território, em uma clara identificação com as proposições de preservação do patrimônio relacionado ao complexo industrial desativado. A partir do reconhecimento de características dos estratos de formação e ocupação da região como uma herança simbólica, procuram, com a instalação do “Perus – Centro de Cultura Operária, perpetuar o sacrifício e as conquistas de toda uma geração de trabalhadores, definindo um ponto de referência da cultura-libertária”¹⁸⁸.

¹⁸⁵ Além do complexo industrial da Fábrica, são considerados elementos significantes da paisagem do território, o Pico do Jaraguá; a aldeia indígena Karáí Popygua (Jaraguá); o Parque Anhanguera; a vala clandestina do cemitério Dom Bosco, onde foram localizadas ossadas de militantes que se opunham ao regime da ditadura. Novos elementos estão sendo inventariados pelo Movimento da Fábrica de Perus, para constituição de um mapa colaborativo localizando os pontos culturais e de importância para a população como paisagem cultural e que servirá como referência para o processo de conscientização das referências do bairro junto às escolas da região.

¹⁸⁶ Metalúrgico e ex-presidente do Sindicato dos Queixadas.

¹⁸⁷ JESUS, M. C. de (Org.), *op. cit.*

¹⁸⁸ “A comunidade de Perus propõe as seguintes intervenções na fábrica: 1. Instalação do Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador, segundo aspiração já antiga do movimento Queixada. 2. Instalação de uma Universidade Livre e Colaborativa articulada ao Centro do Trabalhador. 3. Instalação de núcleos de pesquisa e outras instituições públicas voltadas à construção do conhecimento, cooperação e à formação”: https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Pela_Desapropriacao_Conservacao_e_Uso_Publico_da_FABRICA_DE_CIMENTO_PORTLAND_PERUS/; Sobre o histórico da fábrica e o interesse da comunidade em utilizar

Esse comprometimento em preservar a memória e a história persiste como ideologia desde a década de 1970, quando dirigentes do sindicato iniciaram a campanha para a construção do centro cultural na Fábrica de Cimento Perus que, à época, já se encontrava desativada. Portanto, vemos que essa vontade permanente, na atualidade, de construção social para o desenvolvimento cultural na vida do cidadão a partir de um artefato arquitetônico significativo, já trilhava o caminho percorrido pelos trabalhadores da fábrica, que possuíam consciência da importância de preservar esses exemplares como símbolo de um período histórico relevante. Esse educar para o patrimônio, modelo que se mantém como meta atual dos movimentos culturais da região, apoia-se nas questões que envolvem a memória, o patrimônio e o direito à cidadania, compreendendo, nesse esforço, a necessidade de “participação ativa de todas as escolas da região, como reforço à efetiva integração na comunidade”, em:

[...] uma ação social permanente [...] preservando a memória da história e da cultura do ambiente como verdadeiro habitat social [...]. O que caracteriza a cidade é sua “diversidade social de propósitos”, representando todas as possibilidades de humanização do meio ambiente e de toda a naturalização da herança humana, construindo uma conformação cultural e dando uma exteriorização traduzida em formas coletivas permanentes. A cidade funciona, assim, como um órgão especializado de transmissão de valores, acumulando e incorporando heranças culturais locais e universais¹⁸⁹.

Esse é um processo que já perdura há quase meio século, sem atingir o resultado final desejado¹⁹⁰ com relação à proteção e à apropriação social dos remanescentes do complexo industrial, mas que, com persistência, mantém o propósito da preservação da memória da luta dos trabalhadores. Entre os movimentos mais representativos nessa atuação, encontramos o já citado Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus que, atualmente, surge como o principal articulador na preservação do conjunto da fábrica, mantendo um ritmo de reuniões e encontros com a sociedade, organizações e movimentos sociais do bairro que integram o movimento. Juntamente com as entidades: ONG Agendes, Associação dos Aposentados de Perus, Associação dos Queixadas (antigo

o complexo fabril para desenvolvimento de atividades culturais e como lugar de pertencimento da cidade, consultar: JESUS, M. C. de (Org.), *op. cit.*

¹⁸⁹ Cláudio Soares de Azevedo, publicado em: JESUS, M. C. de (Org.), *op. cit.*

¹⁹⁰ O complexo da Fábrica, apesar de tombado, não foi desapropriado e não passou por processo de restauro. Por ser propriedade privada, a população não tem acesso ao local da fábrica, não havendo até o momento nenhuma iniciativa para conter a deterioração dos equipamentos contra a ação do tempo e a descaracterização.

sindicato da fábrica), Coletivo Universidade Colaborativa, Curso Pré-Vestibular do Sindicato de Cimento de Perus, Sindicato de Cimento de Perus, Comunidade Cultural Quilombaue, Sociedade Amigos do Bairro de Perus (SADIP) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)¹⁹¹, continuam a atuar junto às escolas e à comunidade com grupos de trabalho que fazem mapeamentos de locais que são significativos e que atualmente caracterizam o território de Perus.

Se, por um lado, o valor patrimonial de elementos significativos que formaram o bairro foi de breve identificado pela comunidade de Perus, por outro, as iniciativas no sentido de seu reconhecimento pelos órgãos públicos de proteção estadual e municipal do patrimônio da cidade foram cercadas de controvérsias quanto aos valores a serem reconhecidos, fazendo com que os processos de tombamento da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP se estendessem por vários anos: “vinte anos para ser concluído na esfera estadual e quinze anos na esfera municipal, [...] mostrando as contradições do processo de tombamento de seus remanescentes”¹⁹², juntamente com o processo de preservação da estrada de ferro Perus-Pirapora¹⁹³.

Essa demora para analisar o processo de tombamento, a falta de manutenção dos equipamentos e a não concordância dos proprietários com a preservação, foram em grande parte os motivos que promoveram a deterioração dos equipamentos e às

ações de desmonte da CBCPP, que deram início a profundas alterações físicas do conjunto, ocorrendo de maneira gradativa e parcial. Os motivos que alavancaram a extinção da Companhia ancoravam-se, parcialmente, em justificativas tecnológicas devido à deterioração de seus equipamentos, que foram utilizados sem manutenção apropriada e passaram a ser sucateados [...],

¹⁹¹ Disponível em: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/> Acesso em 12.07.2018.

¹⁹² “A abertura do processo na esfera estadual ocorreu em 1980; a publicação da primeira resolução de tombamento em 1987 e a publicação de sua regulamentação em 2000. Na esfera municipal, deu-se a abertura do processo em 1989, a publicação da primeira resolução de tombamento em 1992 e a publicação de sua revisão em 2004”. JERONIMO, Vanice, *op. cit.*

¹⁹³ A estrada de ferro foi tombada devido à peculiaridade de seu traçado e acervo, parte das casas operárias, sindicato e instalações da fábrica, tombadas como referência arquitetônica e histórica de grande valor afetivo: CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução n. 19/2004 de 30/11/2004. Resolução da revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Subprefeitura de Perus, definido pela Resolução nº 27/1992, de 11 de setembro de 1992. JERONIMO, Vanice, *op. cit.* Atualmente, o acervo é composto de material rodante, linhas férreas, oficinas, equipamentos de apoio e outras instalações. Tombada pelo CONDEPHAAT: Resolução 05 d 19-01-1987 e Resolução 56, de 13-12-2000, nº processo 21273/80, Livro tombo inscrição nº 263, p. 69 de 23-01-1987; Resolução de tombamento CONPRESP nº 24/17.

entretanto, foram as justificativas de caráter econômico que configuraram os motivos principais de sua decomposição. [...] além desses motivos, as insatisfações dos proprietários geradas a partir da abertura dos processos de tombamento também foram responsáveis pelo desmonte gradativo das instalações, na medida em que, estratégias para sua destruição foram aplicadas como forma de evitar ou retardar os tombamentos¹⁹⁴.

É um histórico de acontecimentos e de degradação que se mantém até os dias atuais com o completo abandono e uso indevido do local¹⁹⁵. Se, no âmbito dos órgãos de patrimônio, o processo de preservação ocorreu com morosidade e conflitos, no campo do planejamento urbano representado pelo poder público municipal, as iniciativas para reconhecimento do patrimônio e consequentemente da memória, da paisagem e do território, também seguiram seus percalços com morosidade e burocracia, dependente da boa vontade e da simpatia pela causa, por parte de representantes da câmara municipal.

No início da década de 1960, no auge dos embates entre patrão e empregados que, nesse período, já envolvia o Poder Judiciário e a polícia em constante repressão aos grevistas, os trabalhadores da fábrica de Perus começaram a cogitar a possibilidade de desapropriação da CBCPP. Dando início a esse propósito, passaram a desenvolver uma “ampla campanha, com apoio popular e de universitários, abaixo assinados, palestras, contatos com autoridades” que resultou em encontro com o Desembargador Sylos Cintra que “definiu ser possível a desapropriação”, o que não chegou a se concretizar porque o governador Carvalho Pinto, reassumindo o governo, não deu andamento neste sentido, situação que viria a ser agravada com a intervenção militar de 1964, dificultando a ação do sindicato nos anos seguintes¹⁹⁶ e paralisando as ações nesse sentido.

¹⁹⁴JERONIMO, Vanice, *op. cit.*, cap. 1.3.

¹⁹⁵ “Em 24 de outubro de 2015 foi feita denúncia da utilização das dependências da Fábrica para a prática do “paintball”, de forma indignada, por um dos moradores durante o seminário “Patrimônio em Debate: da fábrica à construção do território da cultura e paisagem Jaraguá – Perus”, no Centro Cultural São Paulo, evento organizado conjuntamente pelo DPH e pelo Movimento da Fábrica, com mesa de debate e oficinas de cartografia. Fonte: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/tag/fabrica-de-cimento-de-perus/>; recentemente foi disponibilizado um vídeo no site do *youtube* onde foram filmados os exercícios de tiro de paintball, o que revoltou as pessoas engajadas em preservar a memória da fábrica. Tais pessoas alegam que a prática dessa atividade é uma contradição e desrespeito à memória dos “Queixadas” que tinham como lema a não violência. Nova denúncia foi feita na Assembleia do Conpresp, em 18/06/2018, onde ficou decidido que seria feito uma vistoria no local junto com alguns representantes da comunidade, que ainda não se realizou. Pelo vídeo é possível verificar o estado de abandono do conjunto e a deterioração dos equipamentos remanescentes pela ação do tempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WxWhArH5C8k> Acesso em 12.07.2018

¹⁹⁶ JESUS, M. C. de (Org.), *op. Cit.*

Na década de 1980, período em que o Grupo Abdalla, proprietário da CBCPP, acumulou dívidas de impostos com a União, o Estado e o Município, voltou-se a verificar as possibilidades de desapropriação da área da fábrica e do entorno¹⁹⁷. Tal expectativa se daria por que a fábrica está instalada entre o Parque Estadual Anhanguera¹⁹⁸ e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora que, como já vimos, estava tombada pelo Governo Estadual desde 1987. Logo, a efetivação da desapropriação e a instalação do projeto de centro cultural na Fábrica de Cimento Perus ganhariam novo fôlego com o incentivo turístico da região, tomando força concreta para apropriação pelo poder público da CBCPP¹⁹⁹.

É também o período em que a Prefeita Luiza Erundina, no ano de 1992, a partir de constantes encontros com os trabalhadores da fábrica e da simpatia pela causa dos operários, realizou a “assinatura do Decreto de declaração de utilidade Pública de uma área de 23 alqueires e 16.770 m² de área construída, além das vilas operárias com mais de cem casas, e mais de vinte milhões de pés de eucalipto ao lado do Parque Anhanguera”, efetivando o tombamento municipal dessas áreas²⁰⁰.

Porém, em 2004, conforme Vanice Jerônimo verifica ao analisar os entraves nos processos de tombamento em sua tese de doutorado sobre a fábrica, houve a necessidade de adequação da resolução de tombamento municipal²⁰¹ com o plano estratégico da subprefeitura de Perus e com as alterações e revisões de tombamento estadual, ocasionando a exclusão de duas das vilas de operários tombadas (Vila da Fábrica e Vila Nova), passando a vigorar, portanto, como bens tombados “apenas o conjunto de

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ O Parque Anhanguera é originário de uma área remanescente do Sítio Santa-Fé, uma antiga fazenda de reflorestamento adquirida pela Prefeitura em 1978. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parque. De acordo com a Lei nº 13.885/04, Art. 56. “São objetivos da política de desenvolvimento urbano ambiental para a região norte do município: I. promover a valorização da beleza natural, em especial da Serra da Cantareira, do Horto Florestal, do Pico do Parque Estadual do Jaraguá e do Parque Anhanguera como pontos de referência da região norte, estimulando investimentos voltados ao ecoturismo.” (grifos nosso).

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques

¹⁹⁹ Com a Lei 13.885 de 25 de agosto de 2004, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, são criadas as ZEPECs em substituição das antigas Z8-200. Conforme o Art. 114 “as Zonas de Preservação Cultural – ZEPEC são áreas do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos”. O Art. 115 “determina que ficam enquadrados como ZEPECs: I. os imóveis ou áreas tombados ou preservados por órgão municipal, estadual e federal”, ou seja, toda a área que envolve a fábrica, seus remanescentes e áreas de entorno seriam consideradas como áreas de proteção, sujeitas a apreciação pelo poder público e órgãos de patrimônio para qualquer intervenção a ser realizada.

²⁰⁰ CONPRESP. Resolução 27/1992 (Processo nº 1989-0.002.597-0) de 11 de setembro de 1992, reconhecendo o excepcional valor histórico, social e urbanístico desse conjunto (da Fábrica de CBCPP).

²⁰¹ CONPRESP. Resolução nº. 19/2004.

edifícios, equipamentos e instalações da área de produção da antiga fábrica, o conjunto de residências da Vila Triângulo e a Capela de São José”²⁰².

A trajetória do tombamento municipal e do estadual mostra que os argumentos, para validar a reversão do alcance das áreas a serem protegidas, tramitaram entre tensões e ampararam-se na sobreposição das questões de caráter político-econômico sobre aquelas de cunho histórico, artístico e afetivo. [...] tais medidas de inflexão das políticas e de flexibilização da legislação, do ponto de vista do patrimônio e da cultura, resultaram em perdas irreparáveis²⁰³.

A luta dos movimentos populares e culturais que citamos aqui, que buscam uma destinação social para o espaço da fábrica, integra esse processo conflituoso entre poder público, propriedade privada e interesse social, como uma história que traz experiências para uma construção equilibrada do espaço. Uma construção do território que se faz, exatamente, dentro dessas três circunstâncias e de forma contínua porque o espaço é sempre dinâmico e se transforma ao longo do tempo, alterando as relações que até então poderiam estar sedimentadas.

Tais transformações urbanas estão, inclusive, relacionadas aos fluxos migratórios da população e às alterações de uso de espaços devido às novas relações de trabalho que se impõem com o avanço de novas tecnologias e serviços. Essa realidade expande a área periférica das cidades, trazendo pessoas que residiam em outras localidades e que não faziam parte do contexto histórico de formação do bairro. São novos olhares e novas perspectivas de apreensão de uso do espaço do território urbano, distantes da memória e da identidade formadas em outros contextos históricos. Uma realidade que verificamos constar das informações encontradas no site da subprefeitura de Perus, informando que, entre os anos 1980 e 2010 o distrito multiplicou sua população 3,5 vezes, contabilizando, segundo os dados do último recenseamento realizado, 146.046 habitantes.

Esses movimentos culturais que se debruçam sobre a preservação da memória e do patrimônio de Perus, além de lidarem, como já vimos, com interesses públicos e privados, precisam incorporar essa dinâmica de fluxo de pessoas que chegam a um território que já possui uma memória e identidade, trabalhando para que haja uma

²⁰² JERONIMO, Vanice, *op. cit.*

²⁰³ Idem.

conscientização dessa população para a preservação desses espaços como uma construção que interessa a todos, inserindo-os nesse contexto.

Ao tratar dos processos de globalização e da consequente “transculturação”, analisando as formas de relações sociais e culturais que se processam a partir dessa “gradual homogeneização e de simultânea articulação de diferenças”, Moacyr dos Anjos coloca que:

[...] identidades culturais não são construções atemporais dotadas de um núcleo imutável de crenças e valores que singularizariam, desde e para sempre, um local entre outros quaisquer; são antes como propõe Arjun Appadurai, resultados de processos de expressão humana (discursiva e performativa) por meio dos quais são estabelecidas e continuamente reelaboradas diferenças entre grupos diversos²⁰⁴.

São, portanto, desafios que se apresentam para verificação das transformações que o território passa a conjugar na apreciação distinta de paisagem que esses novos moradores percebem em relação ao que outros indivíduos compreendem como história local e como patrimônio. E é nesse sentido que o “Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Perus”, retomando as reuniões e discussões do movimento iniciadas no ano de 2013, em encontro realizado dia 13 de março de 2018 na Biblioteca Padre José de Anchieta, em Perus, definiu temas e iniciativas a serem desenvolvidos em grupos de trabalhos que atuam junto ao bairro para o reconhecimento desses novos processos culturais que estão se estabelecendo no local.

Parece haver, também, uma abertura para novas possibilidades de apreensão do patrimônio local, incorporando, além da ideia de um bem simbólico eleito como representativo da história do bairro – a fábrica Perus –, a compreensão deste bem inserido no contexto histórico de um bairro em transformação, em uma paisagem que foi conformada pela ocupação social ao longo do tempo e pela intervenção do poder público no ordenamento do território frente ao adensamento territorial das últimas décadas. Podemos verificar esse movimento a partir dos objetivos elencados na ata do encontro realizado em março de 2018:

1º – Garantir a Fábrica como o “vetor” do Território (história e memória, princípios dos Queixadas, Firmeza Permanente...);

²⁰⁴ ANJOS, Moacyr dos. *Local/Global: arte em trânsito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 12.

2º – TICP Jaraguá-Perus:

2.1 – Retomar a “construção” do Território (TICP Jaraguá – Perus), atualizando o “banner” (“mapão” iniciado em 2014 pela Universidade Livre Colaborativa, Núcleo de Estudos e Pesquisa FAU/USP e moradores);

2.3 – Refletir sobre qual a “apreensão” de território temos/queremos, bem como que Território de possibilidades seria esse;

2.4 – Pensar formas de “ocupar” terrenos, ou seja, “inventariar” lugares que teriam importância comum, enquanto referências culturais, ampliando e fortalecendo, dessa maneira, as “trincheiras” do Território;

2.5 – “Disseminar ferramentas”, construídas durante a trajetória de elaboração do TICP, a fim de instrumentalizar a comunidade que pensa e age;

2.6 – Promover encontros pelo Território;

2.7 – Retomar / rearticular o Movimento TICPs local e cidade;

2.8 – Debater formas de gestão do TICP Jaraguá-Perus;

2.9 – Construir novas “narrativas”, a partir da “atualização” do Território;

3º – Organizar debates sobre Projetos e seus respectivos impactos no bairro e região;

4º – Pensar ações para “cobrar” dos órgãos governamentais diálogo e transparência, exigindo a apresentação pública de qualquer projeto de planejamento do bairro (privado ou público), para que a comunidade, que habita o lugar, participe efetivamente das discussões e análises sobre os possíveis impactos (positivos ou negativos) e como seu cotidiano (da comunidade) poderá ou não ser alterado;

5º – Pesquisar sobre o sítio arqueológico Jaraguá I, recentemente descoberto, próximo ao pedágio do rodovial;

6º – Reorganizar Grupos de Trabalho:

I – Grupo de Mapeamento: pesquisar e atualizar o banner do TICP Jaraguá-Perus, inserindo novos lugares (práticas) de referências culturais; pesquisar/estudar (entre outros assuntos: impactos ambientais e contrapartidas possíveis) sobre empreendimentos (NESP, Ferroanel...) pensados para bairro e seu entorno (ação em conjunto com o GT de Formação);

II – Grupo de Articulação: ampliar e fortalecer os diferentes grupos do Território (considerando a problemática da delimitação desse território, evidentemente), se utilizando, por exemplo, da metodologia dos inventários participativos de referências culturais; para tanto, estudar a metodologia, por meio de oficinas, talvez; promover encontros para apresentar e discutir o conceito de “referências culturais”; produzir um banner para cada lugar “inventariado”; promover contatos e visitas em escolas; pensar projetos educativos relacionado às referências culturais, Fábrica, Território...; procurar (retomar) parceria com DRE Pirituba.

III – Grupo Formação: leituras e pesquisas dos projetos de grandes impactos, tais como NESP, empreendimentos habitacionais, Ferroanel; promover encontros, “aulas públicas”, debates etc. decorrentes do aprofundamento dos temas.

IV – Grupo Comunicação: atualizar veículos (página, site, Instagram...); atualizar fotos e textos curtos; elaborar materiais mais completos, que resultem dos debates; promover concursos de desenhos de estudantes (definir temas); “remontar” exposição sobre “Fábrica” na Biblioteca; participar de editais, para subsidiar recursos humanos e materiais²⁰⁵ (Grifos nossos).

²⁰⁵ Síntese da reunião do Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, realizada no dia 13-03-2018, na Biblioteca Padre José Anchieta, em Perus, elaborada por Regina C. S. Bortoto, integrante do Movimento.

Podemos concluir que, a partir dessa nova proposta de ampliar possibilidades para o reconhecimento de identidades, de significados e de referências culturais, a mobilização a ser conduzida é ampla, plural e democrática, procurando não somente uma articulação frente às questões preservacionistas que envolvem a Fábrica de Cimento Portland Perus e seu complexo industrial, mas também uma expansão e difusão dessas discussões para o bairro como um todo. As diretrizes apontadas buscam reconhecer o espaço como um intrincado sistema de condicionantes físicos, territoriais e sociais que se entrelaçam com questões da educação, saúde e administração pública, envolvendo todos os setores da sociedade e indo ao encontro da participação social e do reconhecimento dos direitos constitucionais, metas evocadas no plano diretor aprovado em 2014.

6 – Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs)

Conforme exposto no capítulo 4, a partir dos estudos da legislação municipal pudemos compreender que o Plano Diretor é o documento que define regras de gestão para o planejamento e desenvolvimento urbano da cidade. Os seus conteúdos, elaborados a partir de um conjunto de leis com “o objetivo de coordenar as ações dos setores público e privado, devem garantir a transparência da administração pública e a participação dos cidadãos e entidades representativas em todo processo”²⁰⁶ de planejamento e gestão da cidade.

Sua base jurídica está intrinsecamente ligada ao que determinam os seguintes documentos legais: a Constituição Federal, destacando os Artigos 182 e 183, condicionando o direito de propriedade à sua função social; a Lei Orgânica do Município, Artigo 143, que estabelece o processo de planejamento participativo descentralizado permanente; e o Estatuto da Cidade, o instrumento que determina a necessidade de elaboração do Plano Diretor, bem como a garantia de cumprimento da função social da propriedade e da cidade²⁰⁷.

O poder público, a partir desse conteúdo jurídico, deve adotar medidas buscando uma maior participação dos moradores da cidade no que tange aos processos de discussão, elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Essa intenção de realizar um processo social permanente e participativo tem sido verificada, no Município de São Paulo, a partir da Gestão da Prefeita Marta Suplicy, quando da elaboração e aprovação do Plano Diretor Estratégico – Lei 13.430/02, o qual instituiu as subprefeituras regionais e, a partir dessa descentralização administrativa, passou a realizar a elaboração dos Planos Regionais da cidade, documentos pensados de acordo com as demandas da população em suas regiões.

Com os Planos Regionais, ficou estabelecido que seriam elaborados os Planos de Bairros²⁰⁸, permitindo, assim, uma gestão mais democrática e social dos espaços urbanos

²⁰⁶ Lei nº 13.430/2002, Kit das Cidades – Pólis e CEF, CD Plano Diretor Estratégico 2002-2012 – PMSP: SEMPLA, Glossário Básico de Termos Técnicos Utilizados no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – SEMPLA, Mapa da Exclusão/Inclusão Social 2000: Dinâmica Social anos 90 – PUC/SP – INPE-Pólis, apresentação em Power Point. Plano Diretor Estratégico – A Cidade que queremos – PMSP: SEMPLA, 2002.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ O Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Estratégico (PL 688/13) de São Paulo indica que, nos Planos de Desenvolvimento do Bairro (Artigo 118), “deverão ser utilizadas metodologias participativas que

e das relações que permeiam o bairro e seus moradores. Podemos perceber que a construção do território da cultura e da paisagem é resultado dessa participação democrática, de um ponto de vista mais antropológico, buscando valorizar o território a partir do imaginário da sociedade com relação aos valores atribuídos ao patrimônio²⁰⁹.

Nos Planos Regionais ficou estabelecido que seriam tratadas questões fundamentais para cada região, como zoneamento, uso do solo, espaços públicos, sistema viário, transporte coletivo, entre outros aspectos. Naquele momento, não existiam, em São Paulo, modelos para embasamento e desenvolvimento de planos diretores regionais e o processo deveria ser realizado conforme o andamento das discussões, atendendo às demandas da população e respeitando as necessidades de cada região²¹⁰.

Em relação ao bairro em Perus e suas representações culturais, ao longo do processo participativo regional realizado em 2004 foi tratada especificamente a proteção da área da Fábrica de Cimento Perus e seu entorno, estabelecendo que, na área envoltória da ZEPEC da Fábrica de Cimento Portland não seriam permitidos usos residenciais, somente usos ligados ao esporte, lazer e cultura, que complementassem as atividades da ZEPEC. Também ficaria enquadrada como Zona Especial de Preservação Cultural, a Fábrica de Cimento e a Capela São José próxima à área da fábrica, “devendo as edificações no seu entorno observar restrições urbanísticas para garantir a visualização do bem tombado”. No artigo 39, estabelecendo as diretrizes para a preservação e a restauração da ZEPEC Fábrica de Cimento, foram estabelecidos os seguintes itens:

- I – Abrigar equipamentos culturais e de lazer destinados ao atendimento local e regional;
- II – Incentivar a implantação de atividades turísticas e culturais;
- III – Elaborar plano urbanístico de utilização da Fábrica de Cimento Portland Perus, com indicação das necessidades de recuperação e restauro das instalações existentes e diretrizes para as novas instalações;
- IV – Recuperar a Vila Triângulo, mantendo, se possível, as famílias que nela residem;
- V – Recuperar a linha de transporte ferroviário Peru-Pirapora para utilização turística;

garantam a colaboração da sociedade em todas as etapas de sua elaboração”, destacando “a identificação de diferentes demandas urbanas, sociais e ambientais”. Disponível em:

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-de-bairro/>

²⁰⁹ Lei nº 13.430/2002, Kit das Cidades – Pólis e CEF, CD Plano Diretor Estratégico 2002-2012 – PMSP: SEMPLA, *op. cit.*

²¹⁰ Idem.

- VI – Elaborar projeto paisagístico e de recuperação da vegetação existente, incluindo a construção de trilhas, caminhos, acessos a estacionamentos e praças;
- VII – Capacitar, formar e treinar a população local para trabalharem nas atividades turísticas, culturais e de lazer.²¹¹

As ZEPECs, portanto, delimitaram áreas especiais para preservação, diretrizes para recuperação e possibilidades de uso em atendimento às necessidades e anseios da comunidade que manifestou o desejo de determinar a melhor forma de preservar a memória do bairro. Definições que seriam novamente englobadas no conjunto de medidas de preservação do Plano Diretor de 2014²¹². Pelo que vimos até o momento, podemos compreender que o patrimônio na atualidade é entendido como um referencial a partir da memória social, mas que necessita ser fortalecido e preservado a partir da elaboração de um documento legislativo que chancele o bem a ser protegido.

Na continuidade desse processo iniciado em 2004, em conjunto com a atuação participativa da sociedade, a partir de 2012, começam a ser apresentadas as propostas que, após debates na Câmara de São Paulo, vieram a permitir a criação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP do distrito de Perus (Fig. 01 e 02).

²¹¹ Plano Regional da Subprefeitura de Perus, 2004, Seção II, Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana Subseção II, Capítulo II, Das Zonas de Uso – Das Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPEC.

²¹² No Plano Diretor Regional de Perus ficou definido como desafio da subprefeitura “Desenvolver delimitação, conceituação e objetivos específicos ao TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus”; em suas diretrizes “Garantir a permanência e preservação dos patrimônios naturais e culturais, principalmente o complexo Fábrica de Cimento e o Parque Anhanguera; implantar o Território de Interesse da Cultura e Paisagem – Perus-Jaraguá.”

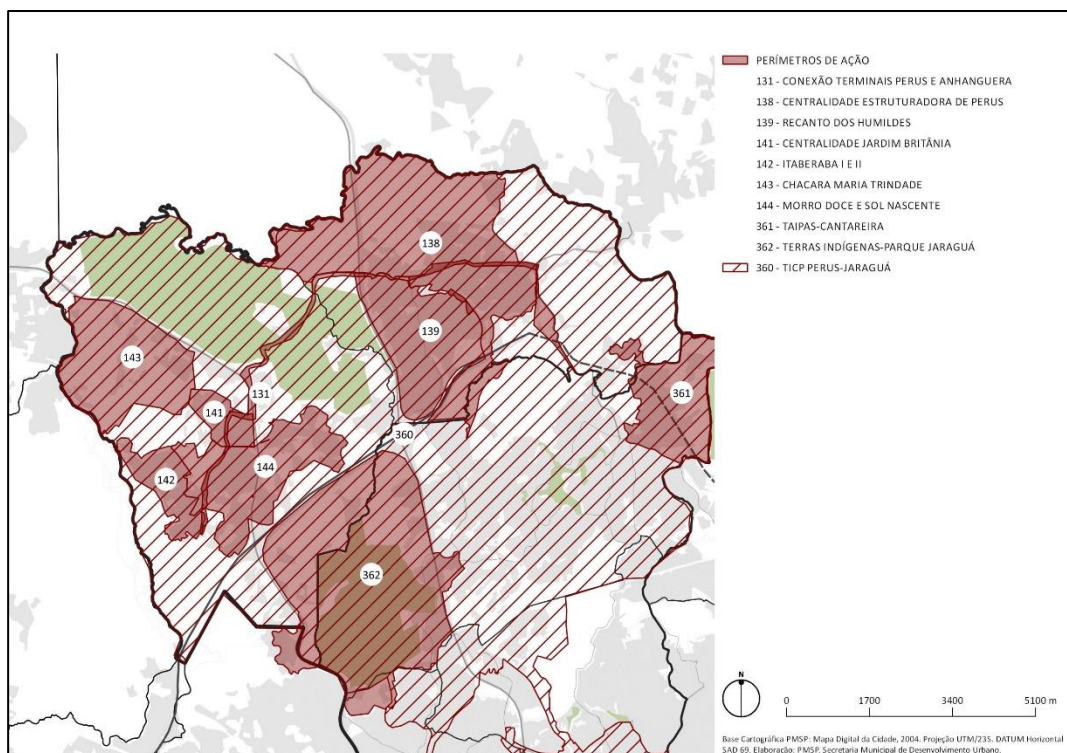


Fig. 01. Mapa: Território de Interesse da Cultural e da Paisagem – Perus/Jaraguá. Perímetros. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-PR.pdf> Acesso em 14.07.18

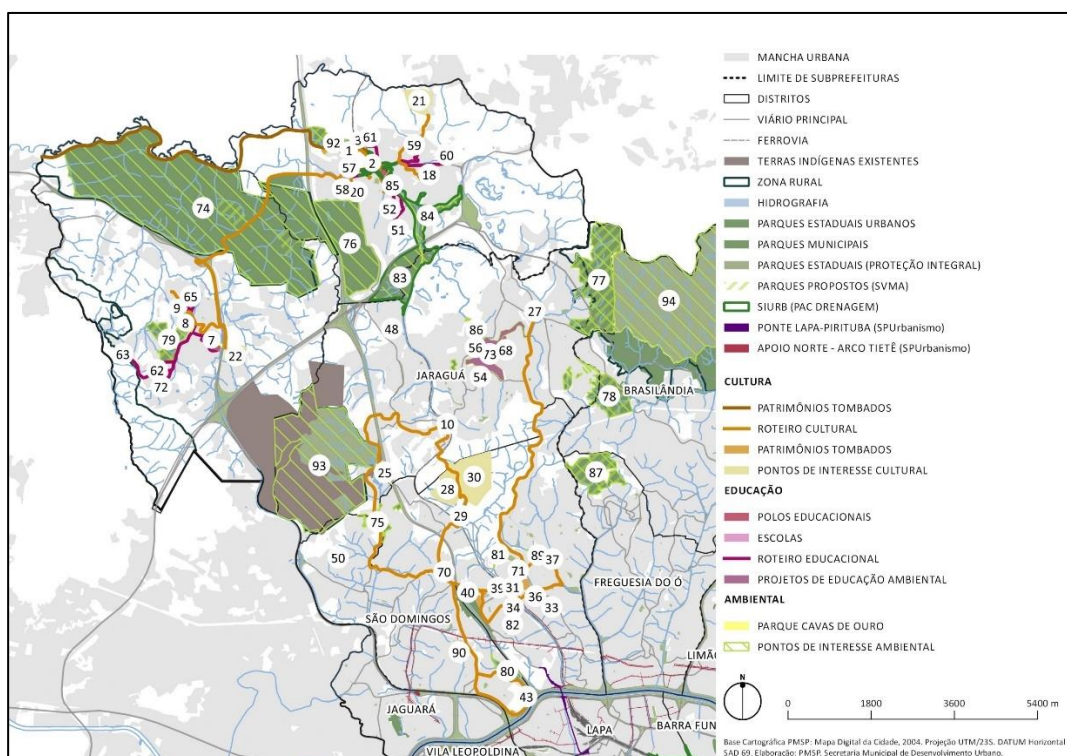


Fig. 02. Mapa: Delimitação do Território de Interesse da Cultural e da Paisagem – Perus/Jaraguá. Manchas Urbanas. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-PR.pdf>

6.1 – Processo Participativo – Mobilização e Fortalecimento Social

O desenho geográfico e cultural que configuraria o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem começou a delinear-se a partir de trabalhos implantados pelo programa de “Paisagens/Territórios Educativos” do Núcleo de Estudos da Paisagem²¹³ da USP, iniciados no ano de 2011, junto à população do Distrito de Perus. Com o desenvolvimento desse programa, de uma Universidade Livre e Colaborativa²¹⁴, começaram a se abrir novas possibilidades e perspectivas para o processo de conscientização, de educação e salvaguarda do patrimônio cultural do bairro que a comunidade local já vinha procurando delinear há algum tempo²¹⁵.

Destacando a participação nesse programa de grupos culturais atuantes no bairro, entre eles o Quilombaque e o Projeto Coruja, desenvolveu-se uma parceria dinâmica de práticas de ensino entre a população e os grupos de pesquisadores da universidade, por meio da troca de experiências e de conhecimentos, “gerando atividades experimentais didático-pedagógicas, de enfrentamentos e busca de soluções para as questões urbanas e sociais na região”²¹⁶.

²¹³ O Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) foi criado em 2003 e registrado como Grupo de Pesquisa a partir de 2005, quando também foi criado o Laboratório LABCIDADE. Os trabalhos são desenvolvidos sob responsabilidade do Professor Euler Sandeville Jr. (FAU USP). Fonte: <https://nep.arq.br/> consulta em 10/07/2014.

²¹⁴ De acordo com informações disponibilizadas no site do NEP, “o programa valoriza a capacidade interpretativa dos processos urbanos ambientais relacionando escalas regionais e locais, acompanhando políticas públicas, realizando estudos de percepção e de memória da paisagem com moradores, estudos de conectividade ambiental urbana, estudos colaborativos de potencialidades de paisagem”. Para informações sobre o programa e grupos de pesquisa envolvidos consultar o site <https://nep.arq.br/2018/02/11/programa-universidade-livre-e-colaborativa/aceso>. Acesso em 09/07/2018.

²¹⁵ Nesse período, o Quilombaque já desenvolvia a ideia de criar uma universidade denominada Universidade Livre de Meio Ambiente e Cultura. O Projeto Coruja realizava o encontro mensal chamado Café Filosófico, discutindo questões do bairro e suas memórias, e era formado por lideranças do bairro, ligado à Igreja Católica de Perus, Santa Rosa de Lima. No final de 1990, passam a organizar atividades de formação, se aproximando de jovens que faziam arte com grafite, hip hop etc. Fonte: CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de. *Potencialidades para criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jacú Pêssego, zona leste da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2017.

²¹⁶ SANDEVILLE JÚNIOR, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didática pedagógica de aprendizagem colaborativa. In: *Arquitectura y calidad socioambiental em ciudades del Cono Sur=Arquitetura e qualidade socioambiental nas cidades do Cone Sul* [S.l.: s.n.]. Organização: Luis Muller e Maria Lucia Refinetti Martins. (Org.). São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), 2016, v., p. 135-147. Fonte: <https://nep.arq.br/2018/02/26/universidade-livre-e-colaborativa-em-perus-uma-experiencia-didatico-pedagogica-de-aprendizagem-colaborativa/> Acesso em 18.07.2018

Essa experiência de construção de conhecimento coletivo possibilitou ampliar reflexões para compreensão da dimensão da paisagem e da cidadania, instrumentalizando ações para a apropriação e o uso cultural do espaço da antiga fábrica de cimento Portland de Perus – CBCPP. Como já citamos anteriormente, esses grupos culturais atuam há vários anos para reforçar o movimento de moradores ex-operários que buscavam transformar o espaço da fábrica em um Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador.

Nesse contexto, foi constituído o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus que, com o trabalho conjunto entre o grupo acadêmico e a comunidade, passaria a incorporar também em seus propósitos de reuso do espaço industrial com atividades culturais, a construção de uma “Universidade Livre e Colaborativa e centros de pesquisa para agregar o conhecimento comunitário”²¹⁷.

Essa ideia foi tomando forma em decorrência das várias reuniões, encontros, debates e atividades de ensino desenvolvidas com o programa de pesquisas da USP. Tais ações passariam a nortear a pauta de discussões ao redor do patrimônio industrial, como também, ampliar e interligar o tema da preservação às questões sociais, de saúde, de planejamento urbano e consciência coletiva para os problemas do bairro²¹⁸.

Os trabalhos desenvolvidos, considerados colaborativos pelos seus organizadores, extrapolaram os limites do bairro de Perus, alcançando os distritos de Anhanguera, Jaraguá e Pirituba, que possuem suas divisas perimetrais agrupadas na região noroeste da cidade de São Paulo, em torno do distrito de Perus. Como foco de atuação foram considerados os aspectos urbanos significativos relacionados à paisagem, não somente em âmbito local, mas também regional, abarcando toda a cidade. Como resultado da ocupação e construção do espaço territorial²¹⁹, essa iniciativa de construção do saber do

²¹⁷Sobre o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus – Fonte: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/> (Acesso em 10-07-2018).

²¹⁸ Como estratégias para alcance dessas metas, o movimento propõe: “o estabelecimento de um processo dialógico e participativo de diagnóstico e projeto voltado ao restauro da fábrica; a realização de um estudo técnico das edificações existentes para estabelecimento de um plano de visitação às instalações e para subsidiar um projeto de restauro; incentivos fiscais para elaboração de um projeto participativo; cessão imediata da Fábrica desapropriada para a instalação provisória de uma base avançada dos seguintes grupos: programa autônomo para a constituição da Universidade Livre e Colaborativa; programa de Educação Tutoriada da USP e Café Filosófico da USP e para um embrião do Centro de Cultura e Memória; constituição de um espaço comunitário e cultural de gestão partilhada e autogerido”. Fonte: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/principais-reivindicacoes/> (Acesso em 10/07/2018).

²¹⁹ O trabalho abrangeu as “áreas formadas pelos parques Jaraguá, Cantareira, Anhanguera, pela Fábrica de Cimento Portland de Perus, Ferrovia Perus-Pirapora, Sindicato Queixada, Aldeia Guarani no Parque

espaço urbano buscou, a partir do reconhecimento do território, identificar potencialidades e inventariar a riqueza cultural como patrimônio material e imaterial.

O resultado da consolidação e implementação desse processo participativo de construção do conhecimento da paisagem foi concebido, primeiramente, com a denominação de “Área de Especial Interesse da Paisagem e Cultura” (AEICP), definindo cinco áreas representativas na cidade de São Paulo: a AEICP Jaraguá/Cantareira/Juqueri, a AEICP Carmo/Itaim, a AEICP Várzea do Tietê, a AEICP Billings/Guarapiranga e a AEICP Ferrovia/Centro. Sendo que,

[...] sua finalidade, de onde decorria seu caráter potencialmente inovador, seria “a geração de desenvolvimento local através da cultura e do ambiente, o entendimento dos processos urbanos e ambientais, fruição de seu patrimônio material e imaterial, o respeito do direito à cidade e à gestão democrática. [...] o eixo era, portanto, a integração entre cultura, educação e ambiente, na compreensão da paisagem e da cidade, no desenvolvimento e produção cultural local e no intercâmbio entre os TICPs pelos valores culturais, naturais e urbanos neles existentes.”²²⁰

Esse conceito, definindo áreas a serem compreendidas como de interesse pela sua paisagem cultural, foi apresentado em 2013 nas audiências da Câmara municipal como um instrumento a ser inserido na revisão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, vindo a ser aprovado, após processo participativo da sociedade, com a denominação de “Território de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP”²²¹, instrumento aprovado no ano de 2014.

A alteração da terminologia “Área de Especial Interesse” para “Território de Interesse”, surge como estratégia para aprovação do instrumento na Câmara. O

Jaraguá, Estação de Trem Perus, Cemitério Dom Bosco, conectados pela bacia do ribeirão Perus desde o Juqueri até ao Pinheirinho d’Água e outros parques previstos ou existentes nas bacias do Perus e Cabuçu de Baixo, além das áreas de recuperação ambiental das pedreiras e do aterro Bandeirantes, as antigas cavas de ouro na região do Jaraguá e Morro Doce, entre outros elementos de conectividade ambiental, devendo-se fazer gestão para sua articulação com o Parque do Juqueri e seu conjunto histórico e paisagístico”. Fonte: SANDEVILLE JÚNIOR, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. *op. cit.*

²²⁰ SANDEVILLE JR., Euler; MANFRÉ, Eliane. *Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano*. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em Núcleo de Estudos da Paisagem, on line, São Paulo, 2014, <https://nucleodeestudosdapaisagem.wordpress.com/2018/02/05/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/> (Acesso em 11.07.2018).

²²¹ Os TICPs abrangem áreas ocupadas por atividades ou instituições culturais, elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para memória e identidade da cidade. SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

documento foi “apresentado como uma forma de gerir a cidade, como um conceito de saúde ligado à política pública e à paisagem”, englobando também “o sentido antropológico da cultura, como toda produção humana, inclusive a produção do espaço (na sua dimensão cultural)”. Considerando que “a cultura é somente uma parte do instrumento, mas não é o instrumento”²²², devido à dificuldade de compreensão e de aceitação dessa definição ampla, no campo político, foi necessário reformular a terminologia para que fosse aceita pela Câmara, garantindo a inserção desse instrumento no Plano Diretor como um novo conceito de entendimento do patrimônio.

Além da reserva na aprovação do conceito de território delineado pela Universidade Livre Colaborativa, havia também outras propostas a serem consideradas e que estavam sendo apresentadas com parâmetros sobre preservação, alinhadas com as AEICP, abrangendo a cultura, mas com um diferencial de não entender o território como sentido de paisagem. Dentre essas propostas que estavam sendo discutidas, havia a criação de um corredor cultural atravessando a rua da Consolação, compreendendo a região da Avenida Paulista, fazendo o percurso até o centro da cidade. Essas propostas focavam no propósito de preservar os espaços de fruição cultural instalados naquela área geográfica²²³, que estavam ameaçados de encerrar suas atividades devido às pressões do setor imobiliário.

Essa proposição de corredor cultural foi apresentada pelo Movimento Belas Artes – MBA, que lutava pela reabertura do Cine Belas Artes desde o ano de 2011, um cinema localizado na rua da Consolação, na região central, e que havia encerrado suas atividades pela dificuldade de se manter financeiramente²²⁴. Essa proposta viria a ser aceita pela Câmara dando origem ao “Território de Proteção Cultural” (TPC). Portanto, a primeira revisão do PDE,

previa apenas a criação do TPC Paulista-Luz, deixando a proposição de outros territórios para o âmbito dos planos regionais das subprefeituras, sem qualquer indicação conceitual naquela versão. Tampouco havia naquele momento a denominação TICP (Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem), que

²²² Idem.

²²³ Com as contribuições dos grupos ligados à cultura, destacando-se o grupo do Movimento Belas Artes, foram formuladas medidas para proteção dos cinemas e teatros de rua. A criação da ZEPEC-APC é fruto dessa colaboração, resultando, no ano de 2014, no registro de 22 teatros independentes de rua como patrimônio imaterial, reconhecidos como espaços afetivos da cidade e de importância local. No ano de 2014, o cine Belas Artes viria a ser o primeiro espaço a ser reconhecido como de importância cultural e ser declarado como ZEPEC-APC. (grifo nosso)

²²⁴ SANDEVILLE JR., Euler; MANFRÉ, Eliane. *op. cit.*

surgiu posteriormente da integração da proposta do TPC com a das cinco AEICP²²⁵.

O fato de não considerar a indicação do território de Perus nessa primeira revisão do PDE, fez com que os envolvidos na definição do território do bairro reelaborassem a primeira proposta apresentada, redefinindo as áreas a serem estabelecidas como AEICPs. Foram, então, apresentadas 06 propostas, abrangendo 02 áreas na zona leste, 01 na zona oeste, 01 na zona sul, 01 na zona norte e 01 área no centro da cidade, conforme podemos verificar na descrição de áreas no mapa abaixo (Fig. 03).



Fig. 03: Imagem disponível em: <https://observasp.files.wordpress.com/2014/11/aeipcs-segunda-versao.png>. Acesso em 11/07/2018 em SANDEVILLE JR., Euler; MANFRÉ, Eliane. Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em Núcleo de Estudos da Paisagem, on line, São Paulo, 2014.

²²⁵ Idem.

Conforme as discussões na Câmara avançavam e caminhavam para o encerramento das audiências públicas, as sugestões de emendas passaram ocorrer a partir da interlocução entre os movimentos envolvidos. De um lado, o movimento cultural de Perus com as AEICPs; de outro, o Movimento Belas Artes, apresentando o projeto dos TPCs, com o intuito de complementar as sugestões. Desse modo, foi possível alcançar um consenso entre as ideias apresentadas, reformulando as propostas e fundamentando, com essa união²²⁶, o conceito de “Território da Cultura e da Paisagem (TICP)”. Como resultado, vemos instrumentos aprovados para salvaguardar o patrimônio cultural que,

em tese criam, na filosofia que lhes deu origem, a concepção da cidade no âmbito do Plano Diretor como um espaço educativo, cultural e colaborativo, reconhecendo seu potencial afetivo, cultural e de produção de conhecimento e experiências, articulando equipamentos, patrimônio cultural e natural e lugares de memória, estimulando formas de participação e diálogo e a produção cultural local.²²⁷

Portanto, como verificamos, no ano de 2014, com a aprovação do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, dois TICPs foram definidos no documento: o TICP Jaraguá/Perus e o TICP Paulista/Luz²²⁸, ficando as outras áreas sugeridas para apreciação posterior, mas também, abrindo na lei a possibilidade para outros territórios serem demarcados seguindo esse conceito aprovado, mesmo que inseridos dentro desses territórios já definidos.

6.2 – Criação de Novos Territórios

Essa possibilidade de serem desenhados outros territórios pela cidade incentivou, nesses primeiros anos de implementação do Plano Diretor, novas mobilizações sociais que procuraram elaborar, através de processos participativos, territórios de interesse da paisagem. São grupos de pessoas com interesses em comum²²⁹, que procuram estruturar

²²⁶ CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de. *op. cit.*

²²⁷ Idem.

²²⁸ O TICP Paulista/Luz compreende o centro histórico da cidade e o centro cultural metropolitano e envolve o perímetro compreendendo as ruas Alameda Santos, Rua Dona Veridiana, Alameda Nothmann, Rua Ribeiro de Lima, Av. do Estado, Av. Radial Leste, Rua Vergueiro.

²²⁹ Após a aprovação do Plano Diretor de 2014, encontramos esforços para construção de novos territórios, destacando: i) “Fórum Território Cultural Baixo Pinheiros”, promovido pela Prefeitura de São Paulo, com interlocução do Instituto Tomie Otake, buscando “um espaço de compartilhamento e de coordenação das ações culturais locais, envolvendo o poder público, os agentes culturais, as instituições, os artistas e

possíveis áreas de TICPs a serem reconhecidas futuramente pelo poder público, inserindo as mais diversas atividades e iniciativas em sua elaboração.

Dentre esses grupos, encontramos aquele formado a partir da parceria entre o Instituto Moreira Salles e a Associação Cultural Ação Educativa. Intitulado “Território Consolação”, essa mobilização surge como um projeto que busca “(re)conhecer o potencial cultural e econômico de uma área central da cidade de São Paulo, bem como mapear e estimular a colaboração entre agentes culturais, coletivos independentes, empreendimentos criativos, instituições privadas e equipamentos públicos”²³⁰. Considerando os “fluxos e encontros existentes na região”, realizaram um recorte de área dentro do território aprovado “Paulista-Luz”, compreendendo a região central do “Baixo Augusta, a Praça Roosevelt, grande parte da Consolação e do bairro Vila Buarque”²³¹.

Interessante verificar, na delimitação desse espaço territorial, a exclusão de “fluxos e encontros” – termo definido pelo próprio grupo –, como os encontrados na Rua Frei Caneca, desde a Avenida Paulista até a Rua Caio Prado, englobando todas as quadras que formam a Rua Augusta neste percurso²³². Podemos, assim, levantar alguns questionamentos sobre a forma como cada um desses grupos entende o conceito de paisagem, que é a própria essência do instrumento TICP em suas raízes. Como seria possível propor um território como recorte de áreas culturais, já que, ao verificarmos o desenho urbano onde as áreas citadas estão inseridas, dificilmente podemos excluí-las ou delimitá-las isoladamente no contexto urbano ou social?

É uma proposta de território que se apresenta de forma distinta do projeto inicial conforme proposto pelo território de Perus, pensado através de um processo participativo

coletivos”, iniciando um “processo de construção do território que poderia vir a ser uma lei que o regulamentasse”. Apesar de receber apoio do poder público, o processo não teve continuidade e não ocorreram novos encontros para discutir o formato de território do bairro; ii) “Território Cultural da Consolação”, reunindo grupo de pessoas ligadas a espaços e atividades culturais localizados no centro de São Paulo. Disponível em:

<http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/territorio-consolacao-atividades-culturais-imaginarios-urbanos-conflitos-e-resistenciais/> (Acesso em 14.07.2018); e iii) grupo “São Mateus em Movimento”, espaço cultural comunitário. Apesar de, inicialmente, não ter sido pensado como TICP, possui características próprias de formação e mobilização social que podem viabilizá-lo e enquadrá-lo como território cultural. Disponível em: <http://www.saomateusemmovimento.org/> (Acesso em 14.07.2018).

²³⁰ <http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/territorio-consolacao-atividades-culturais-imaginarios-urbanos-conflitos-e-resistenciais/> (Acesso em 14.07.2018) (grifo nosso).

²³¹ Idem.

²³² Acesso Mapa: link: http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2017/04/territorio_consolacao.pdf

e educativo, buscando o desenvolvimento social a partir do conceito de paisagem e da preservação da memória local, compondo um território de pertencimento do indivíduo.

O foco no “Território Consolação” parte do pressuposto da articulação entre os espaços para reconhecimento e manutenção de suas atividades, criando uma rede de apoio e visando, a partir do poder público e do instrumento TICP, um fortalecimento de seus agentes a partir de suas potencialidades econômicas²³³.

Se, por um lado, encontramos correntes na cidade que buscam consolidar economicamente suas atividades culturais e sistemas educativos, instrumentalizando-se a partir do conceito de TICP; por outro lado, encontramos, na periferia, iniciativas locais que procuram, sem demarcações de perímetros em ruas, o reconhecimento em suas áreas de bairros, buscando fortalecer o espaço onde estão inseridos a partir de uma atuação para melhoria social, da educação e de atividades culturais.

Na zona leste da capital, na área do Distrito de São Matheus, moradores criaram um espaço comunitário nomeado “Espaço São Mateus em Movimento”, onde procuram proporcionar, principalmente para o público jovem, “o estímulo ao pensamento crítico, por meio de ações culturais diversas”²³⁴. De forma colaborativa e complementar, reúnem diferentes coletivos e agentes culturais locais, atuando no bairro e no seu entorno, ou seja, desenvolvem um trabalho de reconhecimento espacial de suas potencialidades, apesar da precariedade urbana que se configura pela falta de uma política urbana voltada para melhoria da qualidade de vida.

Observamos, a partir dessas iniciativas de grupos locais mapeando suas próprias áreas de interesse – ora ampliando, ora inserindo novas representações culturais participantes –, que o objetivo principal visa o reconhecimento patrimonial de ações culturais locais por meio da regulamentação do instrumento do TICP. É com base nesse propósito que há uma articulação entre os territórios aqui citados, buscando, a partir da

²³³ Como exemplo dessas iniciativas, recentemente foi promovido por universidades localizadas dentro dessa área demarcada como território cultural, um curso sobre o conceito de territórios culturais que, de acordo com informações de divulgação, surge como “um canal inédito de colaboração entre Instituições de Ensino que pertencem ao território, refletindo sobre questões relacionadas à cidade. Articulando ideias advindas da Arte, História da Cultura, Arquitetura, Urbanismo e Ciências Sociais”. O curso desenhado “no modelo de extensão intitulado “A cidade como experiência: território nômade”, foi ministrado em 8 sábados com total de 32 aulas ao valor de R\$ 560,00. Disponível em:

https://www.fespsp.org.br/curso/222/a_cidade_como_experiencia_territorio_nomade. Acesso:14.07.2018.

²³⁴ Fonte: <http://www.saomateusemmovimento.org/> - Acesso em 14.07.2018.

troca de experiências e conhecimento, definir melhor o formato em construção, para apreciação e chancela do poder público, como definido pelo último plano diretor.

Uma das dificuldades encontradas para a aplicação dos instrumentos aqui citados, devido ao seu caráter inovador, é a falta de referências ou de um guia norteador para as ações. Devido à abrangência do conceito de patrimônio que a lei permite, o maior receio é que ocorra uma abertura de pedidos de delimitação de territórios possivelmente desvirtuados da ideia original – como os exemplos aqui citados –, correndo o risco de se tornar um instrumento que tanto pode unir como segregar espaços culturais na cidade e, dependendo dos interesses dos interlocutores, aumentar ainda mais a exclusão cultural e social.

7 – Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa pudermos notar que, partindo de levantamentos pontuais e de mecanismos limitados de proteção, o poder público em âmbito municipal, em meados da década de 1970, estabeleceu restrições com intuito de preservar bens isolados ou conjuntos edificados representativos dos estratos formadores da cidade – criando as zonas especiais Z8-200. A municipalidade também estabeleceu penalidades para os proprietários que não conservassem os bens protegidos nessas zonas especiais, porém, e prefeitura não teve estrutura funcional para fiscalizar, permitindo que alterações e intervenções aos artefatos ocorressem sem a sua permissão. Houve, também, a iniciativa municipal de implementar mecanismos visando intervenções de manutenção e restauro por parte dos proprietários, incentivos que se mostraram ineficazes ou irrisórios (isenção de impostos e transferência de potencial construtivo), frente às exigências dos órgãos de proteção para execução dos trabalhos de conservação. Décadas mais tarde, o poder público municipal instituiu e ampliou o conceito das ZEPECs – Zonas Especiais de Preservação Cultural –, inserindo de forma mais contundente o tema do patrimônio nas normativas locais, em diálogo com outros documentos legislativos norteadores: Constituição Federal, Estatuto da Cidade e Lei Orgânica do Município. Desse modo, passou-se a considerar como patrimônio as arquiteturas menores e aspectos relacionados à diversidade cultural, porém, ainda insistindo no preceito da proteção ao bem isolado e/ou manchas urbanas, e não à paisagem ambiental formada em sua totalidade. A criação dos organismos municipais de proteção ao patrimônio – DPH e Conpresp –, por outro lado, apesar das importantes ações no desenvolvimento de inventários na escala urbana, por um longo período seguiu os passos e o pensamento dos órgãos estadual e federal de patrimônio, priorizando o instrumento do tombamento para proteção, conservação e fiscalização do bem tombado, o que, por vezes, se mostrou insuficiente como mecanismo de proteção.

Quantitativamente, essas ações alcançaram resultados expressivos e significativos, seguindo esse modelo de política de proteção ao bem isolado e de manchas urbanas. No entanto, trabalhando com verbas e quadro funcional reduzido, abriu-se espaço para situações de abandono e degradação de vários exemplares. Os instrumentos urbanísticos propostos pelo poder público municipal, com destaque para os dois últimos planos diretores, aproximaram a sociedade desse debate impulsionando

sua participação em discussões sobre a gestão pública da preservação patrimonial e instituindo os planos de bairros e o programa de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial. O último documento legislativo de ordenamento da cidade parece reconhecer essas contradições do passado, incluindo novas formas de identificação e proteção ao patrimônio, ampliando as existentes em uma nova perspectiva²³⁵. Nesse sentido, o plano diretor vigente (PDE-2014) adicionou àquela noção de referência cultural, ao conceito de patrimônio adotado pela Constituição, as significâncias apontadas pela população na reformulação do Plano Diretor,

Ao longo de quase meio século de iniciativas legislativas voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade, percebemos que ocorreram avanços significativos para o amadurecimento desse debate, porém, ainda insuficientes para alcançar a tutela efetiva dos bens identificados, diante da acelerada transformação dos ambientes urbanos. Certamente, o processo foi paulatino, dependente da consciência dos legisladores, da boa vontade política e da capacitação administrativa na condução do tema. O processo de planejamento e ordenamento da cidade, contudo, no que tange à condução das transformações da cidade contemporânea, não tem sido pensado a partir da cidade preexistente e da paisagem ambiental formada pelo conjunto dos seus artefatos e de suas relações socioculturais. Não obstante a criação de instrumentos de preservação na legislação urbanística, como vimos, é importante destacar que estes atuam como exceção no conjunto das diretrizes de regulação urbana reunidas no plano diretor. O movimento predominante no processo de planejamento urbano é a sobreposição de novas transformações à cidade existente, deixando o contexto urbano histórico e o patrimônio ambiental formado ao longo do tempo em segundo plano.

Nas análises desta pesquisa, o que requer atenção é a condição estabelecida pelas preexistências que compõem o desenho urbano, como o espaço cultural e ambiental que foi construído ao longo da formação da cidade e as possibilidades para a sua permanência como relação entre o passado e presente. Desse modo, o que se coloca em pauta é o equilíbrio entre a preservação dessas características históricas e culturais e as transformações urbanas que o crescimento e a dinâmica da cidade impõem no atendimento das necessidades de moradia, circulação viária e de pessoas, produção de empregos e saúde, nas considerações das prioridades envolvendo a regulação urbana.

²³⁵ Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014.

Nesta pesquisa, realizamos uma reflexão sobre os meios idealizados pelo poder público para a preservação patrimonial, por intermédio da legislação urbana, buscando identificar os alcances efetivos dessas medidas e as possibilidades que se abrem para a preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Município de São Paulo, a partir da promulgação do último Plano Diretor.

Do exposto, concluímos que a compreensão do conceito de patrimônio cultural e os mecanismos elaborados para promover e incentivar a sua preservação em âmbito urbanístico, no município de São Paulo, estão em transformação²³⁶. O conceito de patrimônio delineado nesses instrumentos vai muito além do simples entendimento que considerava apenas os bens que marcaram a paisagem por atender a determinados parâmetros históricos ou artísticos, conceito que prevaleceu na seleção de referências patrimoniais instituídas pelo poder público e que acabou por reverberar em nossa forma de perceber a cidade. O conceito atualmente em pauta ultrapassa, portanto, os instrumentos legislativos de planejamento da cidade, que instruíam a regulação e preservação do patrimônio por meio de áreas envoltórias de preservação de unidades edificadas e/ou conjuntos arquitetônicos.

Essa forma de reconhecimento do patrimônio, iniciada pelo município a partir da década de 1970 e que, como já vimos, buscava a proteção de bens materiais para alcançar

²³⁶ Compreendendo o patrimônio como paisagem e produção cultural, o município estabelece os seguintes instrumentos para sua preservação: i) Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPECs): “As áreas marcadas como Zepec são porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, entendido como Patrimônio Cultural. Classificam-se nas seguintes categorias”: BIR Bens Imóveis Representativos, AUE Áreas de Urbanização Especial, APPa Área de Proteção Paisagística, APC Área de Proteção Cultural; ii) Incentivos econômicos para preservação: transferência do potencial construtivo na ZEPEC-BIR e ZEPEC-APC, outorga onerosa do potencial construtivo adicional, incentivos fiscais de IPTU e ISS nas ZEPEC-BIR e ZEPEC-APC, isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento de atividades culturais na ZEPEC-APC, simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás na ZEPEC-APC; iii) Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano: abrange o conjunto de bens culturais e de instrumentos que objetivam a preservação, a valorização, integração e articulação dos bens culturais do município, incluindo: acervos de valor histórico e cultural, monumentos e obras de arte urbana, edificações e espaços públicos de uso cultural, bens culturais materiais e imateriais, territórios de preservação cultural, sítios arqueológicos edificações históricas e museus. Incluem-se, nesse sistema, os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP referente a “áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e o desenvolvimento sustentável”. Fonte: Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PMSP: lei municipal nº 16.050. Texto da Lei Ilustrado. São Paulo, 2015. Título II – Da Ordenação Territorial – Cap. II – Seção V; Título III – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, Cap. IX - Seção I e II.

a sua preservação, norteou a criação de incentivos e benefícios de cunho financeiro para manutenção das qualidades artísticas, históricas e arquitetônicas.

O conceito de patrimônio, na atualidade, surge como uma construção envolvendo outros sentidos: do social, da paisagem, do urbano, do respeito, da dignidade do cidadão. Fundamenta-se na memória coletiva e individual desse passado e se mantém nas relações observadas no presente, envolvendo a afetividade do indivíduo a partir do reconhecimento do seu espaço e do sentimento de pertencimento, em sua dimensão imaterial. O patrimônio configura-se como um processo que se inicia na construção do espaço social onde o indivíduo está inserido, respeitando sua singularidade e a pluralidade que o conforma.

Esse conceito de patrimônio pode assumir dimensões territoriais, englobando o espaço socialmente construído e ultrapassando regionalidades. Na base desse entendimento patrimonial, portanto, está a apreensão do território pelo sujeito: a apreensão de suas casas, equipamentos públicos, ruas, vielas, vegetação, manifestações artísticas e religiosas, circulações de pessoas, relações sociais de trabalho, cultura e lazer. O patrimônio, nesse caminho, configura o espaço que se desenha pela atuação social e participativa nas decisões do poder público e na definição dos instrumentos a definirem seu uso e ocupação.

Como vimos no decorrer desta pesquisa, as iniciativas participativas populares voltadas à melhoria do espaço, desenvolvendo debates comunitários em atendimento às demandas que o poder público deixa de realizar, fortalece os laços de pertencimento e corrobora o valor social do próprio processo de patrimonialização. Além de abrir caminho para que se defina o bem a preservar de forma coletiva e participativa, a dimensão patrimonial que esses novos instrumentos almejam inclui a necessidade de reconhecimento, pelo poder público, da importância de ouvir o cidadão em seus anseios para a construção do espaço em que ele atua. O cidadão passa a ser o interlocutor do sistema que define a gestão pública e os rumos que a cidade deve seguir, valorizando a memória, a cultura e a identidade do cidadão a partir de suas relações com a cidade.

8 – Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Paula Rodrigues de A. **O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.
- ANJOS, Moacyr dos. **Local/Global: arte em trânsito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ARANTES, A. A. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, v. 1.
- CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de. **Potencialidades para criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jacu Pêssego, zona leste da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IEA-USP, 2017.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.
- CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- JERONYMO, Vanice. **Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio industrial paulista: o caso de Perus (CBCPP)**. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU-USP, 2016.
- JESUS, Mario Carvalho de (Org.). **Cimento Perus: 40 de ação sindical transformam a velha fábrica em centro de cultura municipal**. Coleção Cadernos para Mudar – 2. São Paulo: JMJ Consultoria e Promoções, 1992.
- IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- KÜHL, Beatriz M., **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.
- LAMEIRINHA, Valter dos Santos. **Identidade cultural na relação arte-cidade: patrimônio e preservação na Legislação Urbanística da Cidade de São Paulo (1971-2014)**. Relatório Final de Iniciação Científica. Guarulhos: EFLCH-Unifesp, 2017.
- _____. **Patrimônio e identidade cultural na relação arte-cidade**. Relatório Final de Iniciação Científica PIBIC-CNPq. Guarulhos: EFLCH-Unifesp, 2018.
- MENTONE, Renato Lagos. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo/PMDI-GSP, 1970: da expectativa ao desconhecimento**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2015.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **A Salvaguarda e a Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial Brasileiro: Impasses e Jurisprudências**. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S.; RAMBELI, G. (Org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental, questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, Fapesp. Campinas: Nepam, 2009.
- PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo – SP, Brasiliense, 2009.

- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RODRIGUES, M. **Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 1999.
- RUFINONI, M. R. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. **Projeto História**, n° 40, 2010.
- _____. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp, Edusp, Fapesp, 2013.
- _____. O registro e a documentação do patrimônio industrial no Brás e na Mooca. **Revista CPC**, n.21, 2016.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **MNEME Revista de Humanidades** (Departamento de História e Geografia da UFRN), v. 06, n.13, dez.2004/jan.2005.
- SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- SCIFONI, Simone. Verbete: Paisagem Cultural. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Disponível:<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>
- SANDEVILLE JÚNIOR, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didática pedagógica de aprendizagem colaborativa. In: MULLER, L.; MARTINS, M. L. R. (Org.) **Arquitectura y calidad socioambiental em ciudades del Cono Sur** [S.l: s.n.]. São Paulo, Buenos Aires: FAU-USP (Brasil) e FADU-UNL (Argentina), 2016.
- SOMEKH, Nádia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 185.08, Vitruvius, out. 2015.
- TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. **Revista CPC**, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016.
- YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012.

Documentos Legislativos

- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- _____. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.
- _____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.
- _____. IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Chancela da Paisagem Cultural.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.247 de 22 de outubro de 1968.

_____. Resolução CONDEPHAAT SC 88/11, de 18 de outubro de 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 56.725, de 16 de dezembro de 2015.

_____. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

_____. Lei nº 13.430/2002.

_____. Lei nº 14.406 de 21 de maio de 2007.

_____. Lei 8328 de 2 de dezembro de 1975.

_____. Lei nº 9.725 de 02 de julho de 1984.

_____. Lei Orgânica do Município de São Paulo de 04 de abril de 1990

_____. Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985.

_____. Lei nº 13.885/2004.

_____. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014.

_____. Projeto de Lei n. 0200-1974. Regulamenta as Zonas de Uso Especial.

_____. Projeto de Lei nº 688/2013. Plano Diretor Município de São Paulo.

_____. SMC. Resolução CONPRESP nº 27/1992 (Processo nº 1989-0.002.597-0).

_____. SMC. Resolução CONPRESP nº. 19/2004.

Sites Consultados

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/organizacao/index.php?p=4322>

<http://espiral.fau.usp.br/arquivos-artecultura-20br/1992-MarioJesusCarvalho-40anosFabrica.pdf>.

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-de-bairro/>

<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/>

<http://comunidadequilombaque.blogspot.com>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/12/1563681-governo-reconhece-22-teatros-edes-sp-como-patrimonio-cultural.shtml>.

<https://nep.arq.br/category/i-nucleo-de-estudos-da-paisagem/universidade-livre-e-colaborativa/>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/SC88TombamentodoConjuntodaEstacaoFerroviariadePerusPDF_1419013249.pdf

<http://documentação.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0200-1974.pdf>

<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/normas/?numero=9.725>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm; A

<https://leismunicipais.com.br>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/padrejosedeanchieta/index.php?p=5572

http://www.metro.sp.gov.br/metro/licenciamentoambiental/pdf/linha_18_bronze/eia/volume-iii/Arquivo-20.pdf

<http://grupopandora.blogspot.com>

[https://secure.avaaz.org/po/petition/Pela_Desapropriacao_Conservacao_e_Uso_Publico_da_FABRICAD_E_CIMENTO_PORTLAND_PERUS/;](https://secure.avaaz.org/po/petition/Pela_Desapropriacao_Conservacao_e_Uso_Publico_da_FABRICAD_E_CIMENTO_PORTLAND_PERUS/)

[http://www.infopatrimonio.org/?p=182#!/map=38329&loc=-23.540874288820963,-406.64607703685755,17.](http://www.infopatrimonio.org/?p=182#!/map=38329&loc=-23.540874288820963,-406.64607703685755,17)

<https://www.youtube.com/watch?v=WxWhArH5C8k>

Fonte:<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-PR.pdf>

<https://nep.arq.br/>

<http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/territorio-consolacao-atividades-culturais-imaginarios->

<http://www.saomateusemmovimento.org/>

https://www.fespsp.org.br/curso/222/a_cidade_como_experiencia_territorio_nomade